



**Laura Candian Fraccaro**

**Vidas em liberdade: pequenos agricultores e comerciantes em  
Campinas, 1800-1850**

**Campinas  
Agosto de 2012**





Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**Laura Candian Fraccaro**

**Vidas em liberdade: pequenos agricultores e comerciantes em Campinas,  
1800-1850**

**Orientador: Prof. Dr. Robert W. A. Slenes**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em História, na área de concentração História Social.

Campinas  
Agosto de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH UNICAMP

F841v	<p>Fraccaro, Laura Candian, 1986- Vidas em liberdade: pequenos agricultores e comerciantes em Campinas, 1800-1850 / Laura Candian Fraccaro. -- Campinas, SP : [s. n.], 2012.</p> <p>Orientador: Robert Andrew Wayne Slenes. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Escravidão. 2. Escravos libertos. 3. Mobilidade social. 4. Campinas (SP) - História. I. Slenes, Robert Andrew Wayne, 1943- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------	--

Informação para Biblioteca Digital

**Título em Inglês:** Once free: small farmers and traders in Campinas, 1800-1850

**Palavras-chave em inglês:** Slaves

Freed slaves Social mobility

Campinas (SP) - History

**Área de concentração:** História Social

**Titulação:** Mestra em História

**Banca examinadora:**

Robert Andrew Wayne Slenes [Orientador]

Henrique Espada Rodrigues Lima Filho

Sidney Chalhoub

**Data da defesa:** 07-08-2012

**Programa de Pós-Graduação:** História

**LAURA CANDIAN FRACCARO**

***Vidas em liberdade: pequenos agricultores e comerciantes em  
Campinas, 1800-1850***

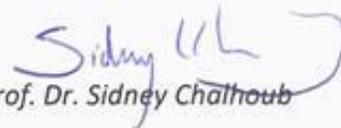
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 07/08/2012.

BANCA



*Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes - orientador*



*Prof. Dr. Sidney Chalhoub*



*Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho*

*Prof. Dr. Fabiane Popinigis (suplente)*

*Prof. Dra. Leila Mezan Algranti (suplente)*

CAMPINAS, 2012



## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha irmã por ter sido fundamental na escolha de minha vida que foi a História e à minha mãe, por ser tão orgulhosa de ter filhas historiadoras. Na trajetória até a escrita da dissertação, muitas pessoas foram essenciais para mim. Vitor, além de grande amigo e crítico dessa dissertação, divide comigo seu amor e companheirismo. Meu amigo querido Bruno, agradeço por ter me ouvido por longos anos e, hoje, apesar da distância, digo-lhe que a parte boa de mim, devo-a a você. À minha amiga Letícia, agradeço por me mostrar que a vida é mais do que temer a solidão e que a amizade é um tesouro. Cíntia, apesar da distância, é minha amiga querida que dividiu comigo seu tempo, sua vida.

Aos amigos que (re)descobri nos últimos anos e cuja companhia amenizou e transformou o inconformismo que mora em mim: Marcos e Soraia. Ao Ewerton e Kleber, pela companhia e amizade. A Manu, Mesch e Luciana pela companhia mais que querida.

Agradeço ao Prof. Bob por contribuir com minha paixão pela História, pelas horas dedicadas e por toda a paciência que teve comigo. Ao Prof. Henrique por comparecer em minha banca em meio a tantos compromissos. Agradeço à Aline por tornar as horas no arquivo mais aprazíveis com sua seleção musical maravilhosa. Agradeço ao Thiago por me fazer rir. Agradeço também à Ana Elisa e ao Fernando por sempre serem atenciosos nas minhas buscas. Agradeço à Cleodice, por dividir comigo sua vida e ouvir sobre a minha.

Agradeço ao Pai Mário à Vânia por terem me mostrado que a família pode ser maior do que pensamos. À minha mãe Fátima e minha irmã Glaucia por serem meus amores.



## RESUMO

A Vila de São Carlos, atualmente Campinas, passou por transformações intensas durante todo o século XIX. Em menos de meio século, a economia da Vila de São Carlos passou de um modo doméstico de produção para uma economia baseada no valor de mercado. Já na década de 1830, conseguiu se estabelecer como produtora de um terço da produção de açúcar da província de São Paulo. As terras passaram a ser disputadas por grandes produtores que, de diversas maneiras, buscavam retirar os pequenos agricultores de suas propriedades. Os libertos que na terra trabalhavam conviviam com a ameaça de perder sua produção e de se endividar. O comércio feito por libertas passou a ser regulado, fiscalizado e perseguido tanto pelas autoridades como por outros comerciantes. Como trabalhadores livres, os egressos da escravidão e seus descendentes viram a precariedade se instalar em suas vidas. Na busca para entender como esse processo do capitalismo afetou diretamente a trajetória dessas pessoas, analiso os diferentes padrões de acumulação alcançados por diferentes gerações e as suas respectivas estratégias para garantir a subsistência. A metodologia estabelecida foi o cruzamento nominativo, no qual cruço os nomes de pessoas relacionadas como pardas encontradas nas Listas de Habitantes da Vila de São Carlos de 1801 e 1829 com os processos da base de dados do Tribunal de Justiça de Campinas.

**Palavras – chaves: Escravidão, Libertos, Precariedade, Campinas, Século XIX.**

## ABSTRACT

The township of San Carlos, now Campinas, went through intense changes during the 19th century. In less than 50 years, it went from a domestic mode of production to an economy based on exchange and market value. In the 1830s, it produced one-third of the production of sugar of the province of Sao Paulo. The land began to be disputed by large producers who sought in various ways to remove small farmers from their properties. The freedmen who worked the land, lived with the threat of losing their means of production, and of falling into debt. In this process of social and economic expropriation of the lower classes, the freedwomen engaged in commerce were subjected to increasing regulation and supervision and were harassed by the authorities as well as by other merchants. As free workers, freed slaves and their descendants saw their lives become more and more precarious. Seeking to understand how the advance of capitalism directly affected the trajectory of these people, I analyze the different patterns of accumulation and strategies for survival that characterized different generations. The methodology applied was that of nominative record linkage names of people identified as “pardos” in the Lists of Inhabitants of the township of San Carlos, between 1801 and 1829 were cross-referenced with the names of the principal judicial and probate documents.

**Key-words: Slavery, Freedman, Campinas, Nineteenth Century, Precariousness.**



## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

**AEL – Arquivo Edgard Leuenroth**

**ALESP- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**

**BCMC – Biblioteca Da Câmara Municipal De Campinas**

**CMU – Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas**

**LHC – Lista de Habitantes de Campinas**

**TJC – Tribunal de Justiça de Campinas**



## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 Redes de solidariedade, família e vizinhança .....	30
1.2 Metodologia .....	45
<b>2. AGRICULTURA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX .....</b>	<b>51</b>
<b>3 MULHERES NO COMÉRCIO .....</b>	<b>75</b>
3.1 A Participação Feminina no Comércio .....	75
3.2 Sem terra, as mulheres tomaram o comércio .....	80
3.3 Comércio e honra em disputa: Vestir, brigar, amigar e difamar .....	87
3.4 Fiscalizações: posturas municipais, comerciantes e denúncias .....	102
3.5 A queda na participação feminina no comércio.....	112
<b>4. FAMÍLIAS AO LONGO DO TEMPO .....</b>	<b>121</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>147</b>
<b>6. LISTA DE FONTES.....</b>	<b>151</b>
<b>7. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>157</b>



## 1 – INTRODUÇÃO

Em 1829, Ana Brito, uma pequena agricultora parda, tenta reaver na justiça um pedaço de terra como última tentativa de passar sua velhice como proprietária de uma roça. Ana alegava que o pedaço de terra havia sido expropriado de sua mãe e como herdeira tinha direito sobre a propriedade. A lavoura em que por mais de vinte anos trabalhou fazia parte de uma ampla propriedade que seu vizinho Ignácio dizia ter comprado há décadas, mas que não possuía documentos para comprovar. Sua mãe tinha sido despejada vinte anos antes, de um modo que Ana não achava correto. Depois de relatar a maneira que o vizinho, o dizimeiro e o alcaide planejaram a tomada das terras, Ana declara: “Porque sem mais haver praça, e nem figura alguma judicial ficou-se o dito Ignácio Cabral com as ditas terras pela manobra, e cobriu feito com o Ex. Raimundo.(dizimeiro)”<sup>1</sup>

Em 1860, o açougueiro pardo Joaquim Américo foi acusado e multado de vender banha estragada. Pegou dinheiro emprestado para pagar a multa referente, assim acreditava não ter de fechar seu estabelecimento.<sup>2</sup> Porém ao descobrir que o denunciante era o famoso médico, que também foi vereador da cidade, Gumbleton Daunt, decide recorrer. Disse que pagara a multa, mesmo inocente, porque receava “meter-se em teias judiciais porque tem medo da justiça, porque quase sempre rebenta a corda pelo mais fraco.” Joaquim Américo foi inocentado. A presença do médico foi assinalada como um ponto desmerecedor da denúncia, como se tivesse havido um exagero em sua autuação.<sup>3</sup>

Distantes mais de três décadas, com trabalhos tão diferentes, Ana e Joaquim enfrentaram no fim de sua vida a ameaça real de perderem seu meio de sustento. Apesar de por anos construírem seus empreendimentos, fosse cultivando ou vendendo, qualquer investida poderia ameaçar sua subsistência. Ana não mais pôde cultivar e, por pouco, Joaquim não perde a sua venda, mas se endivida. São trajetórias diferentes e distantes, porém se aproximam pela precariedade que marcou suas vidas e pela luta diária para

---

<sup>1</sup> Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas, Tribunal de Justiça de Campinas, Autora: Ana Brito, Réu: José Inácio Camargo e mulher, Ação: Libelo Cível, Ano: 1829, Of:1º P:1210.

<sup>2</sup> FRACCARO, Laura C. *Negras e forras no comércio a retalho em Campinas 1830-1870*. Monografia defendida em 2009 sob orientação de Robert W. A. Slenes no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, p. 22.

<sup>3</sup> CMU, Autor: Câmara Municipal de Campinas, Réu: Joaquim Américo, Ação: Infração de Postura, Ano: 1860, Of: 1º, P:3320.

sobreviver às tentativas de grandes senhores, fiscais, vizinhos ou concorrentes de lhes tirarem seu ganha-pão.

A Vila de São Carlos passou por transformações intensas durante todo o século XIX. Passados apenas 33 anos da aquisição de status de vila, em 1797, conseguiu se estabelecer como produtora de um terço da produção de açúcar da província de São Paulo.<sup>4</sup> Nas duas primeiras décadas desse século, sua população duplicou. A cidade transformou-se em uma das maiores em exportação de café do Brasil. Na década de 1870, possuía duas vezes mais escravos do que qualquer outra cidade da província. Em 1872, tinha uma maioria não-branca de 60%.<sup>5</sup> De uma pequena vila que funcionava como parada para viajantes que iam para Goiás e para Minas Gerais, a Vila de São Carlos se torna a Princesinha d'Oeste com alta produtividade de café e uma das maiores concentração de escravos do país.

Essas mudanças não passaram despercebidas pelo grande contingente de homens e mulheres livres de cor que nessa cidade moravam. Suas trajetórias de vida foram afetadas diretamente por essas mudanças e suas estratégias para subsistir serão o foco dessa dissertação. O objetivo dessa dissertação é resgatar a trajetória de libertos e suas famílias da Vila de São Carlos durante a transição de uma economia doméstica e de subsistência para uma economia de mercado.

Campinas oferece um cenário favorável para entender melhor as estratégias de subsistência e de ascensão social e material elaboradas pelos egressos da escravidão. Em um primeiro momento, a vila de São Carlos apresentava uma economia agrária de produção de alimentos para consumo interno, mais caracterizada como economia doméstica ou pré-capitalista. O pequeno comércio dependia das vendas em outras cidades devido ao baixo número de consumidores na cidade. Nas décadas posteriores, com a produção maciça de açúcar, Campinas passa por um período de transição entre a economia doméstica e a economia de mercado. Já em âmbito nacional, o aumento progressivo do preço dos cativos a partir da década de 1830 dificultou a compra desse bem que trazia status e era também

---

<sup>4</sup> PETRONE, Maria Thereza S. *A Lavoura canvieira em São Paulo. Expansão e Declínio 1765-1851*. Difel, São Paulo, 1968, pp. 45-46.

<sup>5</sup> EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p.246.

forma de investimento.<sup>6</sup> Esse período se caracterizaria por dedicação intensa de grandes e médios produtores no cultivo para exportação, o que tornaria possível para pequenos produtores e comerciantes atuarem sem concorrências de grandes senhores no comércio de alimentos. Entretanto, a dificuldade, para os pequenos agricultores, em manter a propriedade rural frente à expansão dos grandes senhores de engenho, faria com que muitas de suas trajetórias se desligassem da lavoura.

A última fase tem como principais aspectos a ascensão da Vila de São Carlos como grande produtora para exportação. O aumento da importância das plantações de café, normatização do comércio e alta de impostos na cidade marcaram esse último período.

Essa mudança trouxe condicionantes específicos se comparado à experiência de homens e mulheres brancos. O grande contingente de negros na vila assustava os vereadores. Desde a década de 1820, tentavam evitar o recrutamento dos homens livres brancos com medo de deixar um vazio na cidade que possibilitasse revoltas de escravos.<sup>7</sup> Os libertos também eram alvo de suspeição da Câmara e do restante da população. Suas vidas, seus comportamentos e trabalho estavam sob vigilância.

No final dessa mesma década, a Câmara iniciava a implantação de Posturas Municipais que onerariam principalmente as atividades de baixa remuneração como o pequeno comércio.<sup>8</sup> Considerados um problema à segurança do restante da população, os negros também se tornariam, para os vereadores, um obstáculo ao crescimento da cidade. De fato, tentaram se esquivar de todo tipo de taxaço, violência e exploração.

Esse comportamento das autoridades se repetiu por todo o período aqui analisado, 1800-1870. Já a partir da segunda metade do século, através dos jornais foi possível perceber como a população branca considerava os egressos da escravidão como um problema a ser resolvido. Seriam portadores de doença, luxúria e de todos os pecados. Os órgãos oficiais e os responsáveis por posturas, cobranças de impostos e pela segurança da vila, viam os egressos da escravidão como um problema a ser resolvido e como um

---

<sup>6</sup> FLORENTINO, Manolo. “sobre minas, crioulos, e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”, *Tráfico, cativo e liberdade*. p.339. FRANK, Zephyr. *Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004, p. 58-59.

<sup>7</sup> PIROLA, Ricardo F. *A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família*. (Mestrado), Campinas: Unicamp, 2005, p. 66.

<sup>8</sup> O primeiro Código de Posturas foi escrito e aprovado em 1829, cf: Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas, Caixa 01, Posturas.

obstáculo para o crescimento da vila. Símbolos errantes da pobreza eram vistos como miseráveis, devido à sua vagabundagem, indisciplina e preguiça:

“O chafariz que há próximo ao mercado desta cidade, vê em torno de si quotidianamente uma aglomeração de escravos e pessoas de ínfimos costumes a fazerem algazarra, e, muitas vezes, sérios desaguisados, com prejuízo de todos e máximo da boa moral. Seria conveniente que se postasse ahí um guarda incumbido de policiar aquele teatro da vadiação; ou, ao menos, que uma patrulha, de quando em quando, fosse passear aqueles sítios. (Nós, do jornal) concordamos com esta excelente lembrança do nosso comunicante”<sup>9</sup>

Certamente, há um teor de suspeição na preocupação crescente das autoridades em relação a este grupo. Leila M. Algranti argumentou, em sua obra, que a criação de forças policiais assim como a suspeição generalizada era uma forma de manter os escravos e também os libertos sob vigilância. A vagabundagem deveria ser extinta. As possibilidades de sociabilidade como bares, jogos e conversas nas ruas deveriam ser coibidas e vigiadas pelas autoridades.<sup>10</sup> Em 1829, a Câmara decidiu fazer uma lista daqueles “pretos e pardos” que andavam nas ruas sem qualquer trabalho.<sup>11</sup>

Já na segunda metade do século XIX, houve uma intensa preocupação, em retirar das regiões centrais da Vila, os numerosos homens e mulheres libertos e negros livres que cercavam as imediações dos chafarizes, das ruas do comércio e também das imediações do Mercado Municipal.

Para além do olhar de vigilância que as autoridades construíram em torno do objeto aqui estudado, há nesses relatos indícios sob as condições que essas mulheres e homens encontraram ao longo do século e como parte dos cidadãos viam essas pessoas. Atrapalhavam o comércio da cidade e, principalmente, eram vistos como incapazes de se sustentar, devendo ora receber ajuda filantrópica, ora o ostracismo.<sup>12</sup> A Vila de São Carlos que crescia e se transformava na segunda cidade em tamanho e riqueza da capitania de São Paulo, apresentava um quadro de crescente pauperização tanto dos pequenos comerciantes como pequenos agricultores.

---

<sup>9</sup> Arquivo Edgar Leuenroth, *A Gazeta de Campinas*, 22/09/1870, MR/0318.

<sup>10</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro- 1808-1822*. Petropolis-RJ: Vozes, 1988.

<sup>11</sup> XAVIER, Regina C. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão liberdade na sociedade campineira oitocentista*, Campinas: Unicamp, 2002, p.27.

<sup>12</sup> LAPA, José Roberto do A. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil*. Ed. Unicamp, Campinas, 2008, p.33

Para a maior parte dos libertos que viveram na Vila de São Carlos durante o século XIX, as possibilidades de ascensão econômica e socialmente foram diminuindo. Amaral Lapa defendeu que, a partir de 1850, houve uma pauperização ostensiva na cidade e a urbanização teria intensificado esse processo.<sup>13</sup> Para o autor, a mudança de uma sociedade de mercado transformaria a realidade dos grupos mais pobres:

“Os pobres verão o seu número ou a sua penúria aumentar, não tanto como uma relação direta com o crescimento da produtividade (...) Como se trata de uma sociedade escravista em transição para uma economia de mercado, ocorrem em seus momentos de expansão efeitos contraditórios, pelos quais o mercado de trabalho ainda mais deveria contrair-se (...) deixando pouco para o homem livre. Nessa situação, o artesanato, os serviços de certa qualificação, o trabalho por conta própria, sempre em condições restritas, é o que sobra para o miserável.”<sup>14</sup>

Não acredito que a miséria fosse um traço que marcava a trajetória de todos eles, porém a iminência de se tornar pobre era uma realidade diária para essas pessoas. Em relação à diferença entre o pobre e o miserável, Amaral Lapa afirma:

“Em outras palavras, os casos que consideramos representativos em relação à população pobre teriam, portanto, sua localização aquém de uma linha, além da qual é possível levar uma “vida normal”, ou seja, atendendo-se no conjunto daquele mínimo de necessidades a que acabamos de nos referir e que, como se pode admitir, dizem a respeito à alimentação, habitação, vestuário, mobilidade etc. Assim há uma linha – linha da pobreza – que separa essa população, como há ainda uma outra linha – linha da miséria –, o que significa dizer que é possível distinguir, dentro do universo da pobreza, o *pobre* do *miserável*.”<sup>15</sup>

Se, em sua maioria, não eram miseráveis, sofriam com o aumento da pobreza em suas vidas. Obviamente, existiram exceções, que como Ludgero e Tito de Camargo, ambos libertos, conseguiram traçar uma trajetória distante da miserabilidade e da pobreza na Vila de São Carlos. Regina Xavier, em duas diferentes obras, reconstruiu a trajetória de libertos. De modo sucinto, Ludgero foi um escravo que lutou pela sua liberdade após a morte do senhor, mas que diferente de seus outros companheiros de cativo conseguiu viver em condição análoga a de homem livre enquanto era cativo.<sup>16</sup> Tito de Camargo foi um

---

<sup>13</sup> *Idem*, p.23-24.

<sup>14</sup> *Idem*, p.37

<sup>15</sup> *Idem*, p.29.

<sup>16</sup> XAVIER, Regina C. L. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996.

importante curandeiro e fundador da Irmandade São Benedito de Campinas. Obteve um reconhecimento social importante, se destacando entre os demais.<sup>17</sup>

Porém o que definiria a trajetória da maior parte dos libertos e seus descendentes seria o perigo constante de cair na miséria. Henrique Espada Lima, em um artigo, argumenta que, quando em liberdade, os libertos e homens e mulheres livres de cor viviam em um limiar tênue entre subsistência e miserabilidade que poderia ser facilmente ultrapassado pelas oscilações de mercado. Para esse autor, ao mesmo tempo em que se liberta, a condição desse trabalhador se tornaria frágil, pois o mercado de trabalho livre não coloca os empregadores e empregados em uma condição de igual negociação.<sup>18</sup>

Um dos pilares para entender a condição de fragilidade que o trabalhador enfrenta é a obra de Polanyi *A Grande Transformação*. A influência de Polanyi se estendeu a diversos autores cujo objetivo era analisar o aumento da pobreza e da vulnerabilidade dos trabalhadores, seja no campo ou na cidade, e como os próprios trabalhadores agiam frente às dificuldades.<sup>19</sup>

Polanyi argumenta que a economia estava atrelada às relações sociais antes da Revolução Industrial. Para Polanyi, a diferença central entre uma sociedade pré-capitalista para uma de mercado, é a ausência, na primeira, da ameaça individual de morrer de fome. As sociedades primitivas possuíam mecanismos para fornecer uma subsistência mínima para seus integrantes. A lógica da economia seria baseada em relações sociais que possibilitaria a redistribuição de recursos, impedindo, portanto, que um indivíduo padecesse sozinho.<sup>20</sup> Essa possibilidade de garantia mínima se esvai a partir do momento em que a relação da sociedade com a economia se desfaz, passando a organização social a estar à mercê dos movimentos econômicos.

Uma vez inserido na economia de mercado, a existência social do trabalhador depende das condições do mercado. Quando a força de trabalho e a terra se tornam

---

<sup>17</sup> Xavier, Regina C. L. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão liberdade na sociedade campineira oitocentista*, Campinas: Unicamp, 2002.

<sup>18</sup> LIMA, Henrique Espada. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX.” In: *Topoi*, v.6, n.11, Rio de Janeiro, 2005, pp. 289-326.

<sup>19</sup> EDELMAN, Marc. “Bringing the Moral Economy back in... to the Study of 21st-Century Transnational Peasant Movements”, In: *AMERICAN ANTHROPOLOGIST*, v. 107, California, 2005, pp. 331-345.

<sup>20</sup> POLANYI, Karl. *The Great Transformation - the political and economic origins of our time*, Boston: Beacon Press, 1957, p.49.

mercadorias, o sustento do trabalhador é ameaçado.<sup>21</sup> Ao negociar sua força de trabalho, o trabalhador está em uma condição desfavorável em relação ao empregador que pode esperar por uma oferta melhor. O trabalhador não pode negociar, pois tem a emergência de se sustentar. Polanyi argumenta que o mercado não é livre para o trabalhador e se opõe à teoria econômica liberal de que o empregador e o empregado negociam em condições iguais.

Polanyi vai além, em sua crítica, e defende que a mentalidade de mercado não seria natural ao ser humano. A busca pelo lucro e pelo enriquecimento não seria uma preocupação nas sociedades pré-capitalistas. Porém, uma vez inseridos na economia de mercado, os trabalhadores aprenderam a mentalidade de mercado através da institucionalização da escassez e da ameaça individual da fome.<sup>22</sup>

A busca pelo entendimento de como populações inteiras pensavam e reagiam às mudanças do capitalismo, perpassa uma ampla e diversa biografia. Os campos da antropologia e da história, nos últimos quarenta anos, tem se perguntado como camponeses, comerciantes, trabalhadores de ofício se comportaram frente às mudanças do capitalismo e como se organizaram. É a partir desse viés que analiso as trajetórias de libertos e seus descendentes durante a mudança de uma economia que tem como base o valor de uso do produto para uma economia do valor da troca. Foi necessário entender como se traçavam estratégias durante o crescimento da Vila de São Carlos e os principais obstáculos por eles enfrentados.

A obra de James C. Scott *The moral economy of the peasant*, tem grande importância nessa discussão. Ao analisar revoltas do campesinato no sudeste asiático, no final do século XIX, o autor chega a conclusões similares às apresentadas por Polanyi. Para Scott, os camponeses possuíam um senso de economia moral muito definido que constituía em preços e taxas “justos”, acesso à terra e direito a uma subsistência segura. Antes do advento do capitalismo e do desenvolvimento do Estado Moderno, era possível para a população de camponeses a manutenção de uma subsistência segura, porém, com a valorização da terra e aumento das taxas sobre a produção, a manutenção da subsistência tornou-se ameaçada.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> *Idem*, p. 58

<sup>22</sup> *Idem*, p.216.

<sup>23</sup> SCOTT, James C. *The moral economy of the Peasant: Rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven and London: Yale University Press, 1976, p. 163.

Os camponeses buscavam minimizar a probabilidade de ter uma colheita desastrosa a maximizar o retorno do que era cultivado.<sup>24</sup> Não pensavam diretamente em produzir para obter o máximo de lucro. Possuíam uma lógica própria de evitar os riscos, mantendo a subsistência o mais segura possível. Pode arriscar-se no mercado aquele que não tem a sua subsistência em jogo e, para um camponês, investir para a produção de um excedente poderia leva-lo não somente à falência, como também à intensa carestia.

Para Scott, a família camponesa vivia diariamente lutando por uma subsistência segura, podendo qualquer flutuação de mercado, efeitos naturais ou aumento de taxas levá-la à fome. O autor pontua, se baseando em outros trabalhos, que os camponeses não tinham como objetivo produzir o mínimo, mas, sim, buscavam as culturas que dariam os mais altos e estáveis retornos. A busca por um retorno maior e arriscado não poderia constar na moral camponesa, pois exigia recursos que não possuíam.<sup>25</sup> Arriscar-se a plantar uma cultura não comestível, por exemplo, poderia levá-los à fome, caso houvesse uma queda nos preços.

Porém, a transformação da terra e da força de trabalho em mercadorias foi destruindo formas tradicionais de garantir a subsistência. O controle da terra aumentou de tal maneira, que os camponeses passaram de arrendatários a trabalhadores assalariados.<sup>26</sup> A produção, por sua vez, passou a ser regulada por flutuações de mercado e não pela produção e consumo local. As elevadas taxas sobre a produção e sobre a terra fizeram com que os camponeses se revoltassem, pois, a sua subsistência estava ameaçada. Os donos das propriedades costumavam proteger, auxiliar, os arrendatários em momentos de extrema necessidade ou durante uma queda brusca na produção. Porém, essa postura se alterou e as relações se tornaram mais impessoais, assim como as cobranças. A ameaça de perder o arrendamento, de destinar grande parte da produção para pagamento das taxas e a falta da ajuda por parte de camponeses mais ricos e proprietários colocaram a subsistência em risco.<sup>27</sup>

A preferência por uma cultura segura que minimizasse os riscos não significava que os camponeses analisados por Scott não entendessem as leis de mercado ou as transformações que estavam acontecendo. Pelo contrário, entendiam os riscos que corriam

---

<sup>24</sup> *Idem*, p. 24.

<sup>25</sup> *Idem*, p.36-39.

<sup>26</sup> *Idem*, p.84

<sup>27</sup> *Idem*, p.61

e o quê poderia ameaçar sua estabilidade. Não fugiam do lucro, pois quando encontravam maneiras para aumentar a produtividade de forma segura e sem colocar em risco a subsistência o faziam.<sup>28</sup> Com a introdução das leis de mercado, não só houve mudanças na cobrança das taxas sobre a produção e sobre as terras, mas também na relação com os senhorios, os proprietários que arrendavam aos camponeses.<sup>29</sup> Se a pobreza se instaurou por entre os camponeses analisados por Scott não foi devido a sua incapacidade de se adequar a nova lógica da economia, a de mercado, mas principalmente, porque dentro da sua moral camponesa não havia lugar para se conviver com o perigo iminente da fome e do trabalho mal remunerado.

Para os camponeses da África do Sul, a prosperidade não foi só possível como foi conquistada. Os pequenos produtores passaram a concorrer diretamente com produtores brancos. Colin Bundy publicou, em 1979, pouco tempo depois de Scott, sua obra acerca dos camponeses na África do Sul durante o período colonial, principalmente de 1870-1813.<sup>30</sup> Bundy concluiu que os camponeses sul-africanos conseguiram, por um pequeno período, certa prosperidade através da agricultura. O autor se opõe à ideia de que os camponeses seriam avessos às inovações tecnológicas e não saberiam responder às mudanças do mercado. Argumenta ainda que é uma falácia acreditar que a pobreza se explicaria por uma incapacidade inata à cultura africana ou um modo específico de se pensar do camponês ou mesmos dos grupos mais pobres.<sup>31</sup>

Os camponeses analisados por Bundy desenvolveram estratégias de cultivo e conseguiram prosperar e, desta maneira, evitaram, a qualquer custo, trabalhar como assalariados nas terras de produtores brancos. Chegaram a desenvolver uma produtividade superior à encontrada nos cultivos dos homens brancos.<sup>32</sup> Bundy explica que essa prosperidade aconteceu, pois a terra tinha um valor muito baixo, fazendo com que a ocupação delas por parte dos africanos fosse possível. O acesso à terra era tão garantido que os fazendeiros brancos reclamavam de falta de mão de obra pra trabalhar em seus cultivos.

---

<sup>28</sup> *Idem*, p.24.

<sup>29</sup> *Idem*, p.67.

<sup>30</sup> BUNDY, Colin. *The rise and fall of the South African Peasantry*. Berkeley:University of California Press, 1979.

<sup>31</sup> *Idem*, p. 176.

<sup>32</sup> *Idem*, p.114.

Esse quadro não duraria muito tempo até a descoberta de diamantes nas terras. Com a valorização das propriedades, houve uma expropriação, em massa, desses agricultores. A falta de investimentos em estradas que ligassem a produção dos agricultores africanos aos consumidores também contribuiu para lançar esses produtores na pobreza.<sup>33</sup> A República Sul Africana beneficiou os fazendeiros brancos garantindo o acesso desses à terra, estradas, uma mão de obra barata e sem direitos trabalhistas e incentivos e investimentos locais.<sup>34</sup>

Com preocupações similares, a antropóloga Ann Dunham Soetoro analisou ferreiros de um vilarejo na ilha de Java no final da década de 1970. Para essa autora, os ferreiros javaneses, que há mais de mil anos possuíam o domínio do ofício, compartilhavam muito dos pensamentos de capitalistas ocidentais. Visavam o lucro, investiam em tecnologia e faziam concorrência aos produtos importados. A primeira oportunidade que encontravam, deixavam o trabalho manual para atuarem como comerciante, considerada uma atividade de status social superior.<sup>35</sup>

Porém, com a retirada de impostos dos produtos vindo de outros países, a concorrência ficou muito acirrada para os javaneses. Soetoro conclui que a pobreza que se instalou em Java não estava relacionada ao modo de produção dos ferreiros ou de sua população em geral. Pelo contrário, os ferreiros logo que conseguiam, deixavam de fazer trabalho manual, investiam em caminhões para se tornarem importantes comerciantes. No entanto, as políticas instauradas fizeram com que tanto ferreiros e comerciantes perdessem a concorrência com produtos oriundos de outros países. As importações passaram a incluir também produtos agrícolas.<sup>36</sup> Somada à concorrência com esses produtos, os pequenos produtores de alimentos se deparavam com a dificuldade de registrar a terra. Para aqueles que possuíam dinheiro, o processo não era tão complicado, mas para os agricultores pobres era tão demorado que, em sua maioria, não conseguiam ter um documento que comprovasse a propriedade. Sem esse documento não conseguiam recorrer aos empréstimos bancários.<sup>37</sup> Sem terra, sem comércio, pouco sobrou a essa população.

---

<sup>33</sup> *Idem*, p.118.

<sup>34</sup> *Idem*, p.117.

<sup>35</sup> SOETORO, Ann Dunham. *Surviving against the odds: Village Industry Indonesia*. Duke University Press, 2009.

<sup>36</sup> *Idem*, p.277.

<sup>37</sup> *Idem*, p.259.

Em trabalhos tão diversos é possível encontrar algumas similaridades no debate que remetem à importante obra de Polanyi. Camponeses, ferreiros e comerciantes, em uma nova ordem capitalista, procuram, quando sua subsistência mínima está assegurada, o lucro e o enriquecimento. Não o fazem, acredito, por ser inato a todo o ser humano, mas porque conseguem traçar estratégias para tal. No entanto, a prosperidade que alcançam, quando acontece, nem sempre é duradoura.

Entre os importantes estudos que se preocupam analisar como as pessoas tecem estratégias para evitar cair na miséria, está a obra de Carol Stack. Essa antropóloga, professora de Yale, fez seu trabalho de campo no final da década de 1960 em um dos bairros mais pobres de negros nos Estados Unidos.<sup>38</sup> Cercados pela precariedade e incerteza cotidiana da fome, os moradores do bairro, chamado pela antropóloga de *The Flats*, tentam sair dessa condição. Porém, a vulnerabilidade em que todos os integrantes da família ou da rede de amigos se encontravam fazia com que qualquer soma de dinheiro recebido se dissipasse na ajuda aos demais.<sup>39</sup>

A importância do trabalho de Stack se justifica pelo momento em que é publicado, durante a luta por direitos civis nos Estados Unidos. A autora concluiu que a pobreza na qual vive o grande contingente de negros americanos não deriva de uma incapacidade inata de buscar o enriquecimento ou mesmo se manter em um emprego. Para a autora, as políticas públicas de ajuda deixavam essa população dependente e não contribuía para ascensão social. Os homens, sem possuir habilidades para trabalhar, conseguiam apenas empregos temporários, mal remunerados e instáveis. As mulheres, por sua vez, mal conseguiam manter em seus empregos ou mesmo procurá-los por terem de cuidar das crianças e, ainda, passavam os dias pedindo ajuda ou ajudando familiares e amigos em tempos de maior dificuldade.<sup>40</sup>

Stack argumenta que as políticas públicas eram incapazes de resolver esses problemas e, de forma ainda mais cruel, mantinham essa população pobre dependente dos recursos do Estado. Apesar de sempre almejarem romper com a cotidiana precariedade, os moradores de *The Flats* sabiam que para tentar a ascensão teriam de se afastar de seus parentes, antes que a pobreza generalizada também consumisse o espólio que acumularam.

---

<sup>38</sup> STACK, Carol B. *All our kin*. New York: Basic Books, 1997.

<sup>39</sup> *Idem*, p.106.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 53.

Em uma perspectiva mais local, Elizabeth Kuznesof analisou como a mudança de um mercado baseado na produção doméstica para um mercado de produção comercial alterou a composição nos domicílios chefiados por mulheres em São Paulo no período de 1765-1836.<sup>41</sup> Os pequenos produtores agrícolas perderam espaço na competição com a grande produção baseada na mão de obra escrava. Essa mudança tornou as uniões matrimoniais consensuais menos indispensáveis, uma vez que não era mais necessário se apoiar na terra e no matrimônio para produzir. O trabalho em terras de outros ou nas regiões mais urbanas liberaram as mulheres dessas obrigações sociais.<sup>42</sup>

No início do século XIX, São Paulo ainda se encontrava, relativamente, isolada, pois as viagens ao porto de Santos não eram fáceis. Esse isolamento proporcionou às mulheres um domínio em atividades de manufatura, tendo como principal produto, o tecido. Outras atividades atraíam, vindas de outras cidades, mulheres que atuavam na feitura de farinha de mandioca, como costureiras, lavadeiras, cozinheiras e mantinham domicílios inteiros sob sua chefia.

Porém, a melhoria nas estradas e nos transportes, assim como a entrada de tecidos ingleses baratos, fez o número de domicílios chefiados por mulheres caírem a partir de 1836. A essas mulheres não era possível mais retornar para economia de subsistência que tinha vivido. As terras tinham se valorizado e, mesmo aqueles pequenos produtores foram retirados de suas terras de modo legal ou até ilegal e, por falta de investimento, a indústria não tinha se desenvolvido para oferecer empregos.<sup>43</sup> O alto número de chefias femininas de domicílios não significaria, diz a autora, que as mulheres possuíam uma posição forte. Em 1824, dois terços dos bebês nascidos na Santa Casa de Misericórdia eram abandonados, mostrando que a precariedade também tomara a vida dessas mulheres.<sup>44</sup>

Trabalhadores rurais, pequenas comerciantes, ferreiros em lugares e em momentos históricos tão díspares compartilharam em seu cotidiano a insegurança estrutural. Depois de retirados seu meio de subsistência, seja por expropriação, criação de impostos ou por intensa valorização da terra, os trabalhadores são “constrangidos a acharem estratégias para

---

<sup>41</sup> KUZNESOF, Elisabeth Anne. “The role of the female-headed household in brazilian modernization: São Paulo 1765 to 1836”, *Journal of Social History*, Vol.13, n.4, 1980.

<sup>42</sup> *Idem*, p.597.

<sup>43</sup> *Idem*, p.604.

<sup>44</sup> *Idem*, p.606.

lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma.”<sup>45</sup>

Savage não foi o primeiro a ressaltar que incerteza seria um fator delimitador da classe. Robert Castel argumenta que os trabalhadores livres acabam por viver em um limiar tênue entre a subsistência e miserabilidade, que pode ser facilmente atravessado por oscilações de mercado.<sup>46</sup> A vulnerabilidade social seria uma zona instável na qual há a precariedade do trabalho – inconstância, salários baixos e mesmo o desemprego – em conjunto com a fragilidade dos suportes do trabalhador – suas redes de solidariedade, família.

Vulnerabilidade social não significa, é preciso dizer, pobreza ou miséria, mas é um conjunto de situações de riscos nas quais os trabalhadores, mesmo aqueles que buscam a ascensão social, estão incluídos e são constantemente ameaçados pelas tendências do mercado e pela precariedade de sua condição.

A amplitude do conceito faz com que a análise considere também as estratégias dos trabalhadores na luta diária para manter a sua subsistência fora do ambiente do trabalho. As relações que estabelecem com a família, amigos ou vizinhança e as estratégias de acúmulo de bens passam a ganhar importância, já que também podem ser consideradas estratégias para diminuir as ameaças da precariedade.

Os libertos, como trabalhadores, evitavam a ameaça da precariedade. Ao indagar sobre contratos de locação de serviços que libertos se submetiam para pagar dívidas ligadas à alforria, Lima percebeu que, frequentemente, a relação entre o valor do que se devia e o tempo de serviço não correspondia ao valor de mercado do trabalho contratado.<sup>47</sup> O valor do tempo trabalhado costumava ser maior do que o valor da dívida. Para o autor, essa decisão estaria relacionada ao modo como os próprios libertos viam a sua condição de precariedade. Lima argumenta que os libertos não fariam esse tipo de contrato por estarem submetidos a uma lógica tão intensa de dominação senhorial que mesmo podendo se libertar escolheriam prestar mais tempo de serviço. Fariam porque tentavam garantir, por

---

<sup>45</sup> SAVAGE, Mike. “Classe e História do Trabalho”, In Claudio H. M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes (orgs.), *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP/CECULT, 2004, p.33.

<sup>46</sup> CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, p.223.

<sup>47</sup> LIMA, Henrique E. “Sob o domínio da precariedade”, p. 303.

mais tempo, sua subsistência e cuidados caso ficassem doentes, diminuindo assim a incerteza tão presente no futuro.<sup>48</sup>

Acredito que os libertos e seus descendentes enfrentaram diariamente a ameaça de terem sua subsistência comprometida. Assim como outros trabalhadores, teceram estratégias para garantir o mínimo ou quiçá alcançarem ascensão social e financeira. Mike Savage, buscando uma visão alternativa da teoria de classes, ressalta “que o traço distintivo da vida operária não se apoia exclusivamente no processo de trabalho nem no mercado de trabalho, mas na insegurança estrutural vivida por todos os trabalhadores.”<sup>49</sup> As estratégias traçadas por esses trabalhadores estariam ligadas à aguda incerteza diária vivida e não estritamente ligada à função que ocupavam ou à venda sua força de trabalho.

Fossem esses libertos pequenos agricultores, comerciantes, lavadeiras ou carpinteiros viviam em seu cotidiano a vulnerabilidade social. Mais vil que a condição de outros trabalhadores estaria a condição dos libertos e seus descendentes durante o século XIX. Viviam a precariedade de sua condição de trabalhador, fossem seus salários baixos, seus trabalhos incertos, mas também viviam com a condição de serem pardos em uma sociedade que os via, como dito anteriormente, como um atraso, um problema a ser revolvido. Ocupavam, portanto, as funções mais perigosas, como cortadores de madeira, rolares de troncos, levantadores de taipa, pois os senhores não estavam dispostos a alugarem os serviços de seus escravos que podiam morrer e causar prejuízo.

Suas trajetórias tiveram características diferentes de qualquer pequeno comerciante, produtor agrícola ou qualquer trabalhador branco. Já em 1804, o Ouvidor e Corregedor da Comarca da Vila de São Carlos escreve um ofício sobre a ameaça que os escravos fugidos poderiam levar às cidades. Errantes e sem controle, seriam responsáveis pela maior parte das malfeitorias. “Pretos ou mulatos errante e vagabundo pelo distrito” seriam presos e se escravos mandados para a Cadeia da Capital para averiguação e se forros também.<sup>50</sup> Essa multidão não poderia escolher seu lugar nem se forra fosse, pois seu destino estava traçado: cadeia. Além da suspeição já assinalada no ofício, percebe-se que a experiência de forros muito se assemelhava à de escravos fugidos: estavam sempre na mira da polícia e a caminho da prisão. Mesmo depois de sair do cativo e conquistar a liberdade, forros eram

---

<sup>48</sup> *Idem*, p.307.

<sup>49</sup> SAVAGE, Mike. “Classe e História do Trabalho”, p. 33.

<sup>50</sup> Arquivo da Câmara Municipal de Campinas, Livro 01 Correspondências, p.01.

responsáveis por tirar o sossego da sociedade. Engrossavam o número, junto com escravos, do contingente de negros nas ruas, considerado pelas autoridades como uma ameaça iminente que necessitava de vigilância.

Juntamente com a preocupação com o contingente livre de cor, havia a preocupação com o grande número de escravos e as possíveis sublevações que esses podiam tramar em parceria com libertos e livres. Seja livre ou escravos, pardos ou pretos, esse grupo deveria ser, e foi, vigiado diariamente e suas atividades colocadas sob suspeição sempre.<sup>51</sup>

Ainda que não tenhamos declarações diretas de juízes, aferidores e escrivães, percebe-se que os homens e as mulheres livres de cor eram culpados de antemão. As regras dos processos não funcionavam igualmente para brancos e libertos. Essa suspeição constante, o veredito antecipado de culpado, estava presente em toda a primeira metade do século XIX e marcou as trajetórias daqueles que se arriscavam a existir como livres.<sup>52</sup>

A suspeição fazia parte de suas vidas, mas para aqueles que recorriam aos juízes em busca de justiça não encontravam espaços neutros. O que parece uma afirmação óbvia e inocente precisa ser ressaltada, uma vez que, há uma ampla bibliografia feita por memorialistas campineiros que ainda encontra ressonância nos espaços públicos da cidade. Essa bibliografia trata Campinas como exceção ao panorama geral de exclusão social, intensificado pela a escravidão, e que se perpetua até os dias de hoje no Brasil. Para alguns, a cidade que deu oportunidade aos imigrantes, não teria dado às costas aos egressos da escravidão e seus descendentes, visto que o acesso à justiça e direitos se deu de forma desigual entre esses grupos.<sup>53</sup> Acredito que Campinas, ainda como Vila de São Carlos, apresentou poucas oportunidades para que esse contingente egresso pudesse alcançar ascensão financeira e social e as medidas municipais, tomadas ao longo do século XIX, foram determinantes para diminuir as possibilidades de enriquecimento e, principalmente, ao acesso a direitos. Aqui, uso Campinas como sujeito para me abster de listar nomes de

---

<sup>51</sup> XAVIER, Regina. *Tito de Camargo*, p.27.

<sup>52</sup> Cf: AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: O Negro no Imaginário das Elites, século XIX*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

<sup>53</sup> BRITO, Jolumá, *História da cidade de Campinas*, Campinas: Editora Saraiva, 1956-1969. LIMA, Jorge Alves de. *Crônicas de Campinas – Século XIX e XX*, Ed. Komedi, 2010. PUPO, Celso Maria de Mello, *Campinas, município do império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas*, São Paulo: Imprensa Oficial, 1983. PUPO, C.M. de Mello, *Campinas, seu berço e juventude*, Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, no. 20, 1969.

toda a elite escravista que construiu um projeto marcado pela exclusão social de libertos e seus descendentes.

Não há como negar que houve um bloco no poder que era composto por juízes, vereadores, aferidores, fiscais, dizimeiro e até delegados para assegurar interesses de uma classe senhorial escravista. Eisenberg apresentou quem eram os primeiros juízes e presidentes da Câmara Municipal da Vila de São Carlos. Sem exceção, seguiam um padrão comum por todo o século XIX, eram senhores de escravos e, muitas vezes, possuidores de grandes produções de açúcar. Uniam-se para defender o interesse dos escravagistas.<sup>54</sup> E frente a esse bloco estava um enorme contingente de libertos e descendentes que, por muitas vezes, viram suas possibilidades de ascensão diminuir devido às ações desses chamados *homens bons*.

Se a suspeição estava presente nas ruas, na delegacia, estaria também presente em julgamentos e denúncias, ainda que fosse o autor e não o acusado da ação. Deslegitimar a ação dizendo que a denúncia é imprópria, verificar se o fiador da ação tem realmente uma economia, como também não receber a denúncia são formas de evitar que esse contingente livre de cor conseguisse ascender e se tornasse ainda mais perigoso.

Possuíam o estigma de ser um problema a ser solucionado e contido na cidade de Campinas desde o início do século, de estarem sob vigilância constante e também tinham sua economia doméstica, muitas vezes, ligada à escravidão. Era um parente, um amigo, o marido, uma filha que poderia estar na escravidão. A renda que poderia ser destinada à ascensão, a investimentos, teria que ser destinada a retirar do cativeiro alguém próximo.

### **1.1 Redes de solidariedade, família e vizinhança**

Além de se depararem com a vulnerabilidade de sua condição de trabalhadores, os libertos e seus descendentes tinham que traçar estratégias para evitarem os obstáculos que a sociedade escravista na qual viviam colocava em seus caminhos. Kaztman propõe ainda que existam maiores níveis de vulnerabilidade social, quando o sujeito não possui elementos capazes de evitar que alguma mudança do mercado afete seu bem-estar. O autor

---

<sup>54</sup> EISENBERG, Peter. “Senhores de engenho e plantadores de cana em Campinas, 1798-1829” (Relatório de Pesquisa). In: *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

nomeia esses elementos de “ativos”.<sup>55</sup> Esses recursos do indivíduo seriam: físicos - terras propriedade, capital financeiro, humanos – o trabalho, a capacidade para tal e sua especialização, e, por último os sociais – redes de solidariedade, contatos.

Apesar da análise de Kaztman se centrar na América Latina atual, a categoria de ativos elaborada por esse autor revela diversos recursos que os trabalhadores poderiam utilizar para evitar que as mudanças da economia local ou em nível mais amplo afetassem sua vida. É a partir dessa perspectiva que pretendo analisar como os libertos construíam suas próprias estratégias para lidar com a Vila de São Carlos em crescimento durante a escravidão.

Analiso tanto como o capital físico e as redes estabelecidas ajudaram a manutenção da subsistência ou até a possível ascensão. O que os egressos e suas famílias compravam ou cultivavam, de que maneira trabalhavam e quais as relações que estabeleciam com os parentes, amigos, fiscais ou vizinhos são elementos analisados durante toda a dissertação. As pessoas formadoras das redes e que aqui foram analisadas são aquelas que fazem parte do *action-set* do indivíduo analisado.<sup>56</sup> *Action-set* é o grupo menor de pessoas que aparece ou é chamado para resolver algum drama ou problema na vida do indivíduo analisado.

As redes de solidariedade foram essenciais para evitar cair abaixo da linha da pobreza. Para além da família, as pessoas que, muitas vezes, compunham o *action-set*, foram aquelas que moravam perto o bastante para acompanhar e ajudar a resolver os problemas que um indivíduo poderia enfrentar durante a vida. As pessoas que moravam próximas, vizinhos ou moravam no mesmo bairro, por vezes, contavam com a ajuda da vizinhança para arar um terreno, auxiliar alguém doente ou se meter em uma querela. Por tal importância, defino conceitos como rede de solidariedade, família e bairro.

Nas últimas décadas, o estudo sobre a vizinhança tornou-se mais recorrente e trouxe novas questões e abordagens. Prabhu Mohapatra argumenta em seu artigo que a consciência de classe se manifesta para além do espaço da fábrica. Para esse autor, a vizinhança, o bairro, seria de extrema importância para se analisar como as estratégias, criação de redes de solidariedade e formas de resistência se engendram, pois seria um

---

<sup>55</sup> KATZMAN, Rubén. *Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social*. México: BID-BIRF-CEPAL, 2000. [www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos](http://www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos). (acessado em 01/06/2012).

<sup>56</sup> MACFARLANE, Alan. *Reconstructing Historical Communities*. London: Cambridge University Press, 1977, p.18.

espaço de sociabilidade que influenciaria diretamente na formação da identidade de classe.

57

Não é só nas pesquisas envolvendo trabalhadores fabris que os bairros aparecem. *Inside Greenwich Village* é um livro que analisa como as mudanças abruptas em Nova York transformariam as diferentes identidades que se forjavam no bairro que nomeia o próprio livro e as relações inter-classes conflituosas nos espaços públicos. Para o autor, resgatar as relações que se davam entre diferentes grupos – afro-americanos, descendentes de irlandeses e nova-iorquinos – nesse importante bairro de Nova Iorque seria também resgatar a formação da sociedade estadunidense.<sup>58</sup>

*Joining Places* traz como sujeitos escravos do distrito de Natchez que por morarem em fazendas vizinhas compartilham estratégias de resistência e experiências. A proximidade e o fato de formarem redes de informação contínuas transformaram suas trajetórias na luta diária contra a escravidão.<sup>59</sup>

Na antropologia, os estudos de redes de sociabilidade em bairros e vizinhanças também suscitaram novas questões. Carol Stack buscou entender como as redes de parentescos seriam uma estratégia para sobreviver a uma situação de extrema pobreza em um bairro com a maioria negra. A proximidade foi essencial para que essas pessoas pudessem se ajudar.<sup>60</sup> No Brasil, Antônio Cândido analisou como as mudanças, pelas quais os bairros rurais de Bofete passaram, transformaram as relações sociais entre pequenos agricultores, os caipiras.

É a partir das redes de solidariedade em vizinhanças que pretendo analisar os libertos na cidade de Campinas na primeira metade do século XIX. Fossem trabalhadores rurais, pequenos agricultores e comerciantes, lavadeiras ou pessoas de ofícios, os libertos e seus descendentes enfrentavam, diariamente, a precariedade que se instalou em suas vidas. Diluir os riscos de sua condição tão vulnerável em uma rede de solidariedade foi fundamental para essas pessoas. Mutirões, ajudar alguém doente, emprestar dinheiro ou um

---

<sup>57</sup> MOHAPATRA, Prabhu. “Asian Labour: Culture, consciouness and representations - Notes for Possible Research” *In: Status Paper of International Collaborative Project*, Amsterdam: International Institute of Social History, 1997, p. 16.

<sup>58</sup> McFARLAND, Gerald W. *Inside Greenwich Village : a New York City neighborhood, 1898–1918*, University of Massachusetts Press, 2001, p.06

<sup>59</sup> KAYE, Antnhoy E. *Joining Places: Slave Neighborhoods in the Old South*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2007, p. 12.

<sup>60</sup> STACK, Carol B. *All our kin*. New York: Basic Books, 1997,p.96-8.

cavalo, compartilhar um tear ou o trabalho de um escravo são pequenas atitudes que evitariam que um indivíduo caísse abaixo da linha da pobreza.

A proximidade seria fundamental para que essa rede de solidariedade fosse eficaz para evitar que a vulnerabilidade social se instaurasse na vida dessas pessoas. Quando alguém estivesse em necessidade, era imprescindível que a notícia chegasse a tempo de se resolver o problema. A partir da análise das redes estabelecidas entre familiares, amigos e vizinhos, analiso como os libertos e seus descendentes se auxiliavam buscando enfrentar a condição de precariedade em suas vidas.

A necessidade deste estudo surgiu não só do debate historiográfico como também da própria documentação que analiso ao longo dessa dissertação. Ao transcrever a Lista de Habitantes 1801 percebi uma concentração maior de pardos em alguns bairros que constavam nessa documentação. A primeira pergunta foi como se deu essa concentração, se naquele momento existiam na Vila de São Carlos muitas terras para serem ocupadas aleatoriamente. Não havia especulação urbana ou políticas públicas que os levassem a morar no mesmo bairro.<sup>61</sup> Qual era o motivo desse grupo de egressos da escravidão ao ocupar o mesmo local? É muito provável que companheiros de cativo e seus parentes e amigos se encontrassem em liberdade nesse espaço, já que recomeçar a própria vida em liberdade perto de amigos e parentes asseguraria sua nova condição e ajudaria na própria subsistência.

A maneira como esses bairros e vizinhanças foram listados na fonte não estava evidente. A Lista de Habitantes de 1801 é dividida por bairros e dentro de cada bairro há uma numeração dos domicílios listados. As informações de cada domicílio constituem em: nome dos moradores, idade, estado civil, se livres ou cativos, atividades que exerciam, tipo de produção e quantidade, e número de cativos que possuía. Nem sempre essas informações aparecem de forma completa, mas ainda assim fornecem um importante fragmento da vida doméstica. Não se sabe ao certo se o responsável seguia uma ordem direta de casas que pudesse fornecer quem era vizinho de quem. Ao cruzar o nome de alguns moradores com a base de dados do Tribunal de Justiça de Campinas, tive acesso a processos que me auxiliaram a entender a própria lógica interna da Lista de Habitantes.

---

<sup>61</sup> Para uma melhor análise sobre as primeiras ocupações em Campinas ver FULLER, Cláudia M. *Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora (Campinas, 1820-1840)*. (Mestrado), Campinas, 1995.

Um dos casos mais interessantes foi do pardo José Lourenço que faz uma petição em nome dos moradores do bairro da Boa Esperança, dizendo que lá moravam há tempos e que o Cap. Mor Joaquim Antônio de Oliveira queria retirá-los sem qualquer direito.<sup>62</sup> Esse bairro não consta na Lista de Habitantes, mas parece ser conhecido por todos e, mais importante, era reconhecido pelos próprios moradores. Outros bairros mais famosos também não aparecem na Lista como o bairro de Santa Cruz. Esse bairro é conhecido por ter sido o local fundador da cidade de Campinas e por ter o centro urbano com paragens para viajantes, botequins e muita confusão. Não consta na lista e pouco era reconhecido pelo juiz e escrivão que mesmo em um processo em 1879 se referiam como o “o bairro ao pé da ponte” o “denominado bairro da Santa Cruz”.<sup>63</sup> No entanto, seus moradores assim o reconheciam e o chamavam em alguns processos. Juana, moradora do bairro e liberta, adotou como sobrenome “Santa Cruz”, pois foi lá que construiu seu botequim, fez amizades e compartilhou muitas de suas dificuldades.<sup>64</sup>

O cruzamento de nomes com a base de dados do Tribunal de Justiça e a leitura dos processos resultantes me trouxeram duas informações valiosas. Os bairros que constavam na Lista de 1801 não correspondiam com a totalidade de bairros que os próprios moradores denominavam e identificavam como seus lugares de residência. Não poderia seguir, portanto, a pesquisa por essa classificação da própria fonte. A segunda interpretação que fiz é de que a numeração da Lista de Habitantes segue uma lógica da vizinhança. Por exemplo, o domicílio 1 é próximo do 2, mas não necessariamente seguidos. A partir de alguns processos como de luta de terras, cruzei o nome de testemunhas, acusados, acusantes com os componentes de domicílio encontrados na Lista. Constantes eram os moradores da mesma vizinhança que se encontravam também na Lista, sem muitos números de distância. E para aqueles que alegavam morar a algumas léguas de distâncias, os números de domicílio também aumentavam.

Mais do que uma coincidência, acredito que essa sequência segue uma lógica que se assemelha muito com a lógica que se estabeleceu nos bairros. Obviamente, os responsáveis

---

<sup>62</sup> CMU, TJC, Autor: José Lourenço Gil et al, Réu Joaquim Antônio Oliveira, Ação Notificação, Ano: 1823, Of: 1º P: 0772.

<sup>63</sup> Arquivo Edgar Leuenroth, rolo CSP/0293, Ré: Justina Autora: Antônia Maria de Campos.

<sup>64</sup> CMU, TJC, Autor: Antonio Jose Silva Martelinho, Ré: Joana Justina Santa Cruz, Ação Inventário, Ano: 1865, Of: 3º P: 7020.

pela Lista não passariam íntegros, sem nenhum erro ao coletar informações sobre todas as casas. Às vezes há repetição de domicílios ou grandes senhores de engenho que são listados em bairros distantes daqueles em que conhecidamente se estabeleceram. Mas, com o cruzamento de fontes e dos próprios moradores dizendo quem partilha diariamente as agruras e fofocas fica mais fácil ter certeza das pessoas que moram próximas.

Como o estudo de uma vizinhança poderia auxiliar na reconstrução de trajetórias e na busca das estratégias de libertos e livres?

Aqueles que moram perto compartilhavam no dia-a-dia as dificuldades de morar numa rua enlameada, por exemplo, ou, mesmo o fato de ter um vizinho ‘mão leve’. Também podem se auxiliar em um momento difícil, de carestia ou de tristeza. Juana, citada anteriormente, montou seu botequim ao lado de “Bahia”, importante comerciante e senhor da escrava Luíza.<sup>65</sup> Muito provável que por morarem perto, Juana e Luíza tenham se tornado muito amigas. Juana deixou, em testamento, um quartinho que havia comprado de Bahia para Luíza, assegurando a sua amiga, uma morada durante a velhice. O próprio Bahia acabou entrando em uma querela por um dos seus inquilinos. Foi acusado de ofender um morador do mesmo bairro e de tirar satisfações sobre a demissão de Antônio Carlos, um dos inquilinos dos quartos de Bahia.<sup>66</sup>

A proximidade espacial e passados comuns transformavam as relações e suas trajetórias. Às vezes poderia ajudar garantindo uma morada, alimento em uma época de dificuldade ou até mesmo um trabalho. Ao regular o foco da pesquisa nessas vizinhanças, pode-se perceber novas estratégias para buscar mobilidade, na formação da família, nas escolhas das amizades e também da permanência ou não no próprio bairro.

Carol Stack, em um estudo etnográfico, reconstrói as redes de solidariedade desenvolvidas por uma comunidade negra muito pobre. Ao analisar especificamente as redes de parentescos, chegou a algumas interessantes conclusões. Primeiramente, o conceito de família nuclear não se aplicava a essas pessoas as quais, devido à intensa e constante carestia, acabavam por desempenhar diversos papéis. Raramente a família podia morar sob o mesmo teto, já que as casas eram pequenas demais. Essa restrição poderia

---

<sup>65</sup> Bahia é listado como senhor de Luíza na Lista de Habitantes de 1829 e em, seguida, é listada Juana. Em seu testamento, citado anteriormente, Juana afirma ser vizinha de “quarto colado” ao Bahia.

<sup>66</sup> CMU, TJC, Autor: Joaquim Gonçalves Santos Cruz, Réu: Joaquim Cardoso Santos Bahia, Ação: Injúrias Impresas, Ano:1860, Of: 1º, P:3321.

fazer com que um observador mais distraído concluísse que a família nuclear era padrão, o que não ocorria.

Era comum a criação dos menores por amigos próximos ou parentes mais velhos. Entregues a tias e avôs, os pequenos acabavam por considerar outros parentes como seus pais e mães que exerciam a função com total direito. Os pais e mães de sangue se ficassem próximos seriam reconhecidos como progenitores, mas as pessoas responsáveis pela criação e carinhos teriam um status diferente. A família era mais extensa e não se restringia ao imóvel. Os papéis eram diversos e poderiam mudar dependendo da organização que se estabelecia.<sup>67</sup>

O conceito de família definido a partir de um domicílio, como por exemplo, aqueles que moram sob um mesmo teto, não cabia ao estudo de Stack. A família nuclear não aparece, pois os papéis de criação dos menores são tão divididos que outras pessoas, que não os pais biológicos, acabam por ser reconhecidos como responsáveis. Adiciona-se a essa multiplicidade de papéis, a impossibilidade de parentes viverem na mesma casa, devido ao tamanho reduzido dessas, mas que ainda assim se visitam diariamente e trocam de forma constante seus lugares de dormitório. A autora encontrou muitos casos de pessoas que almoçavam em uma casa, jantavam em outra e ainda dormiam em uma terceira, quando não mudavam freqüentemente seus lugares de dormir. O conceito de domicílio teve de ser ampliado e o de família transformado. Família, para Stack, passa a ser a menor e mais durável rede de parentesco ou não, que interagem diariamente, provendo as necessidades diárias das crianças e assegurando sua sobrevivência.<sup>68</sup>

Giovani Levi também fez importantes ressalvas quanto o estudo de uma família e seu núcleo domiciliar. No livro *Herança imaterial*, o autor analisa as mudanças de uma pequena aldeia chamada Santena, durante o século XVII. Levi adverte que considerar um grupo doméstico como uma unidade da análise pode ser um anacronismo. Ao levar em conta apenas o grupo co-residente, que habita sob o mesmo teto, em detrimento dos demais, ignora-se o contexto social se estabelecem escolhas e estratégias.<sup>69</sup> Levi, portanto, decide-se por analisar família:

---

<sup>67</sup> STACK, Carol B. *Op.cit*, p.47

<sup>68</sup> *Idem*, p.31.

<sup>69</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.122.

“no sentido de grupos não co-residentes, mas interligados por vínculos de parentela consanguínea ou por alianças e relações fictícias que aparecem na nebulosa realidade institucional do Antigo Regime.”<sup>70</sup>

Concordo que prender-se a um domicílio não contribui com a pesquisa, ainda mais quando se tem uma fonte tão restrita quanto a Lista de Habitantes. Essa por ser um registro momentâneo da organização da família não consegue trazer à tona toda a mobilidade espacial das pessoas de uma mesma rede ou as relações estabelecidas entre ela. Em um período de poucos anos, ou mesmo apenas um, uma família inteira poderia se reorganizar. Os filhos poderiam se casar, morrer, mudar-se ou mesmo a família poderia se diluir entre outras casas, caso estivessem com problemas financeiros para se sustentar. Acompanhar uma determinada família ano a ano, seguindo as Listas de Habitantes disponíveis, seria um trabalho muito árduo, pois essa documentação, em sua maioria, traz grandes lacunas. A escolha de estudar a vizinhança e de traçar a rede de solidariedade que as pessoas construíram é uma forma de sanar as restritas informações que um único domicílio pode trazer. No entanto, penso que seja prudente definir o que é vizinhança e família.

Optei por usar o termo vizinhança e os bairros denominados nos processos e não estritamente os setes bairros descritos nas Listas de Habitantes, porque estes últimos não correspondem aos bairros nos quais os próprios moradores acreditavam morar. É uma delimitação vinda externamente das autoridades que ignoravam qualquer nome que poderia existir para além dos oficiais. Bairros importantes como Campo Redondo, Água Branca e Santa Cruz não aparecem nas Listas e são comumente citados por seus moradores em processos. Na Lista de Habitantes de 1829, não há referência aos nomes dos bairros e a demarcação é feita apenas em “Companhias”, sendo Vila composta por sete companhias. Mesmas suas limitações nessa documentação são equivocadas. Moradores que se denominam pertencentes a algum bairro são listados em outros.

Por tal incongruência, optei por seguir o que os próprios moradores diziam ser seu bairro e seus vizinhos e a partir de seus depoimentos traçar a vizinhança, que não necessariamente depende de uma limitação geográfica oficial e pode conter mais de um bairro. Mesmo aqueles que moravam um pouco mais longe podiam se achar parte da

---

<sup>70</sup> Idem, p.98.

vizinhança por sempre passar na rua, por acompanhar o crescimento das crianças, conversar com os mais velhos e, principalmente, participar dos problemas alheios ou compartilhar os seus. Manuel declarou que há 25 anos conhecia Maria Bicuda e que sempre a via por ser seu vizinho de meia légua.<sup>71</sup> Apesar da distância parecer grande, não impediu Manuel de se considerar vizinho de Maria e de vê-la crescer nesses 25 anos que morou no bairro (ou fora dele? Pouco importa). Foi chamado como testemunha por Maria, o que já demonstra proximidade entre os dois.

A vizinhança era um espaço de criação dos próprios moradores, que independia da vontade das autoridades e dos espaços que essas delimitavam. Os próprios moradores a criavam, ignorando os nomes e os limites oficiais e, por tal iniciativa não teve outra escolha que não respeitar o que foi criado.

Larissa Bombardi, em sua análise sobre bairros rurais, afirma que a distância das casas pode confundir o observador. Por muitas vezes longe uma das outras, o pesquisador poderia analisar essas residências de modo separado, sem perceber que seus moradores se vinculam “pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas.”<sup>72</sup> Para os camponeses analisados, vizinho é todo aquele sitiante que compartilha técnicas de cultivo, participa do mutirão e, não necessariamente, mora perto. Apesar da distância, estaria sempre perto, como o Manuel que, por 25 anos, acompanhou o crescimento de Maria Bicuda.

A vizinhança não seria apenas a soma de casas e sítios, mas a relação que estabelecem entre si e com outros espaços – centro comercial e igreja. É nesse espaço, sem delimitação geográfica exata, que a maior parte dos membros de uma rede de solidariedade se encontra.<sup>73</sup> Em um mesmo bairro descrito na Lista de Habitantes, é comum encontrar pessoas da mesma família; pais, filhos, netos, sogros, sobrinhos, dividindo os problemas, o cultivo da terra e a renda. Mas o que caracteriza uma família e seus componentes, se a característica de dividir o mesmo teto já não é mais suficiente? A impossibilidade de rastrear através da documentação os responsáveis pela criação dos menores, me fez abrir mão do conceito de família adotado por Stack.

---

<sup>71</sup> CMU, TJC, Autor: Pedro Ribeiro, Ré: Gertrudes Cardoso, Ação: Inventário, Ano: 1804, Of:1º P:0074.

<sup>72</sup> BOMBARDI, Larissa Mies. “O Bairro Rural como Identidade Territorial: A especificidade da abordagem do campesinato na geografia”. *Agrária* (São Paulo, v. 1, 2004, p. 58.

<sup>73</sup> *Idem*, p.61.

Por outro lado, Levi apresenta uma conceituação sucinta e útil. A família de arrendatários analisado pelo autor, não era co-residente, porém eram unidos nos negócios.<sup>74</sup> Seus integrantes, diariamente, compartilhavam estratégias para evitar riscos e aumentar a previsibilidade dos perigos da plantação ou da velhice, por exemplo. Portanto, aqui, entendo família como a menor porção de pessoas que partilham uma renda, seja ela em gênero – plantação e animais – ou monetária – jornal, pagamentos, salário, lucro – e as decisões de uso dessa mesma renda. Se as crianças não contribuem para a renda, estão incluídas, certamente, nos gastos desta. Seriam pertencentes a uma mesma família aqueles que decidem em conjunto o que fazer com seus proventos ou dívidas.

A rede de parentesco, portanto, seriam os demais parentes que de alguma forma se ligam aos responsáveis por gerarem essa renda, sejam pedindo por favores, dinheiro, ajuda ou cobrando dívidas. Antes de definir o que é uma rede de sociabilidade e, em seguida, de solidariedade, se faz necessário recorrer ao arcabouço teórico da demografia, explicando alguns de seus conceitos e seus usos.

Muito recorrente é a análise de redes de sociabilidade a partir de uma pessoa, o ego.<sup>75</sup> A rede de sociabilidade desse indivíduo contém todas as pessoas que ele conhece, sem precisar que essas se conheçam entre si. No entanto, assumi, quando existente, o casal mais velho como o ponto central, ao invés de escolher apenas um deles para ser o ego. Uma vez que a definição de família aqui adotada é basicamente econômica, quem apareceria nas fontes como responsável pela renda seria, com muito maior frequência, o marido. Mesmo com a contribuição da mulher para a renda, as fontes aqui tratadas, colocam os homens como provedor, responsável pela renda e pelas causas jurídicas. O resgate das redes diretas da mulher traria à tona novos aspectos também sobre a vida do homem e da família. Ao iniciarem um relacionamento, o casal aumenta a sua rede de sociabilidade, adicionando aos seus conhecidos os parentes e amigos do outro cônjuge. Considerar o casal como ponto de partida, como ego, traz uma nova perspectiva à análise. Os parentes e amigos, ligados diretamente à mulher, poderiam auxiliar o casal em um momento de necessidade ou requerer ajuda. Essa presença dos parentes do cônjuge interferiria diretamente na

---

<sup>74</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*, p.99.

<sup>75</sup> NOBLE, Mary. "Social network: Its use as a conceptual framework in family analysis." In: BOISSEVAIN, Jeremy & MITCHELL, Clyde J.(org.) *Network Analysis Studies in Human Interaction*, Mouton&Co., 1973, p.3-13.

manutenção da renda familiar, podendo ora aumentá-la ora diminuí-la, com empréstimos, pedidos de ajuda.

Já a rede de solidariedade constitui em todas as pessoas que oferecem e esperam ajuda para evitarem cair abaixo da linha de subsistência. Participam de mutirão para construção, para fazer o roçado ou em um momento de carestia, reúnem alimentos para ajudar a família necessitada. MacFarlane descreve essa rede como composta por indivíduos que seriam chamados para auxiliar durante algum drama ou problema vivido pelo indivíduo estudado.<sup>76</sup>

Na análise feita por Antônio Cândido em *Parceiros do Rio Bonito*, o cultivo de subsistência seria a principal característica de um bairro rural e de uma vizinhança de agricultores. Para o autor, entre os moradores, não haveria uma preocupação para se produzir para o mercado. No entanto, é muito raro encontrar algum produtor que se dedique exclusivamente a subsistência. Pedro Ribeiro, agricultor pardo, assim como outros tantos agricultores investiam em produções e cultivos seguros que poderiam render lucros. Os moradores do bairro da Boa Vista que participaram da vida de Pedro e ainda seus familiares não constituiriam um bairro rural, na análise de Cândido, ainda que, juntos tenham feitos roças, dividido o serviço do cavalo e partilhado as memórias da infância.<sup>77</sup>

Em uma análise mais ampla, Maria Isaura de Queiroz propõe que o bairro tradicional analisado por Cândido é uma das possibilidades e não a única. A autora coloca as relações sociais estabelecidas como ponto de partida para a análise:

“Bairro rural é aquele cujos membros, estando à frente de empreendimentos rurais de que guardam responsabilidade (mesmo quando não conservam a totalidade da colheita), desenvolvem entre si relações de vizinhança que se concretizam na participação, em nível social igualitário, das atividades quotidianas e festivas do grupo de localidade.”<sup>78</sup>

Mais do que o fator econômico, as relações sociais caracterizariam os bairros rurais. Para a autora, a ajuda mútua, a cooperação entre os moradores tanto no trabalho como nas relações pessoais seriam a questão central. Apesar da autora não utilizar o termo “redes de

---

<sup>76</sup> MACFARLANE, Alan. *Reconstructing Historical Communities*. London: Cambridge University Press, 1977, p.18.

<sup>77</sup> CMU, TJC, Autor: Pedro Ribeiro, Ré: Gertrudes Cardoso, Ação: Inventário, Ano: 1804, Of:1º P:0074.

<sup>78</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Bairros rurais paulistas: dinâmicas das relações bairro rural-cidade*. Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1873, p.49.

solidariedade”, as relações entre os moradores dos bairros analisados fazem parte dessa rede. Trocavam dias de serviços, auxiliando os vizinhos no cultivo e ajudavam nos cuidados com os doentes e enterros. Essas situações de ajuda mútua fazem com que a relação estabelecida possa ser considerada de solidariedade.

A relação que Pedro Ribeiro estabeleceu com os filhos de sua esposa e seu cunhado indica que não só no trabalho se ajudavam. Pedro compartilhava o cavalo, dividia ferramentas e, certamente, recebia ajuda na criação e transportes dos porcos que criava. Quando, na pobreza, pediu ajuda, conseguiu repartir os familiares que moravam com ele entre a casa de seu cunhado e de seu enteado. Gertrudes, sua esposa, ajudou no cuidado de sua sogra, sua cunhada e sobrinho. Narciso, outro agricultor pardo, quando se estabeleceu na Vila de São Carlos, em mutirão que contava com ajuda de seu filho e amigos, fez a sua primeira roçada.<sup>79</sup>

O mutirão parece ser uma evidência de como as relações de solidariedade eram essenciais para a vida dos moradores da Vila de São Carlos. D’Alincourt relata, em 1818, que no caminho entre Campinas e Jundiá viu:

“numa casa, em que, nesta ocasião havia um grande número de pessoas, d’ambos os sexos; por ser costume juntarem-se muitos para o trabalho, a que chamam muchiron, na linguagem indiana; e assim passam de umas a outras casas, à medida que vão findando as tarefas: o trabalho consiste em prepararem e fiarem algodão, e fazerem roçados para plantações.”<sup>80</sup>

Esses pequenos agricultores contavam diariamente com a ajuda de vizinhos para seus afazeres na roça, em casa, ou para cuidar das crianças e velhos. Não estou dizendo que viviam em plena harmonia e, pelo contrário, as brigas eram comuns. O conflito era tão comum entre vizinhos que uma vez iniciada a ação o juiz fixava uma multa em réis ou dias de cadeia caso os envolvidos se atacassem.<sup>81</sup> Os conflitos, os mexericos e os mutirões faziam parte dessas vizinhanças. Imprescindível para a subsistência, para o cultivo e cuidado de animais, para a manutenção da renda seria a rede de solidariedade que se estabelecia entre os vizinhos.

---

<sup>79</sup> CMU, TJC, Autora: Ana Brito, Réu: José Inácio Camargo e mulher, Ação: Libelo Cível, Ano: 1829, Of:1º P:1210.

<sup>80</sup> D’ALINCOURT, Luís. “Memórias sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá, etc”, In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XIV, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, , pp.253-381, p.281.

<sup>81</sup> CMU, TJC, Autor: Joaquim Pedro Camargo, Ré: Rosa Araújo, Ação Notificação, Ano: 1831, Of: 1º, P: 1424.

No caso analisado por Maria Isaura de Queiroz, as pessoas que compunham os bairros rurais não se distinguiram socialmente entre si, já que não haveria entre elas, uma diferenciação de base econômica. Parece ser essa semelhança social e equidade econômica, condição imprescindível para que se forme a solidariedade entre os vizinhos. O que tornaria alguém vizinho e parceiro seria a experiência diária ligada à terra, a dificuldade de manter a produção e a necessidade de receber ajuda dos outros para empreitadas maiores. Compartilhariam o perigo diário de caírem na pobreza, caso houvesse uma enchente, uma seca, uma dívida ou mesmo, uma morte na família.

Na comunidade analisada por Stack, as ajudas oferecidas, de criar uma criança ou de contribuir com a alimentação, por exemplo, não poderiam ser recusadas, pois este ato seria interpretado como uma afronta. “As expectativas e obrigações coletivas criadas pela rede de parentesco cooperativa resultavam para essas pessoas, restritas à carestia, em estabilidade dentro da própria família”<sup>82</sup> De um modo sucinto, o sujeito teria sempre que ajudar para ser ajudado e para que ninguém ficasse em uma situação miserável. As redes de solidariedade seriam essenciais para que os trabalhadores evitassem cair na miséria. Marcados pela precariedade de sua condição, mesmo os pequenos agricultores, se apoiariam em seus próximos para evitar cair na vulnerabilidade social.

Negar ajudar poderia desestabilizar essa corrente de cooperação e a própria economia doméstica. Para os moradores, a obrigação de dar aquilo que o outro precisa ou deseja é tanta que aquele que se negava é visto como não confiável e aproveitador. Aquele que se nega é retirado da rede.

Stack defende que em meio a tanta instabilidade, a rede de solidariedade construída por essa comunidade é fundamental para lidar com a pobreza e com o racismo. Essencial para que essa rede funcione é a proximidade que as pessoas moravam. Sem a proximidade, os problemas e os pedidos de ajuda não seriam de conhecimento geral, dificultando a manutenção dos laços.<sup>83</sup> Para Campinas, no início do século, morar alguns quilômetros de distância não seria problema, contanto que em algum momento da caminhada diária, se passasse na frente da casa dos parceiros e se tomasse conhecimento das novidades.

---

<sup>82</sup> STACK, *All our kin.*, p.24

<sup>83</sup> *Idem*, p.33.

A autora assume a influência de Marcel Mauss e Malinowski em sua obra. Acredito que nesse tipo de análise, de ajuda mútua entre parceiros ou vizinhos, a teoria de Mauss pode trazer muitas contribuições. Esse autor analisou como, a partir, da troca de objetos, geravam-se relações de dependência entre grupos. Ao se dar um presente, se espera que o outro retribua e quem o recebe se sente na obrigação de presentear também. Mauss chama essa teoria de dádiva e contra-dádiva e tenta entender como essa relação de obrigação mútua ocorre.<sup>84</sup> Como ele analisa esse fenômeno em sociedades não capitalistas, é necessário fazer ressalvas antes de empregar algumas reflexões dessa teoria.

Primeiramente, nenhum dos participantes dessa troca, seja de objetos, serviços, ganharia mais que o outro ou teria mais poder. Quando se presenteia alguém, estabelece-se uma relação de confiança, amizade e compreensão mútua.<sup>85</sup> A relação que se estabelece a partir da troca não pode ser uma relação de poder, ou não configuraria dádiva e contra-dádiva. Se baseada em poder, não seria baseada na confiança, mas sim no medo de uma possível coerção daquele mais poderoso. O que se busca com a troca, é estabelecer relações de dependência entre os participantes, sem que ninguém saia mais beneficiado que o outro.

86

No livro de Carol Stack, quem efetua a troca são pessoas pobres e negras cuja renda principal vem do governo e, nessa presente dissertação, são pequenos agricultores, em sua maioria egressos da escravidão e descendentes, cuja produção tem como objetivo principal manter uma subsistência segura. Raramente, há uma diferença social perceptível entre os agricultores aqui estudados, já que possuem o mesmo tipo de cultivo e, em geral, não são senhores de nenhum escravo. Para as pessoas que estão inseridas nessa rede de ajuda mútua, não importa o valor comercial do objeto dado ou recebido. O reconhecimento do que é emergencial e necessário é o que caracteriza a importância da troca. As trocas de objetos e serviços entre pobres, tanto nas sociedades industriais quanto nas essencialmente agrárias como é Campinas nesse período, têm semelhanças notáveis com os padrões descritos por Mauss. Aquele que recusa ajuda ou ajudar é mal visto, podendo ser excluído da rede. É excluído porque quebrou o pacto de confiança que se estabeleceu. Seria visto

---

<sup>84</sup> MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*, Lisboa, Edições 70, 1988.

<sup>85</sup> SABOURIN, Eric. "Marcel Mauss: da Dádiva à questão da reciprocidade.", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 66, Fev. 2008, p.131-138, p. 133.

<sup>86</sup> STACK, Carol. *Op. cit.*, p.38-39.

como um aproveitador, já que quando solicitou ajuda, a recebeu, mas quando foi solicitados se negou a prestar. Aquele que também se nega a receber uma ajuda é visto como alguém que desdenha o outro, que não merece, portanto, ser mais ajudado.

Apesar de não citar Mauss, percebe-se na obra de Maria Isaura P. de Queiroz uma forte influência do conceito de dádiva. As famílias que, por algum motivo, faltam às festas do bairro e se recusam a ajudar em suas preparações se tornavam mal faladas. Para os moradores, não participar das festas, dos mutirões de construções ou de doações é um erro grave. Mesmo a família protestante que não compartilha dos valores envolvidos nas festas católicas acabavam participando destas, temendo algum tipo de falação. Cartas difamatórias serviam como ameaças para aqueles que decidiam não participar dos eventos coletivos e essas correspondências causavam tamanho mal estar que algumas famílias que as recebiam mudavam-se do bairro.<sup>87</sup> Mauss não é citado pela autora, mas um de seus comentadores – Gurvitch – faz parte da bibliografia. Certamente, a teoria de Mauss estava permeada nos argumentos formulados por Queiroz sobre os bairros rurais paulistas.

Algumas diferenças também têm que ser destacadas. Permanecer dentro dessa rede poderia limitar as chances de ascensão, já que toda a renda extra possível acabava por ser distribuída entre os parentes. Caso alguém recebesse um provento extra, herança ou trabalho, esse dinheiro tinha que ser logo gasto pela pessoa ou, rapidamente, apareceriam familiares e amigos em dificuldade cobrando ajuda ou dívidas passadas.<sup>88</sup> Negar esses pedidos poderia trazer a exclusão e a dificuldade de continuar a vida sem ajuda de ninguém. A permanência nessa rede, ao mesmo tempo, que ajuda em tempo de miséria, impediria ao indivíduo uma mudança repentina, pois qualquer renda extra seria dissolvida entre os demais. Sair dessa rede poderia significar traçar um caminho inteiramente novo e sozinho.

A ajuda também não precisa ser retribuída de forma rápida. Como as trocas são pautadas em necessidades e urgências, é mais prudente pedir quando, de fato, é necessário.

As redes de parentesco e solidariedade seriam essências também para os camponeses analisados por Giovani Levi. As estruturas familiares e as redes de amizade, de vínculos e de proteções trariam segurança e previsibilidade, isto é, caso a produção não fosse suficiente ou alguém morresse as redes seriam acionadas para evitar um prejuízo

---

<sup>87</sup> QUEIROZ, Maria I. P. *Op.cit.*, p. 49.

<sup>88</sup> STACK, Carol. *Op.cit.*, p. 106.

maior. Uma vez inserido nessa rede, o indivíduo poderia receber cuidados quando velho, alimentos em época de uma má colheita.

Da mesma forma que a rede de solidariedade foi essencial para camponeses do século XVII, para a comunidade negra americana lidar com a pobreza e racismo, seria essencial para os trabalhadores negros livres e libertos em Campinas, pois, o que uniria realidades tão diferentes é a necessidade de evitar os riscos de se cair na pobreza e o forjamento de estratégias para sobreviver. Analisar as vizinhanças traz uma nova abordagem para o próprio estudo de redes de solidariedade e para as formas de evitar a miséria. São estratégias que, muitas vezes, são elaboradas em conjunto com os mais próximos, sejam esses amigos e parentes.

## 1.2 Metodologia

A metodologia estabelecida foi o cruzamento nominativo, no qual cruzei os nomes de pessoas relacionadas como pardas encontradas nas Listas de Habitantes da Vila de São Carlos de 1801 e 1829 com os processos da base de dados do Tribunal de Justiça de Campinas. Como o estudo se baseia na reconstrução das redes de solidariedade estabelecidas, não é possível fazer uma seleção prévia dos tipos de processos a serem utilizados.<sup>89</sup> Se alguém, que compõe a rede a ser analisada, tivesse morrido assassinado, foi necessário consultar o processo crime e seu inventário. Se tivesse sido um comerciante, os registros de licença desta atividade como também os impostos relativos às mercadorias foram consultados. Acompanhar a vida de algumas pessoas traz à tona uma diversidade de processos que tem de ser considerados: inventários, processos de injúria, hastas públicas e pedidos de licenças à Câmara de Vereadores. A maior quantidade de fontes Sobre uma pessoa não se justificaria pelo teor quantitativo da pesquisa, mas, como afirmaria MacFarlane, porque “cada registro encontrado ilumina todos os precedentes.”<sup>90</sup>

A Lista de Habitantes de 1801 e 1829 são fontes principais dessa dissertação. Podem fornecer informações valiosas que possibilitam o cruzamento com uma ampla diversidade de fontes. A Lista é, geralmente, dividida em unidades domésticas. Cada uma composta pelo chefe do fogo e seus parentes, podendo ser filhos, mãe, tias. Constam idade

---

<sup>89</sup> *Idem*, p.35.

<sup>90</sup> *Idem*, p.36.

e se casados, solteiros ou viúvos. Pode constar a produção, quais alimentos e a quantidade. Constam também profissões e, até limitações, “sem um braço”, “bócio”, “lerdo”, “surdo.” Algumas vezes contém morte de um dos indivíduos, “morreu seu filho João.”

A Lista de Habitantes de 1801 e 1829, também trazem a cor dos indivíduos, sendo B para brancos, N quase que totalmente para escravos e P para mulheres e homens pardos livres ou libertos.<sup>91</sup>

Como dito anteriormente, traz apenas um fragmento da vida doméstica. Como afirma Berkner, esse tipo de fonte seria como um registro fotográfico, momentâneo, de trajetórias inteiras que mudam mais do que as Listas são capazes de mostrar.<sup>92</sup> Quando se parte do pressuposto de resgatar as redes de solidariedade que se formaram, essa fonte não pode ser a única, pois muitas informações seriam ignoradas. Como os filhos nem sempre adotam o sobrenome dos pais, fica difícil apontar quem são parentes em um mesmo bairro. A mudança de sobrenome é muito comum, sendo uma mesma pessoa conhecida por diversos nomes, o que dificultaria a pesquisa. Mais complicado ainda é apontar as relações de amizade, usando apenas essa documentação.

No entanto, através do cruzamento com inventários, testamentos e processos criminais e cíveis, agregam-se informações dos próprios atores que declaram não somente o parentesco consanguíneo como, às vezes, o parentesco por afeto, por apadrinhamento. Trazem mais informações sobre as pessoas que compõem a rede de solidariedade do que somente a Lista de Habitantes.

A análise mais detida nas fontes assim como o cruzamento dessas pode trazer novas descobertas sobre a composição das redes de solidariedade desse grupo. Se nos restringíssemos apenas à família nuclear (menor)– mãe, pai, e filhos – muito das ajudas mútuas e dos conflitos seriam ignorados. Valter Martins, ao estudar agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX, cruzou as Listas com apenas inventários e, apesar de anunciar que a Lista constitui apenas um registro fotográfico da vida de pequenos agricultores, não segue as advertências de Berkner. Utiliza esta fonte sem perceber suas armadilhas e defende que a família nuclear predominava. Surpreende-se com o número de agregados nos domicílios de pequenos agricultores, sem perceber que a própria fonte o

---

<sup>91</sup> Há apenas um fogo de pessoas livres ou libertas listado com a letra “N”.

<sup>92</sup> BERKNER, Lutz K. The Stem Family and the Developmental Cycle of the Peasant Household: An Eighteenth-Century Austrian Example. *The American Historical Review*, Vol. 77, No. 2 (Apr., 1972), p. 405

ludibriava. Afirma ainda que era “comum os agricultores receberem como agregados conterrâneos que também migravam para Campinas, como é o caso de Pedro Ribeiro.”<sup>93</sup> Martins, ao consultar apenas a Lista, acaba por ignorar o que estava bem à vista. Os agregados de Pedro eram todos parentes dele ou de sua esposa. A família deste pequeno agricultor nada tinha de nuclear contava com sogra, irmã, sobrinho e enteada.<sup>94</sup>

Nem sempre a lista trazia também todos que moravam no domicílio. Em um processo de inventário, a responsável declara que uma das herdeiras, Bernadina, escrava, morava com sua mãe e não com sua senhora Teodora. Na Lista, a filha escrava não aparece.<sup>95</sup> As casas abrigavam mais pessoas, parentes e amigos, do que Martins argumenta.

A importância de se traçar a rede de parentesco e de solidariedade é saber como a relação entre as pessoas – casamento, amizades, intrigas – poderia auxiliar ou atrapalhar a ascensão social. Não era raro o casamento entre pessoas abastadas de uma mesma família para manter a riqueza concentrada. Ter parentes mais ricos, ou muito pobres poderia alterar o caminho da ascensão social. Infelizmente, Martins não considera essa variável e coloca lado a lado pequenos agricultores libertos e filhos de grandes senhores de engenho.

Ao se debruçar apenas para a Lista de Habitantes, Martins justifica o alto número de fogos chefiados por mulheres se apoiando na autora Alida Metcalf. Essas mulheres teriam constituído outro domicílio por terem sido expulsas da família, ou por serem velhas, viúvas ou mãe solteiras. Os pequenos agricultores não aceitariam sua presença, pois não se assemelhava à estrutura de uma família nuclear. Berkner já tinha, décadas antes, anunciado o perigo de se usar apenas registros censitários. Lutz Berkner defende que o modelo nuclear é apenas uma das fases pelas quais a família passa, sendo tão duradouro quanto o modelo extenso, filho morando com pais velhos. A análise de um momento específico e de uma única fonte faz com que Martins vá além da afirmação da família nuclear como modelo para pequenos agricultores, explicando de um modo equivocado a presença feminina na área urbana de Campinas.

É importante notar que a época que Martins apresenta, primeira metade do século XIX, é tão próspera para os pequenos agricultores, mas não poderia ser vantajosa para as

---

<sup>93</sup> MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*, Ed. CMU/Unicamp, 1996, p.56.

<sup>94</sup> CMU, TJC, Of: 1º P: 0074.

<sup>95</sup> CMU, TJC, 1835, Of: 3º P:06671. LHC 1829, Brigida Leite, p.261.

mulheres que decidissem arriscar constituir um domicílio sozinha. Ainda ressalto, que raramente essas mulheres estão sozinhas, como no caso de Juana, que ganhou uma amiga valiosa, sua vizinha. Ou ainda no caso de Bernadina e suas irmãs, que moravam todas próximas da mãe. A falta de matrimônio, ou da presença de um companheiro, não significaria necessariamente solidão e desamparo para essas mulheres, como será visto no Capítulo 3.

Proponho o cruzamento de nomes de todas e todos livres definidos como pardos, pretos e negros nas Listas de Habitantes de 1801 e de 1829 com a base de dados do Tribunal de Justiça de Campinas, hospedada no Centro de Memória da Unicamp. Acredito que esse cruzamento pode trazer novas perspectivas sobre as possibilidades de ascensão e as estratégias traçadas pelos egressos da escravidão e seus descendentes.

A base de dados possui um mecanismo de busca que permite procurar as pessoas por partes do seu nome, solucionando o problema de cruzar o nome da Lista com outras fontes. Antônio Almeida, por exemplo, pode ser encontrado como Antônio Francisco de Almeida e a partir do cruzamento do nome da esposa, por exemplo, ou do bairro e da profissão, ter certeza de que é a pessoa procurada.

O cruzamento ainda tem o benefício de trazer nomes completos de descendentes, o que a Lista de Habitantes não permite. Nos inventários, os herdeiros são listados com seus sobrenomes enquanto nas Listas só constam seu primeiro nome. Esses nomes completos também são cruzados com o Tribunal para tentar resgatar como a herança foi usada e se a mobilidade foi possível. É claro que muitas pessoas, por se mudarem, não deixaram inventário, mas para aqueles que ficaram e deixaram documentação será possível traçar seus caminhos.

Na busca para entender como a precariedade se instalou na vida dos egressos da escravidão durante a mudança de uma economia basicamente doméstica para uma economia de mercado na Vila de São Carlos, analiso dois diferentes grupos. No primeiro capítulo, os pequenos produtores agrícolas nas primeiras décadas do século XIX são o objeto da análise. Suas escolhas de plantio, suas redes de solidariedade e suas estratégias frente ao avanço de outros produtores sobre suas terras, assim como sua relação com a vizinhança são analisadas. Esses pequenos produtores, em poucas décadas, viram o comércio local da cidade aumentar de volume e importância, porém, ao mesmo tempo em

que crescia o interesse pela propriedade rural e suas chances de permanecer na terra diminuía.

Já no segundo capítulo, analiso como as mulheres no comércio disputavam espaços e buscavam ascender socialmente e financeiramente através dessa atividade. Em um primeiro momento, essas mulheres não tinham concorrência com outros estabelecimentos, mas, com o crescimento da cidade, houve um aumento do comércio formal e também de leis e taxas que regulavam o comércio, dificultando sua permanência nessa atividade. Outro objetivo desse mesmo capítulo é entender como se deu o aumento de número de fogos chefiados por mulheres, principalmente, nas regiões centrais da Vila de São Carlos.

No último capítulo, acompanho diferentes gerações de famílias que tiveram sua origem na escravidão. São analisadas suas estratégias de acúmulo e os laços estabelecidos para assegurar, minimamente, a subsistência.



## CAPÍTULO - 2 Agricultura nas primeiras décadas do século XIX

A primeira década do século XIX não fornecia um prospecto muito bom para aquele pequeno agricultor que pudesse investir no comércio. Aqui me refiro a todos produtores que se dedicavam a plantar gêneros de primeira necessidade (mandioca, feijão, arroz, milho) que possuíam até 03 escravos.<sup>96</sup> A Vila de São Carlos era pouco povoada e cerca de 64% dos domicílios declaravam manter a sua subsistência através do plantio.<sup>97</sup> Se somarmos os domicílios que declararam nada colher por algum motivo como doença e aqueles domicílios que ainda não plantaram por ser recém chegados à cidade, o número de consumidores se mostra ainda menor. O número de produtores chegaria a mais de 70% da população. Os pequenos agricultores que se dedicassem ao comércio encontrariam dificuldades em vender seus excedentes dentro da cidade. As possibilidades de trabalho urbano também não eram altas. Majoritariamente, esses pequenos agricultores dependiam e viviam dos frutos da terra e de suas criações de animais. Analisando mais de perto a Lista de Habitantes de 1801, são poucos os chefes que declaram trabalhar com venda ou declaram, ao menos, terem vendido uma parte da produção. Em sua grande maioria, se dedicavam a produzir para o próprio consumo.

Apesar de constituírem apenas um registro momentâneo e muitas vezes lacônico e dependente de cada responsável pelo seu preenchimento, os registros populacionais podem nos oferecer indícios sobre como esses agricultores administravam suas produções. Em sua maioria, não produziam para o comércio e tinham como prioridade a manutenção segura de sua subsistência.

Berkner afirma que esse tipo de registro poderia servir para o controle da própria cidade em relação a terras, à quantidade de homens disponíveis para batalha e, claro, para a cobrança de impostos.<sup>98</sup> Não seriam, portanto, uma fonte com dados estatísticos tão exatos. Peter Eisenberg também já havia enunciado que as Listas de Campinas deveriam ser usadas com cuidado, já que erros eram comuns.<sup>99</sup> Claudia Fuller alerta para o fato desses registros na Vila de São Carlos também serem usados para recolhimento de tributos. Esses registros

---

<sup>96</sup> Não encontrei nenhum lavrador pardo com mais de três escravos.

<sup>97</sup> AEL, LHC 1801.

<sup>98</sup> BERKNER Lutz K. "The use and misuse of census data for the historical analysis of family structure", *Journal of Interdisciplinary History*, V(4), 1975, pp. 721-38.

<sup>99</sup> EISENBERG, Peter L., *Homens Esquecidos*, Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p.331.

pecam pela falta de informação.<sup>100</sup> Às vezes, um vendedor de porco capado só aparece como agricultor. Não eram raros aqueles que informavam que nada haviam colhido por ser novo ou por ter estado doente.

A Vila de São Carlos pouco trazia de oportunidades a esse grupo. Não havia possibilidades palpáveis de se dedicar ao comércio já que a maior parte da população era capaz de prover seu sustento. Até 1809, cerca de 75% da população tinha cultivo de lavoura de alimentos, sendo o setor de serviços e comércio minúsculo.<sup>101</sup> Se buscassem uma rentabilidade vendendo o excedente, esses agricultores teriam que exportar, vender para outras cidades. O comércio com as cidades vizinhas e com viajantes ainda não era significativo e poderia trazer algumas dificuldades. A venda de alimentos dependia de viajantes que lá passavam. Não eram raras às vezes em que se tornavam grandes lamaçais que só podiam ser atravessados por experientes homens que esperavam os pequenos agricultores para lhes cobrar taxas.<sup>102</sup> Ou esses pequenos lavradores tinham que conhecer bem o caminho e saber lidar com seus riscos ou tinham que pagar para alguém levar a produção em segurança. Conhecer o caminho não era a única exigência, haveria de buscar uma inserção também no mercado vizinho.

Minha intenção é demonstrar que não era por inaptidão, ou falta de conhecer as leis de mercado que esses agricultores pardos não dedicavam toda a sua produção ao comércio. Pelo contrário, percebiam que se arriscar para produzir sempre um excedente para a venda poderia quebrá-los financeiramente. Dedicar-se a gêneros que não fossem de primeira necessidade como, por exemplo, fumo, algodão, açúcar, frutas, poderia fazer com que passassem fome caso houvesse uma queda no valor de venda desses produtos. E, mais preocupante do que o tipo da lavoura, foi o intenso avanço de grandes produtores em direção a terras desses pequenos agricultores. A condição desses últimos se tornou, cada vez mais instável, à medida que a Vila de São Carlos se transformava em importante produtora de açúcar e, posteriormente de café.

A escolha da lavoura, as tentativas de se inserir no comércio para obter algum lucro, e, mesmo, a rede de solidariedade formada por esses pequenos produtores foram essenciais

---

<sup>100</sup> FULLER, Cláudia M. *Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora (Campinas, 1820-1840)*. (Mestrado), Campinas, 1995, p.41.

<sup>101</sup> *Idem*, p.350.

<sup>102</sup> MARTINS, Valter. *História de Compra e Venda: Mercado e abastecimento urbano em Campinas, 1859-1908*. (Doutorado), USP, 2001, p. 30.

para sua manutenção na terra e para assegurar, ao menos, a subsistência. Nesse capítulo, serão analisadas as redes de parentesco e solidariedade como forma de sobreviver ao aumento da instabilidade e da precariedade que começava a se instalar em suas vidas. As diversas maneiras como resistiram às tentativas de lhes retirarem de suas terras também serão analisadas.

O modelo de *safety-first*, definido por Scott, é de extrema utilidade para entender como o pequeno produtor organizaria sua produção. O camponês seria avesso a se arriscar para produzir ao mercado, pois não tem como investir em um aumento da produção que assegurasse um excesso para venda.<sup>103</sup> Viveria numa linha tênue entre subsistência e fome, a qual poderia ser ultrapassada pelo clima, pela doença na família e por todo o tipo de causalidade. Para os camponeses da Vila de São Carlos, não seria diferente. Na primeira década do século XIX, era muito arriscado dedicar forças e parte da renda para um mercado consumidor tão diminuto.

Há de se ressaltar que nem tudo podia ser produzido em casa e nem só de alimento necessitavam esses agricultores. Eles produziam o mínimo necessário para garantir a compra de ferramentas, teares e animais e, principalmente, para cumprir os compromissos sociais. O dízimo, cobrança sobre a produção, deveria ser pago também em dinheiro. Como sempre viviam nessa linha tênue entre a subsistência e a fome, esses agricultores contavam com a ajuda de vizinhos e parentes em momentos difíceis, assim como estes últimos recorriam a eles em momentos de crise, doença ou perda da plantação.

O que pautava a vida desses agricultores era a busca por uma subsistência estável e constante, mais do que produzir para um mercado consumidor oscilante e pequeno. Eram poucos os domicílios que não se dedicavam ao menos a plantar feijão, milho e arroz. Para o pequeno agricultor, poderia ser muito arriscado investir dinheiro e sua força de trabalho e de seus familiares para produzir um excedente volumoso para o mercado consumidor, já que alguns engenhos também poderiam plantar para seu consumo e, muito provavelmente, vender. Hebe Mattos ressaltava, no seu estudo sobre Capivary, que era muito freqüente,

---

<sup>103</sup> SCOTT, James C. *The moral economy of the Peasant: Rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven and London: Yale University Press, 1976, p.24

fazendeiros atuarem também como comerciantes.<sup>104</sup> Essa concorrência poderia dificultar a permanência no comércio de um pequeno lavrador.

Não quero dizer que o comércio não estivesse presente na vida desses agricultores. Pelo contrário, era necessário, já que nem tudo poderia ser produzido dentro de sua casa. A produção não era voltada para o comércio e teria que assegurar acima do lucro, a subsistência. Para esses agricultores, havia estratégias seguras de comércio que veremos mais adiante. Ainda que recorressem ao comércio, o cultivo do solo se constituía como meio primário para a subsistência.

É comum encontrar em inventários e processos agricultores que possuíam criação de porcos e galinhas. Na Lista de Habitantes, a criação de porcos capados não aparece de modo sistemático e sobre a de aves não há uma única menção. A criação desses animais não faria com que os pequenos agricultores arriscassem a sua estabilidade. O capital inicial é baixo e exige pouco cuidado. As galinhas podem ser criadas à solta, sem custo com sua alimentação e ainda fornecem ovos. Os porcos são reconhecidos por comer de tudo, podendo ser criados sem custos. Mais interessante notar ainda, que esses animais, principalmente o porco, podem ser usados como poupança de alimentos. Caso uma boa colheita tenha produzido mais do que o esperado e a venda não tenha sido possível, dando-se aos animais o excedente, há a engorda mais rápida e, em um futuro breve, o abate e a carne dos animais. A perda do excedente seria nula. Se a colheita não fornecesse alimentos suficientes para a família, os animais também podem ser abatidos.

Já a criação de gado *vacum* para o corte demanda não só um capital inicial maior como também muito investimento para que seja auto-suficiente na reprodução, o que não era acessível para a maior parte desses agricultores.<sup>105</sup> Esse custo elevado não significa que os agricultores não possuíssem bois ou vacas. Estes estavam presentes sempre em número reduzidos o bastante para não possibilitar a reprodução para o corte sistemático. Os bois deveriam ser usados também como forma de tração para o trabalho e como poupança. Alecio Rodrigues de Oliveira, em seu estudo sobre bairros rurais em Presidente Prudente, encontrou bovinos em sítios de pequenos agricultores como forma “de fundo de reserva ou

---

<sup>104</sup> MATTOS, Hebe. *Ao sul da História: lavradores na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, Faperj, 2009, p.84.

<sup>105</sup> Para uma análise mais detida sobre a criação de vacas ver ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

poupança, no caso de alguma eventualidade ou dificuldade financeira,” uma estratégia eficaz que está presente até os dias de hoje.<sup>106</sup>

Esses agricultores primavam por reduzir os riscos e a criação de galinhas e porcos não era a única estratégia para reduzi-los. Na lavoura, percebe-se uma preferência pelo milho, sempre em primeiro lugar em quantidade. A produção de milho, no ano de 1816, era maior do que todas as outras produções declaradas nas Listas de Habitantes, chegando a 35.000 arrobas.<sup>107</sup> Ao lado da mandioca e do feijão, constituíam a fonte primária da agricultura e da alimentação. Sérgio Buarque de Holanda já havia salientado a importância do milho para os paulistas, chamando-a de “civilização do milho”, tamanha a recorrência e estima desse alimento.<sup>108</sup>

Milho pode ser utilizado para alimentação de todos os animais e, para os seres humanos. Promove a engorda rápida, podendo também ser usado nas mais diversas receitas e é muito resistente a pragas.<sup>109</sup> O feijão, em segundo lugar, é uma alternativa importante para as entressafras do milho. O plantio de feijão não requer uma preparação complexa do solo, além de ser uma planta resistente a épocas secas ou com muitas chuvas. Tem um ciclo menor do que a mandioca, podendo ser colhido depois de 60 dias de sua semeadura.<sup>110</sup> O milho, o feijão e também a mandioca eram, costumeiramente, plantados por viajantes para que no retorno ou em uma próxima empreitada tivessem o que comer.<sup>111</sup> Cresciam sem supervisão, pois resistem bem sozinho. A mandioca não é listada entre as plantações, mas é improvável que não estivesse presente no cultivo, já que pode ser plantada concomitantemente com o milho e o feijão, entre as fileiras de cultivo dessas últimas. A mandioca possui o benefício de não estragar se não for colhida. Pode ficar até dois anos sem ser retirada, esperando apenas um momento de fome mais aguda do lavrador ou de

---

<sup>106</sup> OLIVEIRA, Alecio Rodrigues de. “Sociabilidade, solidariedade e a formação do capital social em bairros rurais”, Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Administração e Sociologia Rural, p.13, 2005, <http://www.sober.org.br/palestra/2/613.pdf>, acessado em 26.10.2011 às 17:31.

<sup>107</sup> FULLER, Cláudia M. *Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora (Campinas, 1820-1840)*. (Mestrado), Campinas, 1995, p.51.

<sup>108</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque, *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.181.

<sup>109</sup> LUNA, Francisco V. KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo de 1750-1850*. Edusp, 2005, p.121 e 127.

<sup>110</sup> ROMEIRO, Adriana. “Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do século XVII”. *Saeculum: Revista de História*, v.19, jul/dez, 2008, p.169.

<sup>111</sup> *Idem*, p. 170.

falta de alimentos no mercado.<sup>112</sup> Também poderia ser utilizada para amaciar o solo antes de um cultivo ou para recuperá-lo de um desgaste.<sup>113</sup>

Esse tipo de cultivo e a criação desses animais não colocam em risco a estabilidade da economia doméstica. Não há riscos de perda de mercadoria ou de capital. Tudo que é produzido a mais pode ser dado aos animais, se não for vendido. Criá-los não demanda um gasto inicial alto, que comprometa a alimentação do agricultor. Há de se lembrar que tanto esses três tipos de plantação quanto a criação de porcos e galinhas independem das leis de mercado. Se não houver consumidores ou se os preços ficarem muito baixos, não afetará a subsistência da família, pois esta pode consumir sua produção sem riscos. Se houver uma repentina baixa na colheita, o produtor encontrará uma chance de ganhar dinheiro, vendendo parte dos animais, sem colocar em risco também a alimentação mínima dos moradores do domicílio. Essa situação seria impossível se os agricultores se dedicassem ao cultivo da cana, do amendoim, café, ou qualquer gênero que não fosse de subsistência. Quando cultivava essa produção essencialmente destinada ao comércio, o produtor fica à mercê das leis de mercado e, correndo risco de comprometer sua subsistência. Afinal, não é possível se alimentar apenas de café ou açúcar.

Para os pequenos agricultores, assegurar o mínimo necessário é o mais importante como se percebe na própria escolha da plantação e dos animais a serem criados. Seriam avessos aos riscos, como afirma Scott, mas ao se depararem com técnicas que assegurassem a subsistência e pudessem gerar lucros, como a criação de porcos, os pequenos produtores estariam dispostos a produzir um pouco mais.<sup>114</sup> Esses pequenos agricultores buscariam não entrelaçarem suas produções ao mercado e suas flutuações. A produção desses gêneros e a criação desses animais conferem autonomia à vida do agricultor.<sup>115</sup> Uma vez assegurada a sua alimentação poderia diversificar parte da produção para obter lucro.

Se a subsistência estivesse assegurada, o comércio poderia vir a ser uma alternativa de renda extra, mas, no entanto, haveria de ser feito fora da cidade como é o caso de Pedro

---

<sup>112</sup>MATTOS, Hebe. *Ao sul da História: lavradores na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, Faperj, 2009,p.64.

<sup>113</sup> BARICKMAN, B. J. *A Bahian counterpoint: sugar, tobacco, cassava, and slavery in the Recôncavo, 1780-1860*. Stanford: Stanford University Press, 1998, p. 56.

<sup>114</sup> SCOTT, James C. *Ao sul da História*, p.24

<sup>115</sup> BOMBARDI, Larissa Mies . “O Bairro Rural como Identidade Territorial: A especificidade da abordagem do campesinato na geografia”. *Agrária* (São Paulo), São Paulo, v. 1, 2004. p.68.

Ribeiro. Esse pequeno agricultor pardo e criador de porcos nasceu em Itu, mas era listado como morador da Vila de São Carlos desde o seu primeiro censo, em 1797.<sup>116</sup> Em seu testamento, algumas testemunhas afirmam conhecê-lo desde pequeno quando ele e sua irmã ainda moravam com a mãe. Seus porcos eram abatidos e vendidos na forma de toucinho em Itu.<sup>117</sup> Não encontrando consumidores para toda a sua produção de carne na vila em que morava, vendia para a cidade vizinha da qual era natural. Por ter sua família vindo de lá, deveria conhecer bem o caminho e o mercado local, portanto, sabia quando se arriscar nas estradas esburacadas e enlameadas.

Em 1801, sua esposa Gertrudes morreu e Pedro foi requerido pelos enteados da falecida a fazer o inventário. Alguns bens já haviam sido distribuídos pelo próprio Pedro. Para este, as ferramentas de trabalho que poderiam ajudar os seus enteados já haviam sido entregues, não haveria mais o que dividir. Até mesmo o vestuário de sua esposa tinha sido dado a Úrsula, a única filha mulher. Porém, essa divisão não agradou um dos filhos de Gertrudes que pediu que se voltassem os bens para se proceder o inventário. Possuía um poldro, duas vacas e um cavalo. O trabalho desse último era compartilhado entre a roça de Pedro e de seu cunhado Antônio. Pedro teve de relatar, na descrição dos bens, a morte do animal enquanto ainda estava na posse de Antônio.<sup>118</sup> Antônio e a irmã de Pedro, Maria, eram casados e, muito provavelmente, eram vizinhos próximos. Foram seus domicílios enumerados na Lista de habitantes sucessivamente (168 e 169) e uma testemunha declarou que conhecia Pedro e sua irmã Maria por sempre passar na frente da casa de sua mãe e ver os dois se tratando de modo fraternal.<sup>119</sup>

Antes de se casar, Maria e seu filho foram listados como agregados moradores do fogo de sua mãe Rosa. Depois passaram a ser agregados de Pedro. Quando se casou, Maria passou a acolher sua mãe no novo fogo que formou com seu marido Antônio. É muito provável que tenham dividido o terreno que era de Rosa, morando em casas separadas, mas compartilhando o espaço.

---

<sup>116</sup> AEL, LHC 1797, fogo 75, p.38.

<sup>117</sup> AEL, LHC 1799, fogo 82, p.492.

<sup>118</sup> Aqui me refiro ao trabalho de carregamento, pois o arado não era uma técnica usada na época, como afirma Sérgio Buarque de Holanda. Não se encontra esse objeto em testamentos, o que indicaria que seu uso não era comum. Para mais informações sobre o arado conferir: HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*, São Paulo: Cia. das Letras, 26ª edição, p.68-69.

<sup>119</sup> AEL, LHC 1801, fogos 168 e 169. CMU, TJC, Inventário, Of: 1º, P:0074.

Domicílios tão pertos permitiram que Pedro ajudasse sua irmã Maria Bicuda e seu marido e emprestasse o cavalo que, provavelmente, o casal não tinha dinheiro para comprar. Em contrapartida, Maria cuidava da mãe Rosa, que fora listada no domicílio da irmã de Pedro. Dividir um cavalo entre familiares é dividir os riscos também, já que o animal poderia ser roubado ou morrer, como, de fato, aconteceu. Quem parece compartilhar o dia-a-dia com Pedro e Gertrudes é um dos filhos desta última. João também morava no mesmo bairro que sua mãe e seu padrasto e desde 1799, partilhavam a mesma vizinhança e os mesmos problemas.<sup>120</sup> Após a morte de sua mãe, recebeu em sua casa Úrsula, sua irmã, que com Pedro costumava morar. Pedro que abrigava em sua moradia, sua mãe e sua enteada, depois da morte de Gertrudes passou a viver sozinho. A mãe Rosa mudou para a casa de sua filha Maria e, Úrsula, considerada demente pelos familiares ficou sob os cuidados de João. Pedro compartilhava com João os cuidados da família. Mesmo após a morte do padrasto e de sua mãe Gertrudes, Úrsula é listada como moradora do domicílio chefiado por João.

#### Disposição em fogos da família de Pedro Ribeiro

1799	1800	1801		
Pedro Ribeiro Gertrudes Cardosa	Pedro Ribeiro Gertrudes Cardoso Úrsula (Filha)	Pedro Ribeiro Gertrudes	Antônio Pereira Maria Bicuda Filho Manoel	João Leme Cardoso Isabel da Cunha Filhos Gertrudes e Joaquim Agregada: Úrsula Carodsa
Filha Úrsula Agregados: Rosa Cardoso Maria Manoel	Agregados Antônio Pereira Maria Bicuda (sua mulher) Manoel filho desta Rosa Cardoso		Rosa Cardoso	

O fato de João ajudar nos cuidados de Úrsula não ficou esquecido. Pedro ainda em vida deu bens a João: uma foice e uma enxada. Ao seu outro irmão ficou apenas um machado. José Leme, outro filho de Gertrudes, não foi encontrado como chefe de fogo na Lista de Habitantes em nenhum ano.

No ano de 1799, Pedro declara ter vendido 85 arrobas de toucinho, cada uma a 800 réis, num total de 68\$000 réis. Foi um ano de intenso trabalho, pois chegou a vender mais de uma tonelada de carne salgada. Considerando que cada porco gera, em média, 44kg de

<sup>120</sup> AEL, LHC 1799, fogo 115, p.498.

toucinho, Pedro abateu ao menos 28 porcos. Luna e Klein alertam para o fato de que produções de toucinho quase sempre envolviam mão de obra escrava, fazendo-nos concluir que seria muito difícil para Pedro produzir tamanha quantidade sozinho.<sup>121</sup> Como em nenhuma Lista Pedro ou quaisquer dos seus enteados aparecem como senhores, é muito provável que produziam os porcos em conjunto. Poderiam criar os porcos separadamente e Pedro ser responsável também pela venda ou todos ajudarem na criação de Pedro, com o benefício de repartirem os lucros e a carne.

Esses pequenos detalhes não foram possíveis descobrir, mas parece evidente que Pedro não poderia tomar conta de toda a sua criação sozinho ou com a ajuda apenas de sua esposa. Também não parece verossímil que o dado sobre a criação de porcos fosse um erro da Lista de Habitantes, pois no inventário, aparecem como “amontado de porcos”, mas infelizmente sem avaliação. A proximidade de sua irmã e de seus enteados pode ter sido imprescindível para a larga produção de toucinho que Pedro teve naquele ano. Acredito que partilhar cuidados na produção fosse comum entre os familiares e amigos que moravam perto, já que Pedro emprestou para seu cunhado o único cavalo que possuía. As trocas poderiam ser rápidas e necessárias para aumentar os proventos domésticos.

É interessante que após esse ano de lucros e vendas, sua mãe e irmã passam a morar com Pedro e Gertrudes. Antes, Rosa, Maria e seu filho moravam em um domicílio separado na Lista. Provavelmente, esse ano de muito trabalho rendeu a Pedro a possibilidade de ajudar sua família, sustentá-la e de se declarar como chefe da família.

Dois anos depois, a configuração da família inteira se modificou. Pedro perdeu a esposa, como dito anteriormente, e passou a morar só. Maria se casou e levou a mãe para morar junto a ela, enquanto Úrsula mudou-se para a casa de seu irmão João. Nesse mesmo ano de 1801, nos seus primeiros meses, Pedro passou por querelas judiciais. A posse de suas terras fora questionada e sua roça destruída por Ignácio Cardoso, no ano anterior, 1800. Na Lista seguinte de 1801, a família encontrava-se dividida, pois, a sua subsistência tinha sido ameaçada. Apesar de Pedro ser conhecido por criar porcos, tendo a sua plantação toda destruída, a alimentação dos animais deve ter ficado comprometida. Poderia ser capaz de garantir a sua subsistência, mas não de sua mãe e enteada que tiveram que passar a morar com outros parentes.

---

<sup>121</sup> LUNA, Francisco V. KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo*, p.129.

Em 1805, a situação de Pedro é desconhecida, ele e sua irmã Maria, junto com seus filhos e marido, não aparecem na Lista. Se houve alguma mudança para outra cidade não sabemos. Parece que não, pois Pedro permanece como inventariante de sua esposa e dez anos depois no processo de inventário Maria declarou ainda morar na Vila.

Pedro evitou ao máximo que as intempéries pudessem destruir sua plantação optando por plantar milho e feijão e escolheu o porco como criação, animal resistente que come tudo. No entanto, nada pode fazer para evitar a destruição de suas roçadas por Ignácio Cardoso. Essa investida de Ignácio não só abalou a economia doméstica do domicílio de Pedro, como também transformou a organização de toda a família. Pedro já não mais podia cuidar de sua mãe e enteada.

Pedro já havia pagado pouco mais de cinco mil réis pelas benfeitorias três anos antes, mas Ignácio Cardoso insistia nas posses e tentou de todas as formas desocupá-las. É interessante notar que a destruição de roçados era uma maneira comum de forçar a saída de um vizinho de quem se queria as terras. A destruição de uma plantação para esses pequenos agricultores poderia significar uma ameaça de morte.

Não possuíam formas de armazenamento de grãos, e reservas de dinheiro eram ainda mais raras. Pedro havia pagado a seu procurador por serviços dessa querela, com um cavalo. Quase não possuía móveis e o que mais valia no inventário do casal eram os animais e algumas ferramentas. Lembrando que ter sua roçada destruída de um dia para a noite faria com que não só os animais passassem fome, mas também sua família.

A venda desses animais ou de ferramentas só afundaria ainda mais esses produtores na miséria. Gastariam o pouco que acumularam para suprir o seu sustento, mas, no entanto, tornariam a próxima colheita mais difícil sem as ferramentas ou a mesa menos farta sem os animais. A venda destes também proporcionaria uma perda de dinheiro. Considerando a criação de porcos de Pedro, se tivesse que vender o capado rapidamente sem o ter matado, teria uma redução do lucro em comparação à venda de toucinho em épocas normais.<sup>122</sup>

A destruição da roça poderia ser entendida como uma ameaça de morte, pois se retira a possibilidade de subsistência desses agricultores. Antônio, outro pequeno lavrador, sem escravos, viu-se ameaçado de passar fome uma década depois de Pedro. Esse pequeno

---

<sup>122</sup>O valor de apenas o toucinho de cada porco, 44kg, corresponde ao valor de um porco inteiro vivo. Uma vez que outras partes do porco podem também ser vendidas, há uma queda significativa no valor da venda.

lavrador moveu um processo contra seu vizinho, sobrinho de um importante senhor de escravos. Alegou que os porcos foram soltos para acabar com a sua plantação de milho.<sup>123</sup> O senhor de escravos Pimentel perde a ação e move outra logo em seguida exigindo que Antônio devolvesse umas terras que ele estava cultivando. As testemunhas de Antônio afirmam que há mais de anos ele cultivava lá, sem que Pimentel fizesse qualquer reclamação. Na aferição judicial, constata-se que Antônio tomou umas braçadas de Pimentel, mas que Pimentel também cultivava para além de sua fronteira. Como as medidas eram bem parecidas, nada aconteceu e ninguém devolveu o pedaço de ninguém. Antônio, agricultor branco, também encontrou dificuldades em se estabelecer ao lado de um importante fazendeiro, mas conseguiu reunir testemunhas de igual ou maior respeito que o defenderam.

O que mais chama a atenção é o fato de Antônio ter movido uma ação a respeito da plantação, mas não ter movido quando Pimentel avançou para suas terras. É muito provável que Antônio tenha se silenciado nesse primeiro momento por medo, por saber de outros casos nos quais o pequeno agricultor perdia a posse por não ter registrado a terra no cartório, como era seu caso. Havia comprado, mas não registrado. No entanto, não deixou barato, tomou quase a mesma medida de terra, com a vantagem de essa ser virgem e, portanto, mais produtiva. A ação de Pimentel não foi interpretada por Antônio como uma perda de cultivos, mas como uma ameaça de morte, já que era a segurança de alimento para sua família, o que justificaria mover a ação.<sup>124</sup>

Na relação das testemunhas de Antônio, quase todos afirmam que sabiam que ele plantava há algum tempo nas terras de Pimentel e como este último não havia reclamado não achavam problema. É muito provável que os vizinhos de Antônio o tenham aconselhado no momento em que Pimentel invadiu suas terras. Partilhavam a idéia de que recorrer à justiça pela terra não pudesse ser seguro, mas que investir sobre a propriedade alheia seria uma melhor estratégia. Partilhavam também que comprometer a subsistência de um agricultor era motivo para se recorrer à justiça, era uma ofensa.<sup>125</sup>

---

<sup>123</sup> CMU, Autor: Antônio Almeida Pires, Réu: João Pimentel Camargo, Ação: Sumária, Ano: 1812, Of: 1º, P:00265.

<sup>124</sup> SCOTT, James. *The moral economy of the peasant*, p.31.

<sup>125</sup> CMU, TJC, Autor: Antônio Almeida Pires, Réu: João Pimentel Camargo, Ação: Louvação, Ano:1812, Of: 1º, P: 9667.

Além de ter a subsistência ferozmente comprometida, a destruição de roçados poderia levar o pequeno agricultor a uma situação de dependência social. Quando o nível de produção cai abaixo do mínimo necessário para subsistência, o pequeno produtor teria poucas alternativas para sobreviver. James Scott enumera três: recorrer ao Estado, ao *patronage* ou as redes de solidariedade. A primeira é reconhecidamente ineficaz, pois não havia qualquer política pública que assegurasse a estabilidade desse grupo. A segunda, para James Scott, poderia colocá-lo numa situação de dependência difícil de sair, sendo a última alternativa a mais viável.

Para esse autor, há um acordo tácito de reciprocidade entre os amigos e familiares de camponeses. Aquele que ajuda o camponês em um momento de crise espera que o mesmo aconteça quando ele se recupere e esse familiar caia abaixo da linha da subsistência.<sup>126</sup> Carol Stack construiu um argumento muito similar ao de Scott, afirmando que a miséria iminente faria com que as pessoas dentro de uma rede de solidariedade esperassem ajuda em um momento de carestia. Tanto para Stack quanto para Scott, o que se troca em momentos de necessidade é mais do que alguns produtos ou serviços. Troca-se confiança.

A partir do momento em que se requer uma ajuda e a obtém se estabelece também uma relação de cobrança. Espera-se que o outro que necessitou retribua, no futuro, e aquele que não o faz acaba sofrendo algumas restrições dos demais parentes e integrantes da rede de sociabilidade. Manter-se nessa rede seria fundamental para a sobrevivência, mas a dependência social também estaria presente. Por mais que o indivíduo que pediu um favor se recuperasse do seu momento difícil, deveria favores àqueles que o ajudaram.

As redes de sociabilidade seriam uma das maneiras de se obter auxílio em um momento de dificuldade. Da mesma maneira que Pedro acolheu sua irmã, esperava que essa acolhesse a mãe dele no ano em que teve a roça destruída. Esse acordo de ajuda evitou que boa parte da família passasse por necessidades. No entanto, ter a sua roça arrasada transformou toda a configuração da família novamente, retirando Pedro da posição que ocupava. Era de sua casa que se esperava maior ajuda. Ele que emprestava cavalo para o cunhado cultivar, recebia enteada sob seu teto, assim como seu sobrinho, irmã e mãe

---

<sup>126</sup> SCOTT, James. *Op.cit.*, p.28.

quando pôde. A rede que criou foi fundamental para que a subsistência lhe fosse garantida, mas sua posição social não mais seria a mesma.

Em ambos os processos, os pequenos agricultores que tiveram sua roça destruída afirmaram ter sua subsistência comprometida. Acredito que não seja apenas uma forma de sensibilizar o juiz. Esses produtores sabiam o quão perigoso poderia ser a perda de uma colheita. A cidade não oferecia outra alternativa senão o cultivo de alimentos e criação de animais para se sustentar, pois a oferta de empregos em outros setores ou mesmo como lavradores em grandes engenhos não era promissora. A cidade contava com poucos engenhos e com uma produção de açúcar ainda pequena. Perder a lavoura poderia significar miséria não só para si como para toda a família. A Vila de São Carlos não oferecia muitas alternativas para aqueles que perdiam sua plantação.

A falta de outras oportunidades que não fosse ligada à terra, um mercado consumidor irrisório e as constantes ameaças colocavam esses agricultores em um limiar tênue entre a subsistência e a necessidade. Mesmo Pedro Ribeiro que conseguiu um lucro significativo na venda de toucinho em um ano, no seguinte passou por necessidades. Como toda sua família também vivia no perigo constante de cair abaixo da linha da subsistência, Pedro acabou por dividir os lucros que obteve, chamando para si a responsabilidade de cuidar de sua irmã, sobrinho, mãe e enteada.

Carol Stack argumenta que as redes de solidariedade apesar de trazerem uma estabilidade em momentos de crise financeira, podem também comprometer qualquer renda extra que entre no núcleo familiar menor. Como, a todo momento, a ajuda é dada e recebida, quando acontece de haver uma sobra de dinheiro, os outros familiares e amigos acreditariam que também merecem uma parte. O dinheiro que poderia assegurar que Pedro não passasse por necessidades e sua mãe esmolasse, foi dissolvido para cuidados de outros da rede. A ajuda que Pedro poderia esperar dos demais não veio, pois, aparentemente, ele era o integrante com maiores possibilidades de ascensão. Estar perto da família e dos amigos poderia trazer estabilidade em momentos difíceis, assim como uma dissolução das economias guardadas a tempo. Mesmo João, filho de Gertrudes, logo que recebeu o dinheiro da arrematação dos animais, pagou uma dívida ao seu sogro, que também morava

próximo.<sup>127</sup> Morar perto poderia ajudar como também dissolver qualquer renda que ajudasse em uma melhoria de vida. João ao mesmo tempo em que recebeu a herança teve de quitar as dívidas, pois convivendo tão próximo não poderia esconder do seu sogro a chegada do dinheiro.

Ser egresso da escravidão ou descendente desses não era apenas conviver com a marca na pele apontada sempre por juízes e oficiais, era viver diariamente o risco de cair na pobreza por ajudar seus mais próximos em necessidade ou se afastar dessa rede de solidariedade para ter uma chance, ainda que pequena, de enriquecer. Não quero dizer que as possibilidades de ascensão foram nulas ou insignificantes, mas que variavam e tinham íntima relação com o lugar e do período em que esse grupo viveu. Não bastou para alguns construir uma rede de solidariedade, investir em produções agrícolas e criações de animais seguras e ainda assim pagar impostos. Havia também interesses de outros fazendeiros, senhores de engenho que através de acordos obscuros com autoridades, retiravam pequenos agricultores de suas terras.

Não eram raros os acordos entre senhores de escravos, dizimeiros e alcaides. Juntos conseguiam limar a posse de terras de pequenos agricultores, aumentando assim suas fronteiras. A necessidade de alargar os limites de uma posse aconteceria por muitas razões: acesso à madeira, à fonte de água ou aumentar a área de revezamento do solo para também poder aumentar a produção. Por mais que Campinas, no início do século, tivesse um pequeno número de moradores, as posses de terra eram feitas, relativamente, próximas umas das outras. Por vezes, aqueles que tinham para além da divisa, um senhor de escravos ou um importante senhor de engenho, poderia encontrar problemas na manutenção de sua propriedade. Como dito anteriormente, destruir a plantação de outrem era uma estratégia muito usada para aqueles que quisessem alargar suas terras ou se livrar de um vizinho. Não foi diferente com a família de Ana Brito.

Mesmo perto um dos outros para auxiliar em momentos de carestia, não conseguiram evitar que Narciso, padraсто de Ana, perdesse suas terras. Em um processo,

---

<sup>127</sup> Como o inventário ficou parado por alguns anos, o juiz responsável pediu para que fosse declarado os destinos dos bens recebidos e João declarou ter recebido 12\$800. Esse dinheiro foi pago a seu sogro por um crédito que havia recebido dele. O sogro Joaquim Jacinto Morava no fogo 158 da Lista de Habitantes de 1801.

Ana relata como funcionava a cobrança de impostos reais e como a aferição poderia beneficiar uns em detrimento a outros.<sup>128</sup>

Ana Brito, uma lavradora parda e solteira, recorreu à Justiça em 1829 para tentar reaver as terras que um dia estiveram em posse de sua mãe. Essa última era conhecida como a parda Rita, ou também Rita Veiga e foi em seu segundo matrimônio que passou a morar com Narciso Soares, também pardo. No final do século XVIII para o início do XIX, Narciso fez junto com seu filho do outro casamento, Gonçalo e seu genro Pedro uma posse no bairro da Boa Esperança. A posse de Narciso foi feita ao lado de Inácio Cabral de Camargo que em pouco tempo soltou as crias na plantação do vizinho.<sup>129</sup> Os animais comeram grande parte do milho que havia sido plantado, deixando o pequeno agricultor sem sustento. Não demorou para o dizimeiro aparecer, cobrando do agricultor o imposto, dízimo. Narciso, sem as plantações, não conseguiu saldar sua dívida e seu sítio foi apreendido pelo dizimeiro Raimundo Álvares dos Santos Prado. Sem saída, foi morar de favor na casa de seu genro, Pedro Nunes. Este era casado com Quitéria, uma das filhas de Rita e irmã de Ana.

Nesse período, o dízimo, cobrança sobre a produção, era feita sobre a expectativa do que se produziria. O dízimo constitui na taxação sobre o que sai da propriedade produtora para ser vendido ou doado, sendo de 10% para os gêneros que não necessitem de manufatura e 5% sobre aqueles cuja feitura requer mão-de-obra, como, por exemplo, a madeira. O produtor declararia uma expectativa da produção para o dizimeiro que, no final de seis meses, deveria recolher a quantia declarada.<sup>130</sup> Esse tipo de cobrança só viria a mudar em 1835, quando a cobrança passaria a ser feita sobre o que já tivesse sido produzido e comercializado. Na época de Narciso, a cobrança pelo o quê ainda seria produzido era muito perigosa, uma vez que muitos fatores poderiam fazer com que um agricultor reduzisse ou perdesse a colheita. Poderia chover muito, ou haver uma seca, assim como também animais comerem a produção, como aconteceu com Narciso. Esse tipo de

---

<sup>128</sup> CMU, TJC, Autora: Ana Brito, Réu: José Inácio Camargo e mulher, Ação: Libelo Cível, Ano: 1829, Of:1º P:1210.

<sup>129</sup> Na Lista de Habitantes de 1816, Inácio Cabral de Camargo é relacionado como “Senhor de Engenho” e possuía seis escravos.

<sup>130</sup> Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Ofício Relatório de Esclarecimento Impresso, 1835, CF35.087, p.8.

cobrança se assemelha com o que Scott chama de as mais onerosas ao estilo *safety-first*.<sup>131</sup> São as taxas fixadas anteriormente à produção que levariam o maior perigo à subsistência dos pequenos agricultores, pois, mesmo sem ter tido a colheita, teria que arcar com o pagamento.

Narciso não teve colheita e, mesmo assim, teria de pagar em torno de 7\$000 ao dizimeiro, valor declarado por Pedro Nunes no processo. Na tentativa de resgatar as terras do sogro, Pedro levou um cavalo para que se registrasse o pagamento do imposto e, assim, Narciso pudesse retomar a sua plantação. No entanto, nem o escrivão, um “tal de Otávio”, nem o dizimeiro quiseram receber o cavalo e fazer o registro do pagamento. Informaram a Pedro que voltasse no dia seguinte. Este levou novamente o cavalo para saldar a dívida, mas, ao chegar, as terras já estavam sob a posse de Inácio.

Há de se lembrar que a terra apreendida por dívidas vai para arrematação pública e não pode ser vendida de um dia para o outro. A população da cidade é informada sobre o dia da arrematação e as pessoas interessadas devem comparecer, comprar bilhetes para arrematar e o maior lance compraria a terra.<sup>132</sup> A compra de bilhetes é aberta também para a pessoa que a perdeu, o que possibilitaria Narciso ou Pedro a comprar as terras de volta. A compra de bilhetes também poderia ser efetuada por um procurador, incluindo os interesses de mulheres que eram impedidas de participar. Depois da compra seria aberto um leilão público com ata e registros dos lances e do vencedor. Nenhum desses procedimentos foi seguido. Inácio, que havia soltado os animais nas plantações de seu vizinho, conseguiu, de forma inexplicada, comprar essa porção de terras sem terem sido leiloadas. Não havia papéis ou registros que comprovassem a feitura de uma arrematação e a compra das terras. O filho de Inácio, que respondia a ação por ser herdeiro dessa propriedade, não possuía qualquer papel deixado por seu pai. Apesar de testemunhos e da falta de registros, Ana perdeu a ação e pagou as custas do processo.

É muito provável que essa denúncia de venda fosse procedente e deveria ter sido comum a outros pequenos agricultores que moravam ao lado de senhores. Era de conhecimento de todas as testemunhas, inclusive as de defesa de Inácio, que a compra havia sido feita de modo desconhecido, sem ter ido a leilão público. Se era um costume

---

<sup>131</sup> SCOTT, James. *The moral economy of the peasant*, p.46.

<sup>132</sup> Conferir procedimentos no Livro n ° 83 - Hasta Pública, no Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

comum dos grandes proprietários, não deveria sobrar muitas alternativas para os pequenos agricultores que tinham suas terras roubadas.

Até mesmo Ana assegurava que Narciso pouco poderia ter feito quando suas terras foram retiradas: “Porque sem mais haver praça, e nem figura alguma judicial ficou-se o dito Ignácio Cabral com as ditas terras pela manobra, e cobriu feito com o Ex. Raimundo.” O que fazer quando as autoridades todas estão envolvidas nas manobras, desde o dizimeiro ao escrivão? Restou ao Narciso morar de favor com seu genro, já que recorrer à justiça não traria fruto algum, uma vez que a irregularidade se estendia por muitas pessoas. Nem Pedro que era cabo do bairro na época conseguiu interceder por seu sogro.

A espera de Ana para mover a ação, pouco mais de 20 anos, pode ser justificada pelo tamanho da irregularidade e pelos braços atados para recorrer à justiça. Ana continuava morando em terras vizinhas às de Inácio. Mudara-se para Vila de São Carlos, trinta anos antes, no ano de 1801, levando consigo oito filhos e escolheu se estabelecer próxima de sua mãe.<sup>133</sup> A partir do processo da luta de terras, é possível inferir que deveriam morar muito próximos, compartilhando as divisas com Nicácio de Almeida e com Ignácio Cardoso. Depois de três décadas, com a idade avançada, Ana poderia não ser mais capaz de cultivar as terras, buscando, portanto, vendê-las e morar de favor na casa de algum filho ou parente do bairro. Mas, ao descobrir que mesmo a três léguas das terras de Inácio, a propriedade ainda era dele, tenha recolhido informações e testemunhas para abrir um processo. Afinal, tinha trabalhado mais 28 anos em uma terra que pensava ser sua por assim ter feito a posse. A urgência da velhice e a constatação de que as terras em que ela vivia podem ter feito com que buscasse uma última chance de manter sua propriedade. Seu padrasto e sua mãe tiveram que sair de suas terras e a mesma situação se repetia na vida de Ana.

A estratégia de destruir a produção do vizinho para que este se endivide e perca a terra parece ter sido comum. Mas Inácio vai além, impedindo com apoio das autoridades que os parentes de Narciso pagassem a dívida. Mesmo para aqueles que pudessem arcar com essas dificuldades, o dinheiro não bastaria, pois o que comandava essa armação era o poder de Inácio em união ao de Raimundo.

---

<sup>133</sup> AEL, LHC 1801, fogo 250 Ana de Brito.

Dizimeiro da época, Raimundo Álvares dos Santos Prado era também um dos vereadores fundadores da Câmara da Vila de São Carlos em 1804. Acumulou até a sua morte, em 1843, títulos de capitão da cavalaria e sargento-mor da Vila de Jundiá. Combater todo esse poder, não seria fácil para Narciso que pôde encontrar outra saída: pedir ajuda aos seus parentes e recomeçar uma nova roça. Ana, depois de duas décadas trabalhando na sua roça, com um pouco mais de 70 anos, não têm outra opção a não ser tentar um parecer favorável. Suas irmãs já haviam morrido e boa parte dos sobrinhos se encontrava fora de Campinas. Quanto a seus filhos, alguns se estabeleceram no mesmo bairro e tiveram papel fundamental, como será analisado posteriormente.

Em seus últimos argumentos na ação movida por Ana, o advogado de Inácio declara que, se de fato o crime tivesse acontecido, já teria prescrevido. Conclui argumentando ainda que Pedro teria se atrasado para fazer o pagamento, pois Inácio teria sido mais rápido para evitar um mau vizinho. Pedro não se atrasou e foi Inácio que se adiantou se colocando à frente da lei e retirando qualquer possibilidade de Narciso reaver suas terras.

Mau vizinho poderia ser todo aquele que de alguma forma atrapalhasse o crescimento econômico do outro. Uma vez feita a posse de terra e se estabelecendo como vizinho de outra pessoa, corriam-se alguns riscos. Se o vizinho estivesse em ampla ascensão, aumentando a sua área de cultivo e iniciando uma fábrica de açúcar, além de precisar de mais terra, iria necessitar também de mais madeira e da força motriz da água. Sua propriedade tenderia a crescer, forçando as áreas em seu entorno.

Acredito que o caso de Ana illustre bem uma prática de tomada de terras que foi muito recorrente nas primeiras décadas do século XIX e que transformaria toda a dinâmica da cidade. Trajetórias de outros como Pedro, Narciso e Antônio que perderam boa parte da plantação e suas terras por terem seus vizinhos tramando para que deixassem sua propriedade mostraram que, muitas vezes, a luta contra um agricultor em ascensão ou um senhor de engenho, pode envolver perigos, falência e alterar a história de uma família inteira. Esses senhores, vale ressaltar, eram sempre *homens bons*, quando não, vereadores, juízes, alferes e funcionários da Câmara Municipal. Conseguiram fazer com que as leis funcionassem em benefício próprio e, respaldados em seu poder, arrancaram pequenos agricultores de suas propriedades, destruindo o sustento de muitos e a possibilidade de ascensão de outros.

Ainda que os casos apresentados não se constituíssem uma amostra generosa do poderio de grandes agricultores em retirar pequenos produtores de sua terra, os dados coletados por Claudia Fuller indicam a mudança no perfil dos agricultores nas primeiras décadas do século. Houve uma queda acentuada na produção de gêneros alimentícios no período de 1816-1826 se comparada ao crescimento da população.

Tabela 1 – Produção de alimentos <sup>134</sup>

<b>Ano/ Produção</b>	<b>1816</b>	<b>1826</b>
<b>Milho (alqueires)</b>	85.000	19.000
<b>Mandioca (alqueires)</b>	130	200
<b>Toucinho (arroubas)</b>	20.000	13.000
<b>Arroz (quintaes)</b>	1.000	100

A agricultura de gêneros de primeira necessidade tem uma queda significativa no período analisado por Fuller. Nesse período de dez anos, a população cresceu de 5897 para 8557. Esse crescimento faria com que mais pessoas produzissem para vender ou mesmo para consumo próprio, aumentando, desta maneira, a produção total da Vila nesse período. No entanto, encontra-se um panorama diferente. A produção de arroz, milho e toucinho, gêneros base da alimentação, tiveram queda. Com o crescimento populacional, a produção de alimentos deveria aumentar, mas não foi o que aconteceu.. É provável que tenha havido também uma queda na produção de feijão, uma vez que seu cultivo pode ser feito na entre safra do milho e, concomitantemente, com a mandioca.

Percebe-se que os alimentos que tiveram uma queda são essencialmente gêneros de primeira necessidade. Mesmo aqueles que se mantiveram uma ligeira estabilidade ou aumento, como a mandioca, não possuíam um crescimento condizente com o aumento populacional. Deveriam ter aumentado mais do que o descrito.

Seria muito improvável que esses números fossem um erro na coleta de dados ou uma estratégia para fugir da fiscalização. Até 1829, apenas vigorava o dízimo, como explicado anteriormente, era uma porcentagem, de 5% ou 10%, sobre aquilo que era produzido e levado para fora da propriedade para venda ou doação. Os produtores não

<sup>134</sup> FULLER, Cláudia M. *Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora*, p. 51-52.

poderiam declarar um valor muito inferior à produção, pois correriam o risco de serem denunciados por outros agricultores e pagar uma multa maior do que o valor do dízimo. Se estivessem todos mentindo para driblar o coletor, essa artimanha não passaria despercebida. Os agricultores poderiam estar mentindo sobre parte de sua produção para evitar pagar o tributo sobre aquilo que venderam, mas, no entanto, o consumo declarado também caiu. Seria improvável que uma cidade que teve um aumento tão suntuoso de sua população consumir menos.

Se os agricultores tivessem mentindo, para não pagar o dízimo, alegando que a totalidade da produção fora consumida no próprio domicílio, a quantia de alimentos cultivados na cidade ainda assim cresceria. Houve uma mudança no perfil daqueles que cultivavam a terra. A participação dos pequenos agricultores que cultivavam gêneros de primeira necessidade estava diminuindo, mas o motivo de queda na sua participação não estava claro.

Peter Eisenberg, em um estudo sobre as gerações de agricultores, afirmou que os agricultores que tiveram algum tipo de enriquecimento foram aqueles que investiram na plantação de cana. Fossem eles, plantadores de cana de partido ou donos de engenhos, sua mobilidade social seria mais certa do que aqueles que se dedicavam aos alimentos. Uma amostra dessa desvantagem é o resultado da comparação entre as riquezas deixadas pelos agricultores. A distância entre as riquezas mais modestas comparadas às mais ricas se intensificou. Os senhores de engenho constituíam a maior parte das pessoas mais ricas enquanto entre os mais modestos a ocupação comum era de lavrador. O autor ressalta que os plantadores de cana ou senhores de engenho nesse período eram brancos.<sup>135</sup>

Martins, em seu livro *Nem senhores, nem escravos*, relata uma manutenção no número de fogos de pequenos agricultores. Para ele, pequeno agricultor é aquele, que independente do número de escravos, produz alimentos. Ainda com essa amplitude em seu conceito de pequeno lavrador, encontra em Campinas no ano de 1829, praticamente o mesmo número de fogos chefiados em 1800. Eram 314 nesse ano, passando a 317 em 1829. A composição étnica também se alterou. No começo do século, 68,1% dos chefes de fogos de pequenos agricultores eram pardos e, quase três décadas depois, esse número cai pra

---

<sup>135</sup> EISENBERG, Peter. “Senhores de engenho e plantadores de cana em Campinas, 1798-1829” (Relatório de Pesquisa). In: *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

35,5%.<sup>136</sup> A pequena agricultura que antes era dominada por libertos e pardos livres, passa a ser majoritariamente branca.

No período entre 1808-1829, ocorrem 48 ações de Força, que são ações movidas quando há alguma ameaça à propriedade. Das 89 ações de Força que compõe o acervo do Tribunal de Justiça de Campinas do Centro de Memória da Unicamp, 55 se concentram no período de 1801-1829, estando as demais diluídas até a primeira metade do século XX. Certamente, houve um avanço sobre as terras de pequenos agricultores durante esse período e ainda que Vila de São Carlos fosse um município extenso, era comum encontrar vizinhos que dividiam algum tipo de fonte de água e, portanto, tinham fronteiras comuns. É preciso ressaltar que um engenho precisava de força motriz para fazer açúcar, sendo o boi muito utilizado para tal e também em carregamentos de carroças. Necessitava-se de bois e, portanto, de uma área maior para o pasto, o que também intensificaria o avanço nas terras dos pequenos lavradores. A grande porcentagem de ações contidas nesse período são um indício que alguns dos agricultores buscavam a justiça para se manter em suas terras. Assim como fez Ana Britto.

Outro fator que pode evidenciar esse avanço sobre as terras de pequenos agricultores, é a mudança na composição dos domicílios nas primeiras décadas. Teixeira afirma que a estagnação da população livre de Campinas entre 1814 e 1829, no qual a população diminuiu de 3.393 para 3.466, dever-se-ia, em grande parte, a evasão de casais e filhos.<sup>137</sup> Se juntarmos esse dado com a profunda queda do número de agricultores para o mesmo período, de 66% para 32%, percebe-se que a grande evasão foi composta por famílias que dependiam da lavoura para sobreviver. Houve uma queda na participação dos pequenos agricultores muito provavelmente devido às investidas dos grandes produtores. A saída das famílias, como indica o estudo de Teixeira, pode indicar que a Vila de São Carlos já não estava mais tão promissora para os pequenos agricultores, se comparada às primeiras décadas.

As trajetórias desses agricultores e as redes de solidariedade que impediram que caíssem na miséria mostrou uma Campinas muito adversa à encontrada por Valter Martins.

---

<sup>136</sup> MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*, Ed. CMU/Unicamp, p.40.

<sup>137</sup> Teixeira, Paulo. "Mulheres chefes de domicílio: Campinas, 1765-1850." In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto - MG. ANAIS DO XIII ABEP, 2002. p.12.

O autor, por todo o livro, relata histórias de pequenos agricultores que conseguiram ascensão social na Vila de São Carlos, principalmente devido ao solo fértil, à crescente economia da cidade e ao esforço pessoal. Acredito que as trajetórias que encontramos divergem tanto devido à metodologia.

Ao privilegiar o cruzamento apenas dos nomes da Lista de Habitantes com inventários, resulta em sua análise quase sempre trajetórias sem conflitos. Martins buscava combater uma historiografia que insistia em colocar os pequenos agricultores como marginalizados, incapazes de entender as dinâmicas do mercado e de alcançar a ascensão social.<sup>138</sup> No entanto, a escolha das fontes fez com que ele traçasse uma Campinas próspera e repleta de oportunidades para todos os pequenos agricultores, sem distinção. São raros os conflitos e as dificuldades que esses agricultores enfrentaram.

Cruzou os nomes das Listas com os inventários. Pessoas simples, com nomes simples não poderiam ser encontradas, já que, em sua maioria, adotam um sobrenome aleatório para si. Como na família de Pedro Ribeiro, cuja mãe era Rosa Cardoso e Gertrudes ao se casar com Pedro adotou o sobrenome da sogra. O filho de Gertrudes, João, por sua vez, passou a usar o sobrenome da mãe e de João Leme do Prado, passou a se chamar, também, João Leme Cardoso. É também comum declararem um nome na Lista de Habitantes e, em processos, declararem um nome maior ou diferente. Pessoas mais pobres e, mais precisamente, libertos e seus descendentes não seriam localizados, pois seus sobrenomes não permitiriam ser encontrados. Pessoas pobres não deixariam inventários, ficando, assim, fora da análise. Restaria em maior amostragem, homens brancos casados que possuíam alguma ligação com o poder na cidade ou com as pessoas que ocupavam cargos. A ascensão seria quase certa e, certamente, sem dificuldades.

Martins ignora na sua análise se os pequenos agricultores são de fato pequenos ou se estão pequenos. O que percebo é que algumas vezes os pequenos agricultores citados são parentes de importantes senhores de engenho e que em um momento próximo receberiam grandes quantias de dinheiro. Também ignora o casamento como uma forma de ter acesso a recursos. A ascensão desses ‘pequenos agricultores’ parece muito simples no livro de Martins, apenas através de trabalho duro na produção de alimentos. Não acredito que ela fosse impossível, mas, certamente, não dependia apenas de trabalho.

---

<sup>138</sup> *Idem*, p.26.

Diariamente, os pequenos agricultores viram o aumento da instabilidade na manutenção de suas propriedades rurais. Quanto mais a cidade crescia e, se tornava uma importante produtora de açúcar, maior foi o avanço sobre as terras dos pequenos produtores. Apesar de se assegurarem, escolhendo produções como feijão e mandioca, por exemplo, esses produtores enfrentaram o avanço sobre suas terras, sem poder fazer muito, pois, como afirmou Ana Brito, “sem mais haver praça, e nem figura alguma judicial” para se recorrer, ficaram os grandes produtores com as terras expropriadas.



## **Capítulo 3 - Mulheres no comércio**

### **3.1 – A participação feminina no comércio**

As mulheres comerciantes, principalmente, as egressas da escravidão são, por vezes, apresentadas pela historiografia de modos diversos. De um lado, o comércio seria o caminho mais rendoso para aquelas mulheres que buscavam acumular o pecúlio e, posteriormente, algum tipo de riqueza e ascensão social. Em oposição, há aqueles que reconhecem a lucratividade do comércio, porém afirmam que a pobreza seria um fator marcante unicamente para as mulheres pardas que o praticassem. Além desse estigma, a inserção das mulheres pardas no comércio só teria sido possível a um vazio deixado pelos homens cujo interesse por essa atividade era muito pequeno.

Durante o extenso e diversificado levantamento de fontes sobre o comércio, para o período de 1800-1870, percebi que a situação das mulheres forras e pardas livres não foi sempre linear. As possibilidades de ascensão através da atividade comercial alteraram-se no decorrer desse período. A participação feminina nos registros de comércio teve uma significativa queda na década de 1850. No período que antecede essa queda, a maioria dos registros era constituída por botequins e vendas. Após a queda de 1850, o número de registro voltou a aumentar, porém constituído por estabelecimentos mais refinados como lojas, armazéns, boutiques.

A inserção dessas mulheres nessa atividade estava mais relacionada com a expropriação de terras agrícolas do que arrolada com o interesse dos homens. Houve uma intensa saída de famílias de pequenos agricultores de suas terras, levando muitas mulheres ao comércio, enquanto seus maridos, pais ou parentes se dedicavam a lavrar terras de terceiros ou a executar outras funções. Acredito que o comércio surgiu como uma estratégia de obtenção de renda e, não como uma substituição a um vazio masculino.

As possibilidades de enriquecimento ou mesmo de manutenção da subsistência dessas mulheres através do comércio se alteraram principalmente na segunda metade do século XIX na Vila de São Carlos. Houve uma perceptível queda no número de registros de mulheres comerciantes, ao mesmo tempo em que houve uma mudança em sua tipologia. O comércio a retalho perdeu espaço e passou a ser mais fiscalizado e regulado pelas

autoridades. Continuou a existir, mas teve de competir lado a lado com importantes comerciantes, armazéns de importados e boutiques.

Nem sempre o comércio foi tão competitivo na Vila de São Carlos. As primeiras décadas do século XIX apresentavam um bom prognóstico para aquelas mulheres que participavam do comércio. Regina Xavier, em um estudo sobre as ações de liberdade em Campinas na segunda metade do século XIX, encontra uma realidade diferente quanto à movimentação econômica do pequeno comércio. As mulheres conseguiam, provavelmente através dessa atividade, acumular para comprar sua própria liberdade. Em média, os valores das escravas eram maiores do que dos homens e, ainda sim, conseguiam arcar com os preços estabelecidos. A maior parte das alforrias foi adquirida através do pagamento do valor do escravo para seu senhor, ou seja, por meio de indenização. Para a autora, tanto os altos preços dessas mulheres como a grande quantidade de alforrias alcançadas por meio de indenizações evidenciaria que o trabalho feminino possibilitava um melhor acúmulo de pecúlio.<sup>139</sup>

As mulheres forras ou suas filhas encontravam nessa atividade uma importante fonte de renda e uma possível forma de enriquecer. Conseguiam a liberdade através da alforria onerosa mais do que os homens.<sup>140</sup> E por se inserirem no comércio, tiveram maiores possibilidades de ascenderem financeira e socialmente do que os homens forros.<sup>141</sup>

Sheila de Castro Faria, analisando as trajetórias de negras minas, conclui que, no Rio de Janeiro, “os homens brancos e as mulheres forras, com soberania das minas, foram os que tiveram condições mais favoráveis de juntarem expressivo conjunto de bens no período escravista.”<sup>142</sup> Através do comércio, essas mulheres forras conseguiram acumular bens e construir possibilidades de ascenderem economicamente.

Para a autora, as atividades informais poderiam ser fonte de renda e gerar acúmulo de riquezas, já que sua importância era reconhecida pelas autoridades, sendo altamente fiscalizadas e tributadas. As forras recorreriam ao comércio devido a sua rentabilidade e a partir dessa prática seriam o segundo maior grupo a fazer testamentos no Rio de Janeiro,

---

<sup>139</sup> XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*, p.72.

<sup>140</sup> *Idem*, p. 41.

<sup>141</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*, tese apresentada ao departamento de História da Universidade Federal Fluminense para o concurso para professor titular em História do Brasil, p.127.

<sup>142</sup> *Idem*, p.137.

atrás apenas dos homens brancos.<sup>143</sup> A riqueza entre as mulheres alforriadas e negras livres que se dedicavam ao comércio, vendas, tabuleiros e botequins, seria muito comum no Rio de Janeiro.

Luciano Figueiredo ao analisar o cotidiano do trabalho em Minas Gerais do século XVIII, argumenta que o comércio, tanto feito em vendas, de forma ambulante e de tabuleiro, não traria rendimentos para as mulheres forras que o praticavam.<sup>144</sup> As forras, escravas e livres que do comércio dependiam teriam como traço comum a pobreza, precisando recorrer à prostituição para complementar seus ganhos. No entanto, de acordo com o autor, por muitas vezes, esse comércio recebeu atenção da Corte por ser responsável pelo desvio de ouro, diamantes e jornais de escravos que trabalhavam na extração e, ainda, era alvo de imposto.<sup>145</sup> As mulheres, afirma Luciano Figueiredo, só ocupavam as atividades comerciais porque ninguém além de trabalhadores miseráveis as exerciam. Eram tão irrelevantes e de baixo lucro que as mulheres poderiam as exercer e o domínio desse grupo no comércio só foi possível porque o contingente masculino se direcionou para as minas de extração.<sup>146</sup>

Os rendimentos que realmente as sustentariam viriam da prostituição e não da atividade comercial. No entanto, esse mesmo comércio insuficientemente rendoso fornecia o abastecimento interno e uma importante arrecadação de imposto para a Coroa. O comércio era fonte de renda, mas não para as mulheres. O autor exclui de antemão qualquer possibilidade de conseguirem suceder nessa atividade por, simplesmente, serem mulheres. Se, apesar de toda a instabilidade e pobreza decorrente dessas atividades, as forras e negras continuassem a exercê-las, ocupariam um papel tão diminuto, desprivilegiado e insignificante perante a economia da cidade.

No Brasil, o comércio a retalho era uma atividade considerada exclusiva das mulheres negras e, constantemente, associada ao banditismo. Como afirma Marcus Carvalho, os trabalhos de porta afora não eram os mais preferidos pelas mulheres

---

<sup>143</sup> *Idem*, p.144.

<sup>144</sup> FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro, José Olympio/Edunb, 1993, p.58.

<sup>145</sup> *Idem*, p. 44.

<sup>146</sup> *Idem*, p.56.

brancas.<sup>147</sup> As classes mais abastadas não viam com bons olhos a prática comercial feita por mulheres, principalmente a venda a retalho, pois essa era também relacionada à prostituição.

Apesar de não ser bem visto, o comércio não era uma atividade desprezível economicamente. Sheila de Castro Faria argumenta que os homens brancos e as mulheres forras tiveram condições mais favoráveis de juntarem expressivo conjunto de bens no período escravista. Através do comércio, essas mulheres forras conseguiram acumular bens e construíram possibilidades de ascenderem economicamente. Conseguiram deter algum tipo de riqueza, mas, no entanto, são classificadas, por vezes, na historiografia, como pobres ou destinadas à pobreza depois da alforria.<sup>148</sup> Se escravos de ganho conseguiam sustentar a família de seu senhor e acumular pecúlio, deveriam conseguir acumular riquezas depois de libertos.

Alguns autores contrapõem-se ao argumento de Faria, afirmando que o comércio a retalho não era tão rentável a ponto de permitir acúmulo de bens e ascensão econômica. No entanto, os impostos sobre essa atividade costumavam ser bem altos e a fiscalização rigorosa para aqueles que não tinham licença para exercê-la. Em Campinas, a fiscalização era severa. Como afirma Xavier, não era permitido a ninguém abrir uma venda ou qualquer negócio sem a devida licença da Câmara, e as denúncias de comércio ilegal eram constantes.<sup>149</sup>

Se fiscalização e cobrança por registros existiam em Campinas, o comércio, principalmente, o efetuado em pequenas vendas, botequins e tabuleiros, poderia ter sido uma atividade recorrente e vantajosa para as mulheres forras e suas descendentes em algum momento do século.

Na cidade de Campinas, o comércio passou por diversas e recorrentes mudanças, não só normativas, mas também estruturais. A participação das mulheres nessa atividade, principalmente, das negras, que constituíam o grupo dominante no comércio de pequeno porte, mudaria.

---

<sup>147</sup> CARVALHO, Marcus J. Maciel. “De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850.” *Afro-Ásia*, Salvador-BA, v. 1, n. 30, 2003.p.48.

<sup>148</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas*, p. 152.

<sup>149</sup> XAVIER, Regina C.L. *A conquista da liberdade*, p. 78.

Nas primeiras décadas do século XIX, principalmente a partir de 1830, há um grande aumento da participação e do registro formal de mulheres que tinham como atividade principal o comércio. Porém, poucos anos depois, 1836, o número de mulheres que possuíam registro para tal atividade começou a decair, atingindo o seu menor número no ano 1856. Em seguida a essa queda, a participação feminina no comércio mudaria, tornando-se mais formal. Os registros feitos após esse ano contavam com participação de mulheres donas de lojas de importados, boutiques, armazéns e, até mesmo, um banco. As mulheres que tinham composto o registro para o comércio como vendeiras, donas de botequim, venda volante ou tabuleiro não mais tinham tanta expressividade.

Meu principal objetivo nesse capítulo é entender como, em pouco mais de 50 anos, a participação feminina na atividade comercial se transformou tão intensamente. Esta iniciou-se com um aumento até 1836, passando por uma vultosa queda até sofrer uma formalização que excluiu as mulheres mais pobres e o pequeno comércio, pelo menos dos registros municipais.

Nem todas as mulheres pardas que comercializavam tiveram o destino das negras minas analisadas por Faria ou foram tão decadentes e miseráveis como Figueiredo retratou em sua obra. Acredito que a situação encontrada em tal atividade e as trajetórias construídas a partir do comércio estavam muito relacionadas com o momento no qual essas mulheres viveram.

Através do cruzamento de diversas fontes, busquei explicitar os diversos obstáculos que as mulheres enfrentaram a partir da criação do primeiro Código de Posturas em 1829 e quais foram as estratégias traçadas para subsistir ou, quando possível, buscar a ascensão econômica e social. Foram coletados nomes de mulheres nos registros de Licença para Comércio e, cruzados com a Lista de Habitantes de 1829, para verificar se estavam relacionadas como pardas. Também foram coletados nomes de mulheres listadas como vendeiras, dona de botequim ou venda na Lista de Habitantes daquele ano. Esses nomes, por sua vez, foram cruzados com a base de dados do Tribunal de Justiça de Campinas para encontrar inventários ou processos deixados por essas mulheres durante suas vidas.

### 3.2– Sem terra, as mulheres tomaram o comércio

A participação das mulheres no pequeno comércio é explicada, muitas vezes, a partir do desinteresse dos homens por essa atividade, os quais deixariam um vazio que seria preenchido por essas mulheres. Acredito que a participação feminina na Vila de São Carlos tenha se dado, principalmente, pelo aumento da expropriação da terra de pequenos lavradores, fazendo com que as famílias não encontrassem uma subsistência mínima na terra. Os homens poderiam atuar como lavradores em terras de terceiros enquanto as mulheres encontraram no comércio uma importante fonte de renda.

O número de mulheres chefes de domicílio só passou a ser representativo em relação ao número de homens a partir da década de 20. Nos censo de 1794, 1801, 1814, percebe-se uma regularidade na porcentagem de mulheres chefes de fogos. Em 1794 a participação era de 12,4% e depois de pouco mais de três décadas esse número quase dobra.<sup>150</sup>

Tabela 2 – Sexo dos Chefes de Domicílios

<b>Sexo</b>	<b>1801</b>	<b>1814</b>	<b>1829</b>
<b>Feminino</b>	10,2%	10,9%	23,9%
<b>Masculino</b>	89,8%	89,1%	76,1%

As mulheres chefes dos fogos se dedicavam majoritariamente aos setores secundário e terciário. Eram fiandeiras, costureiras, lavadeiras, trabalhavam em seus tabuleiros e suas vendas, botequins e outras eram caixeiras e vendiam nas portas das residências produtos dos armazéns.

Em um estudo mais detalhado sobre o aumento da participação feminina na chefia dos fogos, Teixeira analisa as Companhias que compõe a Lista de Habitantes de 1829, concluindo que a primeira e sétima eram essencialmente urbanas, com comércio latente e prestadores de serviços. A parcela de mulheres chefes de domicílio nesses dois espaços era,

<sup>150</sup> Dados de 1801 retirados da Lista de Habitantes de Campinas do respectivo ano. Dados de 1814 e 1829 retirados de Teixeira, Paulo. “Mulheres chefes de domicílio: Campinas, 1765-1850.” In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto - MG. ANAIS DO XIII ABEP, 2002. p.14.

de acordo com esse autor, respectivamente de 44% e 40%.<sup>151</sup> A movimentação dos domicílios femininos, portanto, foi em direção às áreas mais urbanizadas da cidade. Houve, portanto, uma mudança não só na chefia dos fogos, mas também em sua tipologia, deixando de ser essencialmente agrários para se dedicarem ao comércio e ao setor de serviços.

Para Teixeira, a mudança de uma economia de auto-consumo para uma economia voltada para o mercado influiria diretamente no aumento dos fogos chefiados por mulheres.<sup>152</sup> O autor vai além, afirmando também, que a intensa concentração de escravos nas mãos de senhores de engenhos contribuiria também para a movimentação feminina em direção às regiões centrais.

Dora Isabel Paiva Costa chega a conclusões diferentes e afirma que a maior parte das mulheres estaria ligada ao setor primário, à agricultura. Para a autora houve uma movimentação das mulheres em direção aos bairros rurais, mas seus dados apresentam outra realidade.<sup>153</sup> Apenas 20% das mulheres se dedicariam ao setor primário.

Há, portanto, um aumento nos fogos chefiados por mulheres, mas também na participação dessas em atividades essencialmente urbanas. O que teria ocasionado esse aumento?

Não acredito que tenha ocorrido uma saída em massa de homens livres da atividade comercial que possibilitasse às mulheres o preenchimento de um vazio populacional. Figueiredo e Kuznesof justificam o aumento dos fogos chefiados por mulheres, principalmente, ao vazio demográfico feito pela saída dos homens.<sup>154</sup> Tanto para Minas oitocentista, analisada por Figueiredo, quanto para São Paulo no início do século XIX, objeto de estudo da pesquisadora Kuznesof, apresentaram uma queda na presença de homens.

Em Campinas, no entanto, a razão de sexo entre os livres, pouco se alterou entre 1800 e 1829. Teixeira afirma que em 1800 para cada 100 mulheres havia 98 homens e em

---

<sup>151</sup> TEIXEIRA, Paulo E. “Mulheres chefes de domicílio: Campinas, 1765-1850”. In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto - MG. ANAIS DO XIII ABEP, 2002, p.26.

<sup>152</sup> TEIXEIRA, Paulo E. “Mulheres chefes de domicílio”, p.19.

<sup>153</sup> COSTA, Dora Isabel P. “As mulheres chefes de domicílio”, p.60.

<sup>154</sup> FIGUEIREDO, Luciano. O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro, José Olympio/Edunb, 1993, p. 55. KUZNESOF, Elisabeth Anne. “The role of the female-headed household in brazilian modernization: São Paulo 1765 to 1836”, Journal of Social History, Vol.13, n.4, 1980, p.595.

1829, esse número cai para apenas 95.<sup>155</sup> Ainda que a população não tenha crescido como o esperado, não houve uma evasão dos homens da cidade, pois a razão entre a presença masculina e feminina se manteve. Teixeira defende que o constante recrutamento de meninos e homens faria com que o número de mulheres fosse preponderante na chefia dos domicílios. Ainda que o recrutamento fosse tão intenso como descrito pelo autor, não explicaria o aumento da participação feminina no comércio e na prestação de serviços.

Entre 1814 e 1829, a Vila de São Carlos mudou profundamente. O número de escravos cresceu de 1893 para 4799 enquanto a população livre se mantém praticamente estagnada. Entre o período de 1814 para 1829, a população livre quase não teve crescimento, passando de 3700 para 3746. Para Teixeira, a população não teria crescido, pois teria ocorrido uma evasão de famílias inteiras da Vila e, não, apenas de homens que buscavam melhores chances em outras cidades. Além do aumento do contingente de escravos, houve uma queda drástica no número de domicílios que se dedicavam à agricultura.<sup>156</sup>

Tabela 3 – Chefes de domicílios agricultores

<b>Ano</b>	<b>Plantam mantimentos</b>
<b>1801</b>	72,5%
<b>1814</b>	66%
<b>1829</b>	38,8%

Se a cidade manteve estável seu número de pessoas e, mesmo assim, o número de agricultores caiu tão intensamente, pode-se inferir que muitas das pessoas que se dedicavam ao cultivo ou à criação de animais antes de 1829, passaram a trabalhar no centro urbano ou nas demais fazendas e engenhos. O aumento de número médio de agregados pode ainda indicar que, principalmente, os homens buscavam ganhar jornais ou cultivar na terra de médios e grandes proprietários.

<sup>155</sup> TEIXEIRA, P. E. *Op.cit.*, p.20.

<sup>156</sup> Dados de 1801 e 1829 retirados das Listas de Habitantes dos respectivos anos. Dados de 1814 retirados de TEIXEIRA, P. E. *Idem*, p.24.

Não somente o aumento de engenhos como o crescimento da produção de açúcar pode ter feito com que se abrissem possibilidades para pessoas livres trabalharem nesses espaços. Alguns agregados que lavravam na terra desses senhores de engenho também mantinham agricultura própria para as suas necessidades. O chefe ou a chefe de domicílio que, na primeira década, só encontravam na agricultura possibilidade para seu sustento, com o aumento do número de engenhos, viram o número de empregos, nem que fossem temporários, crescer.

A manutenção da terra também, certamente, ficou ainda mais complicada com o crescimento do número de engenhos e da produção deste. Aqueles que morassem perto das fábricas de açúcar ou de plantadores de cana de partido iriam sofrer pressões cada vez maiores à medida que esse tipo de cultivo se tornava mais lucrativo e extensivo. Havia um interesse progressivamente maior dos senhores em alargar as fronteiras de seus engenhos. Como visto no capítulo anterior, não era incomum o registro e venda de propriedades que estavam sob posse de outras pessoas. Essa tomada de terras por parte de senhores de engenho deve ter feito com que muitos pequenos agricultores fossem trabalhar como lavradores em terras alheias ou saíssem da cidade para tentar a vida em outro lugar. De fato, boa parte dos filhos de Pedro Nunes de Moraes deixou a Vila de São Carlos e os que ficaram tiveram a propriedade da herança reduzida em um quarto.

Se houve uma saída de famílias agricultoras como transparece no trabalho de Teixeira, que alterou a composição dos domicílios agrícolas, o comércio, por sua vez, passou por uma configuração diferente. A zona mais central da cidade teve um aumento da chefia feminina dos fogos.

Não se dedicavam apenas ao comércio, mas, como essa atividade requer mais registros do que outras funções como cozinheira ou lavadeira, as trajetórias, aqui analisadas se concentraram sobre as mulheres assinaladas nas Listas de Habitantes como pardas e que, por algum momento, abriram uma venda ou comerciavam de porta em porta.

Infelizmente, a Lista de Habitantes de 1829 não traz a naturalidade dessas mulheres que no centro moravam para sabermos se vieram de outras cidades para trabalhar no comércio ou se são descendentes de agricultores da própria Vila. Mas, em grande parte, moravam sozinhas, acompanhadas de um ou dois filhos ou de outras mulheres. Algumas declaravam ter estado de casadas, mas sem ter conhecimento da localização de seu marido

ou como diziam não sabia se estava vivo ou morto. Outras ainda omitiam essa informação, mas em seus testamentos declaravam seguidas vezes que os bens que obtiveram foram sozinhas, sem ajuda ou sem a presença de seus companheiros ausentes.<sup>157</sup>

Acredito que o abandono de maridos tenha sido o menor dos obstáculos que essas mulheres poderiam enfrentar nesse período. A dificuldade de se manter a propriedade rural e uma lavoura de subsistência foi, sem dúvida, a razão que levou essas mulheres a morarem na região central e a se dedicarem às atividades comerciais ou de serviços, como lavadeiras.

Em 1814, Thereza Maria, mulher forra, teve dificuldades em mover uma ação, pois não morava há anos com o seu marido. Era necessário que ele, como cabeça do casal, assinasse alguns papéis. Thereza, no entanto, já não habitava a mesma casa ou convivia com ele fazia tempo o bastante para se achar no direito de não precisar de sua permissão ou presença para resolver suas querelas judiciais. Justificou que não sabia seu paradeiro e que ela assinaria. Porém, depois da negativa da justiça, Thereza encontrou seu marido. Ele não havia deixado a cidade para procurar novas terras ou oportunidades. Pelo contrário, morava na Vila e, apareceu para assinar os papéis.<sup>158</sup>

A separação de casais parece ter sido mais comum do que alguns autores afirmam. Para Figueiredo, a instabilidade do casamento mostraria a situação precária em que as mulheres viviam, tendo que recorrer à prostituição.<sup>159</sup> Entretanto, se o abandono das mulheres por parte dos maridos era tão comum nas zonas de fronteiras, como diversos autores afirmam, boa parte das mulheres deveria ter vivenciado separações entre seus pais e mães e observado as estratégias para se sustentar.

O que as levaram a morar na região central, deixando suas lavouras para trás foi, certamente, as investidas dos grandes agricultores em tomar as terras de pequenos produtores. Antes de 1831, Rosa de Araújo, viúva e parda era agregada do pardo Joaquim José Pontes. Com quase 80 anos, Joaquim ficou viúvo e vendeu a metade do terreno ao recém lavrador Joaquim Pedro Camargo, miliciano e branco. De acordo com este último, Rosa logo “se arranhou de ser agregada.” Conviviam bem até Rosa comprar outra parte do terreno que era da família do velho Pontes. Para Pedro Camargo, a parceria em que viviam

---

<sup>157</sup> CMU, TJC, Autor: , Autor: Antônio Benedito Andrade, Ré: Benedita Claudiana do Espírito Santo, Ação: Inventário, Ano: 1875, Of: 4º, P: 4696.

<sup>158</sup> CMU, TJC, Autor: Teresa M. Francisca, Ré Florinda Maria Candelária, Ação: Ofensas Físicas, Ano: 1814, Of: 1º P:352 .

<sup>159</sup> FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória.*, p. 58 e 63.

terminou logo após a compra. Infelizmente, Rosa comprara um pedaço que já havia sido vendido para Pedro Camargo. A lavradora alegou que a compra era irregular, pois o velho Pontes já estava demente na época, mas, pouco adiantou, a justiça determinara que deveria deixar as terras. Ela se recusou a sair das terras e dois anos depois ainda morava lá, para dor de cabeça de Pedro Camargo.<sup>160</sup>

Muitas mulheres podem ter perdido suas terras ou economias em compras irregulares ou terem sido roubadas em acordos ilegais. Rosa, por insistência, continuou nas terras, mas não sabemos por quanto tempo. De qualquer maneira, outras mulheres podem ter gastado seus espólios em compras irregulares ou, simplesmente, terem sido expulsas de suas terras, fazendo com que encontrassem na zona central da cidade oportunidades, que já não havia mais no campo, para a sua subsistência.

Na Vila de São Carlos, teria ocorrido um processo semelhante ao da cidade de São Paulo, descrito por Kuznesof.<sup>161</sup> Para essa autora, a presença feminina na chefia de domicílios seria explicada pela transição entre os modos de produção. Em 1765, a cidade de São Paulo teria como característica o modo de produção doméstico ou de subsistência, no qual o valor da produção estaria em seu uso. Em 1802, a produção agrícola seria ainda de alimentos, mas, buscando o lucro com a venda do excedente, enquanto o comércio e alguns ofícios cresceriam em importância. A partir desse momento, a presença feminina cresceria. E, no último período, em 1836, houve um retrocesso da chefia feminina nos domicílios devido ao aumento da concentração da propriedade rural, da especialização das plantações e do aumento de homens como comerciantes.

Acredito que, em Campinas, a concentração da propriedade rural tenha se dado tão rápido e tão intensamente que não possibilitou aos pequenos agricultores se tornarem fornecedores regulares ao mercado local. Apesar de haver um momento econômico favorável para ser um lavrador de alimentos de primeira necessidade, não foi possível para os pequenos agricultores colocarem-se como pequenos comerciantes no mercado que crescia na cidade. Pedro Ribeiro só conseguia vender o toucinho de seus capados em Itu. Quando a cidade, na década seguinte, aumentava seu mercado comercial, Pedro já não estava na posse de suas terras.

---

<sup>160</sup> CMU, TJC, Autor: Joaquim Pedro Camargo, Ré: Rosa Araújo, Ação Notificação, Ano: 1831, Of: 1º, P: 1424.

<sup>161</sup> KUZNESOF, Elizabeth. "The role of the female-headed household", p.593.

Havia um intenso crescimento populacional nas primeiras décadas e uma diminuição da produção de alimentos, fazendo com que o preço fosse favorável para o plantio de um excedente. No entanto, a posse de terra se tornava, cada vez mais, instável. Não significa que a Vila de São Carlos não produzisse alimentos como mandioca ou feijão para o consumo interno. Nos 38% de fogos que declaravam produzir para seu gasto ou para seu consumo, boa parte deles também produzia cana e era pertencente a grandes senhores de engenho. Mesmo aquele agricultor que quisesse plantar alimentos teria de concorrer com o excedente que pudesse vir desses grandes produtores. Vale notar, que a maior parte dos inventários analisados, mostra compras de farinha vinda de Santos ou de grandes produtores locais. Os pequenos agricultores ou vendiam por conta própria seu excedente de forma irregular e pouco constante ou não conseguiam suprir as demandas dos vendedores, aparecendo, portanto, raramente, como fornecedores.

Se, em São Paulo, houve a saída de homens e a possibilidade das pequenas agricultoras venderem seu excedente no mercado que crescia, na Vila de São Carlos foi diferente. A razão entre os sexos se manteve, enquanto a concentração da propriedade rural e escrava aumentavam. Para os homens, seria possível se estabelecer como agregados nas grandes fazendas, trabalhando como lavradores por jornal. Para as mulheres, o comércio e serviços surgiram como uma grande oportunidade de se sustentar.

A vila de São Carlos, na primeira metade do século XIX apresentava um bom prognóstico para aquelas mulheres que investissem no pequeno comércio. Em comparação, principalmente, à pequena lavoura, manter um negócio poderia ser mais estável e seguro. Com boa parte dos investimentos sendo direcionado para cana de partido, engenho e fábricas de açúcar, havia um déficit em relação ao comércio que foi amplamente ocupado pelas mulheres.

Não acredito que tenha sido apenas um vazio de interesse por partes dos homens no comércio que possibilitou às mulheres a ampla ocupação que tiveram na zona central da Vila de São Carlos. Homens ferreiros, cirurgiões, sapateiros e alfaiates não paravam de chegar à cidade e recorriam à Câmara para obter licenças.<sup>162</sup> Mesmo negociantes de venda buscavam licenças. Como Joaquim dos Santos, pardo, dono de venda e de alguns quartos

---

<sup>162</sup> Livro de Licenças Ano 1805 -1818.

para aluguel, que veio da Bahia e adquiriu como apelido o lugar de sua origem.<sup>163</sup> Alguns homens, já acostumados com o comércio e possuidores de ofício viam na Vila de São Carlos um lugar para investir. Não havia, portanto, um vazio para ser ocupado. Mulheres de outras cidades também se dirigiam à Vila de São Carlos, como Narcisa Maria, caixeira, que deixou mãe e filha na cidade de Itapetininga para fazer venda.<sup>164</sup>

Na primeira metade do século XIX, Campinas contava com uma crescente população mais endinheirada cujo poder aquisitivo só aumentava, mas, por outro lado, não existiam lojas de importados, roupas ou qualquer tipo de estabelecimento mais refinado. As ruas viviam enlameadas, dificultando a passagem das senhoras e fazendo com que houvesse a necessidade da venda por caixeiras e vendedoras de tabuleiro.<sup>165</sup> As mulheres conhecedoras dos saberes da cozinha tinha inserção garantida no comércio para vender bolos, geleias, biscoitos entre outras comidas e também utilidades domésticas. Havia mulheres que costuravam, vendiam recortes de roupas e aquelas que vendiam velas. As que cozinhavam vendiam toda sorte de merenda e hortaliças. Não ficavam restritas apenas aos alimentos. Abriam botequins, ao mesmo tempo em que tinha venda e contratavam vendedoras de tabuleiros para vender suas delícias. Mais do que trabalhar, essas mulheres sempre se envolviam em querelas, pois sua presença nessa atividade incomodava os homens que competiam diretamente com seus negócios.

### **3.3 – Comércio e honra em disputa: Vestir, brigar, amigar e difamar**

Se a concentração da propriedade rural aumentava nas mãos de grandes fazendeiros e senhores de engenho, as mulheres viram o comércio como uma oportunidade de se sustentar. Uma vez que a cidade estava crescendo, oferecia oportunidade para que elas obtivessem algum lucro com essa atividade, porém, a competição com outros comerciantes existia e eles se utilizaram de diversas maneiras para retirá-las dessa atividade. A difamação era uma das principais artimanhas para dificultar a permanências dessas mulheres. Chamá-las de prostitutas, acusá-las de vender produtos corrompidos ou roubados, como também colocar

---

<sup>163</sup> AEL, Lista de Habitantes de 1829, fogo 74, p. 256.

<sup>164</sup> CMU, TJC, Autor: José Antônio Silva, Ré: Narcisa Maria Batista, Ação: Inventário, Ano:1834, Of: 1º P: 1588.

<sup>165</sup> LAPA, Amaral. *Os cantos e os antros*, p.62.

em dúvida sua honra comomo comerciante era muito recorrente. Essas mulheres, diariamente, tinham que tecer estratégias para permanecer no comércio frente às investidas de outros comerciantes, moradores da cidade e fiscais. Por vezes, a honra feminina ligada à prática sexual se confundia com a honra como comerciantes.

Procuravam ser respeitadas pelos demais ou reafirmando suas redes de solidariedade, chamando seus amigos e amigas em momentos de dificuldade, ou investindo em vestuário e joias e até mesmo difamando seus inimigos e lhe arrancando a honra. Quando podiam, vestiam-se como damas, compravam escravos e não aceitavam ser desmoralizadas por seus concorrentes e vizinhos.

Narcisa Maria morava no Bairro da Santa Cruz, conhecido por seu movimento de comerciantes, botequins e batuques.<sup>166</sup> Narcisa, no ano de 1829, foi listada como parda, solteira e de profissão caixeira. O Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto define caixeiro como aquele que faz a escrituração, vende e paga.<sup>167</sup> No entanto, acredito que faria mais do que o descrito, como mostram alguns processos envolvendo João Estulla. Este foi um caixeiro muito conhecido em Campinas, por aplicar pequenos golpes em seus patrões, deixando para os historiadores registros de suas artimanhas. Em um dos processos, sua canastra é apreendida e aberta, pois o vendedor que o contratou queria reaver os bens que tinha dado a Estulla para vender, já que “este não lhe deu contas do que vendeu.”<sup>168</sup> Entre seus bens apreendidos, havia diversos bilhetes de créditos e recibo, comprovando que também cumpria a função descrita pelo dicionário.

Para ser caixeira ou caixeiro, tinha que andar muito, conhecer a cidade e ser respeitado na cobrança de dívidas ou na cessão de crédito. Estulla usava de sua conhecida fama de brigão para manter-se como caixeiro. Carregava bens de valor, buscava bilhetes de crédito com grandes senhores de engenho, ao mesmo tempo, em que feria oficiais em brigas de botequim ou livrava seus colegas da cadeia. Narcisa, por outro lado, não andava armada ou arranjava briga com oficiais. Investia em roupas e acessórios para que fosse respeitada. Seus arreios de montaria eram banhados em prata, seu chicote era prateado e

---

<sup>166</sup> AEL, Lista de Habitantes de 1829, fogo 71, p.249.

<sup>167</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto*, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832, p. 23.

<sup>168</sup> CMU, TJC, Autor Francisco Amaral Gurgel, Réu: José Ricardo Pereira, Ação: Artigos Justificativos, Ano: 1808, Of: 1º, P:9618 e Autor Francisco Amaral Gurgel, Réu: José Ricardo Pereira, Ação: Justificação, Ano: 1808, Of: 1º, P: 9619.

andava repleta de joias.<sup>169</sup> Suas argolas douradas, colares e sapatos em seda azul deviam chamar a atenção das pessoas que a avistavam de longe. Possuía quase trinta vestidos de mais variadas cores e ostentava em sua canastra de couro e dourada o poderio de uma comerciante em ascensão.

A vestimenta poderia trazer à Narcisa um respeito e honra que não seria fácil para uma parda, vinda de Itapetininga, conquistar em uma sociedade escravocrata em ascensão como a Vila de São Carlos. O contingente de libertos estava sempre sob vigia das autoridades e não seria diferente para as mulheres pardas que habitavam a região central da vila. Décadas depois, os jornais locais tratariam as comerciantes pardas como males a serem extintos, uma vez que atrapalhavam o andamento da cidade.<sup>170</sup> Para mulheres como Narcisa, subir na escala social poderia fazer com que fosse respeitada ou pelo menos, não fosse tratada como uma liberta ou escrava de alguém. Suas roupas, usar um chicote prateado e ostentar joias fariam com que se distanciasse cada vez mais do passado de escravidão que se manifestava em sua pele.

Para os observadores mais distraídos, o modo de se vestir de Narcisa e os bens que acumulou durante mais de uma década em que trabalhou sozinha seguiam apenas o modelo de comportamento elitista das mulheres da Vila de São Carlos. Narcisa gastou mais com sua aparência do que com o conforto em sua casa. Não possuía casa e os cômodos em que morava eram alugados. Gastou a maior parte de sua renda em joias, roupas e acessórios. Possuía quatro lenços de seda, usados para cobrir os ombros das mulheres. Sua vestimenta poderia seguir os padrões que restringiam a mulher e seu corpo ao privado, mas o comportamento de Narcisa não seguia esse padrão. Vestia-se como uma dama que exigia ser respeitada, mas não agia como tal. Mesmo havendo uma restrição às mulheres pardas de usarem lenços, pois acabavam sendo confundidas com as distintas damas da Vila, Narcisa ostentava-os em seus ombros.<sup>171</sup> Exigia-se em seu modo de vestir respeito. Não usava a sela especial para mulheres, mas uma comum, provavelmente, porque facilitaria sua movimentação e suas vendas. Saía às ruas para fazer negócios e alugava o escravo de um

---

<sup>169</sup> CMU, TJC, Autor: José Antônio Silva, Ré: Narcisa Maria Batista, Ação: Inventário, Ano:1834, Of: 1º P: 1588.

<sup>170</sup> Ver comentário de Martin sobre a denúncia: “Negras noites que distraíam os guardas da cadeia” In: Martins, “*Mercados...*”, p. 137-140.

<sup>171</sup> ACMC, Livro 64, p.09 , ano de 1808.

comerciante local.<sup>172</sup> Sua vida não era no privado, mas, ao se vestir como uma dama exigia respeito e estima de seus clientes e de outros comerciantes.

Não poderia agir como Estulla e carregar a própria arma, uma vez que, aos pardos esse direito era restringido.<sup>173</sup> Se Narcisa andasse armada poderia trazer para si mais problemas que soluções, pois qualquer pessoa que possuísse um desagravo com ela ou mesmo que não concordasse com uma parda portando uma arma, poderia denunciá-la e um processo seria aberto.

A estratégia de Narcisa ao se vestir como uma dama e, desta maneira, requerer respeito dos demais habitantes do bairro, foi muito bem elaborada para o momento em que vivia e era utilizada por demais egressos da escravidão que desejavam ascender socialmente. Não me parece estranho que Narcisa e seus conterrâneos também desejassem uma vida com conforto, mas a maneira como fazem seus primeiros gastos revela suas estratégias para ascender socialmente. Antes de comprar um escravo, as libertas ou pardas livres que viviam na região central, principalmente no Bairro de Santa Cruz, gastavam, primeiramente, com roupas. As vestimentas eram símbolos da ascensão social de uma pessoa. A condição social do senhor, por exemplo, definiria o que o escravo poderia vestir, sendo a roupa deste último sempre menos valiosa.<sup>174</sup>

A pequena comerciante, ao invés de economizar para comprar seu primeiro escravo, alugava os serviços de um cativo pertencente a um negociante pardo que morava no mesmo bairro. À medida que Narcisa investia em sua aparência, investia também em se tornar dona de uma venda. Sua vida deu um salto entre 1829 e 1834, ano de sua morte. Deixou de vender mercadoria de outros comerciantes para montar um espaço onde venderia gêneros de toda a sorte, de móveis a farinha. Não precisava mais sair diariamente para fazer suas vendas, pois contratava, ocasionalmente, Joaquim, para que trabalhasse como caixeiro em sua loja.

No testamento, ainda declarou que suas joias deveriam fazer parte de sua terça cuja herdeira única era sua filha que morava junto com a avó em Itapetininga. Acredito que para

---

<sup>172</sup> No inventário, está relacionado o pagamento ao escravo Joaquim. Este era propriedade de Antônio da Rocha Leite, que é listado, em 1829, como pardo, de 48 anos, negociante e morador do fogo 42.

<sup>173</sup> CMU, TJC, Autora: Rosa Araujo, Réu: Joaquim Pedro Camargo, Ação: Justificação, Ano:1832, Of: 1º P: 1485.

<sup>174</sup> MAGALHÃES, Cristiane Maria. “Escravos e libertos: homens de ocupações no século XIX”. O Olho da História, v. 1, 2008, p.7.

mulheres pardas, se manter no comércio não deveria ser muito fácil, pois a investidas de outros comerciantes ou fiscais sempre faria com que sua honra estivesse sob questionamento. Gastos com a vestimenta poderiam diminuir, em suas vidas, a suspeição constante que recaía sobre as mulheres que praticavam o comércio, de serem prostitutas, mulheres desonrosas ou ladras.

As mulheres que vendiam pinga eram consideradas bêbadas incorrigíveis, as donas de venda eram fofoqueiras de língua sanguinolenta, as que vendiam nas ruas com seus tabuleiros poderiam ser chamadas de “putas.” A grande maioria por ter seus maridos ausentes, vivia cotidianamente ouvindo questões sobre seu corpo e sua honra. Qualquer comportamento poderia colocar essas mulheres sob os olhares desconfiados de vizinhos, clientes e fiscais. Sueann Caufield afirma que “na prática, a virtude moral e outros símbolos da honra, como a cor e a classe social, combinavam de modo que se tornasse impossível o estabelecimento de um critério consistente e objetivo para a defesa da honra feminina.”<sup>175</sup> Cercar-se de que sua honra não estivesse sob julgamento, por mais que se vivesse o espaço público, era uma das preocupações das mulheres comerciantes.

Sempre passível de questionamento, a honra feminina era alvo de todo tipo de acusações. É quase impossível separá-la das práticas sexuais, da honra de ser digna de respeito em outras esferas da sociedade, como por exemplo, se é confiável como comerciante. Para as mulheres pardas, esse tipo de questionamento ainda era mais intenso e para Narcisa, que já vivia há mais de uma década sem a companhia do marido, poderia ser pior. Maciel Henrique Silva, mostrou, a partir da trajetória de uma comerciante chamada Delindra, como a suspeição pela cor poderia ser um entrave na construção da honra e estima pública de mulheres comerciantes.<sup>176</sup> Delindra para poder reaver joias roubadas por um comerciante da cidade em que visitava chegou a afirmar que, apesar de parda, sempre teve estima de todos e que era digna de respeito.

A ascensão social de Narcisa não poderia estar desligada desses valores. Ao investir em roupas, em lenços para cobrir os ombros, evitava em sua vida questionamentos que poderiam destruir a possibilidade de aumentar sua venda. Uma vez questionada sua honra

---

<sup>175</sup> CAULFIELD Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000. p.61.

<sup>176</sup> SILVA, Maciel Henrique. “Delindra Maria de Pinho: uma preta forra de honra no Recife da primeira metade do século XIX.” *Afro-Ásia*, 32, 2005, p.229.

como mulher, estaria questionada a sua honra como comerciante. Para evitar que esses problemas viessem atrapalhar seu caminho, Narcisa, no primeiro momento em que pode, vestiu-se como uma dama e, assim exigiu respeito dos homens com os quais negociava. Para que seu negócio continuasse, a pequena comerciante precisava da estima e confiança de outros comerciantes. Adquiria, por consignação, boa parte de suas mercadorias e até mesmo ficou devendo os dias de trabalho do escravo Joaquim. Precisava, portanto, que os maiores negociantes confiassem nela a ponto de acreditar que a dívida seria quitada.

Ao deixar suas joias para sua filha que em outra cidade morava, Narcisa, certamente, queria assegurar que Rosa pudesse usufruir do mesmo respeito que sua mãe um dia tivera. Não acredito que apenas o valor desses bens tenha sido a razão de escolha da terça. O cavalo que Narcisa possuía poderia ser mais útil para sua filha e mãe, ou as roupas poderiam também ter sido dadas. As joias, no entanto, conferiam um *status* social mais elevado e distanciando-a do passado da escravidão. Além de poder ostentá-las publicamente, a comerciante investia em um bem de valor crescente e mais seguro que um escravo, que poderia morrer ou fugir.

Mulheres, como Narcisa, que distorciam a lógica de restrição da mulher ao privado foram mais comuns do que pensamos. Declaravam serem costureiras nas Listas, mas exerciam funções como dona de botequim, de venda e vendedoras de tabuleiros. Cuidavam de seus negócios, mas não aceitavam ser tratadas com desrespeito ou terem sua honra questionada.

Se abandonadas por seus maridos, iniciavam outros relacionamentos. Se declaravam viver sós, não significava que não se relacionavam com amigos, amigas e que não formavam redes de solidariedade. Martins apresenta as mulheres que compunham a região central de Campinas, como exiladas da família nuclear rural. Na visão do autor, seriam mães solteiras cujo comportamento desrespeitara a moral da família e por tal razão foram expulsas de suas famílias.<sup>177</sup> Outras seriam velhas demais para casar, sendo obrigadas a migrar para o centro e viverem na solidão, ao lado das abandonadas pelos maridos.

Ao cruzar repetidas vezes os nomes nas Listas de Habitantes com os autores, réus, testemunhas e outras pessoas citadas nos processos, percebi que, de maneira alguma, essas mulheres viviam uma vida solitária como descrita por Martins. Havia entre elas e outros

---

<sup>177</sup> MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos*, p. 102.

moradores do Bairro da Santa Cruz uma espécie de solidariedade e conflitos, como também se encontrava nos bairros rurais da Vila de São Carlos.

Narcisa dificilmente vivia sozinha consta que morreu em companhia de Germano Correa. O escrivão declara na abertura do testamento, Germano apresentou-se no dia nove de abril de 1834, dizendo “ter ontem falecido com ele às 3 da tarde a dita Narcisa no Bairro da Santa Cruz”. Infelizmente, não consegui localizar esse amigo próximo de Narcisa, na Lista de Habitantes de 1829, mas em outro processo, em que serviu de testemunha, declarou viver de seu negócio e ser pardo.<sup>178</sup> Narcisa ficou severamente doente, apesar de ter por volta de 30 anos, precisando se apressar para fazer seu testamento que foi escrito apenas dois meses antes de seu falecimento. Necessitou de cuidados do conhecido cirurgião Manoel Gomes da Graça que pouco pode fazer. Morreu em companhia de seu amigo Germano Correa e instituiu como inventariantes de seus bens outros dois comerciantes que moravam próximo: José Antônio e Fabrício Antônio. Narcisa morava no fogo 71, enquanto José, negociante branco e viúvo, morava no fogo 107.<sup>179</sup> Já Fabrício Antônio Dias era pardo e morava no fogo 85. Moravam e faziam comércio bem próximos uns dos outros.

Narcisa, certamente, negociava algumas mercadorias com esses comerciantes, quem sabe pode até ter trabalhado para eles em sua época de caixeira. Sabemos que a sua escolha em listar como inventariantes esses dois importantes comerciantes, era assegurar que sua vontade fosse cumprida. Provavelmente, confiava em seus dois vizinhos a ponto de colocá-los lado a lado à sua filha como inventariantes. Rosa também havia sido escolhida como inventariante por Narcisa, mas, logo, descartada, pois seu paradeiro era incerto. Germano, apesar de não ter sido listado, ficou encarregado de organizar o enterro. Narcisa foi listada como mulher solteira na Lista de Habitantes, foi abandonada pelo marido, mas não viveu sozinha. Compartilhou com outras pessoas momentos de sua vida e requereu ajuda quando precisou.

Apesar de há mais de uma década sem a companhia de seu marido, Narcisa conseguiu ascender socialmente. Adquiriu diversos bens e deixou de ser apenas caixeira, para ter sua própria venda.

---

<sup>178</sup> CMU, TJC, Autor: João Manoel Correa, Ré: Francisca Paula, Ação: Justificação, Ano: 1823, Of: 1º, P: 0804.

<sup>179</sup> AEL, Lista de Habitantes de 1829, 1ª Companhia.

Para alguns historiadores como Figueiredo, as mulheres comerciantes raramente conseguiriam se sustentar sozinhas nessa atividade, tendo que recorrer à prostituição para completar a renda. O autor chega a afirmar que o tabuleiro servia, muitas vezes, como disfarce para o meretrício.<sup>180</sup> A trajetória de Narcisa diverge muito das proposições de Figueiredo. Narcisa não só consegue respeito por parte de outros moradores do Bairro da Santa Cruz, como também estabelece relações com dois importantes comerciantes homens da época.<sup>181</sup>

Figueiredo constrói por toda a sua obra uma linha de pobreza comum a todas as mulheres comerciantes:

“Os limitados rendimentos desse pequeno comércio fazia com que a pobreza fosse um traço comum entre as mulheres que dele se ocupavam, independentemente de sua condição social. Forras ou escravas, recorriam à prática da prostituição como meio de complementar seus rendimentos ou jornais, e minorar, assim, sua miséria”<sup>182</sup>

O comércio não traria lucro algum para essas mulheres, nem mesmo garantiria a sua subsistência, mas, paradoxalmente, garantiria o abastecimento interno da província e rendimentos vultuosos para a Coroa devido aos impostos.<sup>183</sup> O que, provavelmente, Figueiredo avistou nas mulheres comerciantes, era o que os homens comerciantes da época pensavam sobre elas. Aquelas que saem às ruas, que deixam o espaço privado para se arriscar em outras profissões são, portanto, prostitutas. Quando se questiona a honra feminina não se está falando apenas do que concerne ao corpo ou ao comportamento sexual da mulher, mas também de outras qualidades que ela possa vir a ter. A mulher que saísse do privado para exercer uma atividade pública poderia ser considerada desonrosa, nociva aos demais moradores. Foi o que aconteceu com Francisca de Paula moradora também do bairro da Santa Cruz ao ser denunciada por alguns comerciantes vizinhos.

João Manuel Corrêa, ourives, pardo, senhor de sete escravos, juntamente com comerciantes, denunciaram o comportamento imoral de uma de suas vizinhas, Francisca de Paula. Acusavam-na de ser prostituta, o que comprometeria os negócios que eles tinham aberto no bairro de Santa Cruz. No entanto, as testemunhas trouxeram outro aspecto da vida

---

<sup>180</sup> FIGUEIREDO, Luciando. *O avesso da memória*, 63.

<sup>181</sup> Ambos possuíam doze escravos em 1829.

<sup>182</sup> FIGUEIREDO, Luciano. *Op.cit*, p.58.

<sup>183</sup> *Idem*, p.44.

de Francisca. Para todos, o que mais incomodava era o fato desta última constantemente roubar galinhas e até leitões. Roubara mais de 50 galinhas de um único vizinho no bairro e, por vezes, entrava nas casas para bater nas crias dos animais com violência.<sup>184</sup>

As testemunhas não pareciam preocupadas com o comportamento imoral de Francisca, mas sim com as chateações de conviver com seus furtos e as intempestivas ações que ela cometia.

O fato de Francisca, por ser mulher solteira, e não ter moradia fixa fez com que muitos dos comerciantes e artífices que moravam nesse importante bairro a considerassem prostituta e se utilizassem desse argumento para pedir a sua retirada. Era constantemente repreendida pelo Capitão Mor. pelas brigas e confusões que arranjava, mas nenhuma testemunha relatou outro caso que não fosse briga pelos animais ou espancamentos dos mesmos.

De fato, não possuía mais moradia fixa, pois um ano antes da acusação dos comerciantes, uma testemunha afirmara que Francisca botara fogo em sua própria casa, sem um motivo declarado.<sup>185</sup> Retirou os pertences do interior da morada e botou fogo, aparentemente antes de ser presa por outra razão sob ordem do Capitão Mor.

Provavelmente, os moradores estavam cansados de terem suas crias roubadas, agredidas e de conviver com Francisca. É possível cogitar ainda que alguns vizinhos tenham colocado fogo na casa de Francisca. Essa medida drástica foi usada muitas vezes para afastar vizinhos que tivessem hanseníase e poderia ter sido usada para afastar Francisca.<sup>186</sup> Não sabemos quem colocou fogo na casa de Francisca, mas, no processo movido pelos vizinhos, foi utilizado o expediente de ser ela uma prostituta de comportamento imoral e intolerável. Francisca acabou sendo banida do bairro, sendo obrigada a se retirar.

Esse expediente poderia sempre ser usado para dificultar a vida das mulheres que pudessem causar algum tipo de desconforto nos vizinhos. Francisca causava diversos problemas para seus vizinhos, mas a acusação que sofreu não se referia a roubo de animais, mas sim a respeito de sua honra.

---

<sup>184</sup> CMU, TJC, Autor: João Manoel Correa, Ré: Francisca Paula, Ação: Justificação, Ano: 1823, Of: 1º, P: 0804.

<sup>185</sup> CMU, TJC, Autora: Francisca Paula, Réu: Desconhecido, Ação Incêndio, Ano: 1822, Of: 1º, P:0668.

<sup>186</sup> LAPA, José Roberto do A. *A cidade: os cantos e os antros*, p. 229.

Em diversas ações, a honra feminina era colocada em xeque. Era uma estratégia comum para desmoralizar as mulheres e destruir sua credibilidade. Encontrei uma querela envolvendo Policena Maria de Jesus. A Policena que eu buscava era filha de um casal de pardos comerciantes da cidade, mas, no entanto, me deparei com Policena, portuguesa e fadista.<sup>187</sup> Policena moveu um Libelo Criminal contra Joaquina e sua filha Maria Josefa, acusando as duas últimas de a terem ferido gravemente. Acusava-as também de ter falado injuriosas palavras. Policena declarou que, passando em frente da casa das rés, ouviu muito barulho e pedindo silêncio a elas, foi levada para dentro onde foi ofendida e apanhou de porretes. As rés não negaram que bateram em Policena e admitiram que disseram algumas palavras, mas que não eram inverdades. Para as rés, Policena era judia e ainda vivia em concubinato, era prostituta e tinha comportamento lascivo.

Quase em sua totalidade, exceto por uma, as testemunhas não viram o acontecido e pouco podiam declarar senão o que ouviram. Mas, impressionantemente, as testemunhas de acusação concordavam que Policena era prostituta por ser “publicamente conhecida como fadista.” Policena cantava fados em festas e vivia com um homem, o que para as testemunhas eram provas concretas de seu comportamento lascivo de prostituta.

“Andar passeando”, “ser fadista”, “viver amasiada” podiam ser comportamentos lembrados para caracterizar a mulher como prostituta quando fosse conveniente. Para as rés, lembrar que autora estava sempre presente em festas, cantando, levou o foco da acareação para a própria Policena e não para as agressoras. A sentença proferida pelo Juiz resume bem como as mulheres que tinham uma vida no espaço público eram consideradas:

“Ela (Policena) não é merecedora da indenização de injúria que procurou e da qual não pode cobrar coisa alguma vista a pública renúncia que fez da estima pública, quando como dos autos consta-se conserva em variada e continua devassidão.”

Para muitos, ao sair de casa desacompanhada, passear sozinha, ir a festas, as mulheres abriam mão de poderem ser consideradas honradas e, por consequência, poderiam ser chamadas de prostitutas. Para homens e mulheres que viviam em São Carlos, essas atividades do cotidiano serviam, quando necessário para desmoralizar uma mulher.

---

<sup>187</sup> CMU, TJC, Autor: Policena M. Jesus, Ré: Joaquina P. Oliveira ET AL, Ação: Ofensas Físicas, Ano:1828, Of: 1º, P:1144.

É ainda mais interessante notar que um dos homens que depôs diz que ficou sabendo do ocorrido por ouvir à Aninha. Essa testemunha e Aninha se conheceram na época da briga e, ao depor, ele declarou que estavam morando juntos. A informação que obteve era de uma mulher também amasiada, mas, em nenhum momento, a credibilidade de Aninha foi colocada em questão, uma vez que não era conveniente. Pelo contrário, morar com ela, tornava a veracidade das informações ainda mais confiável.

A estima pública poderia ser facilmente construída ou destruída na fala de terceiros, seguindo distintos interesses. Ao mesmo tempo em que Policena tinha comportamento de prostituta por estar amasiada, Aninha, amásia da testemunha, era amplamente confiável. Os elementos perniciosos ou elogiosos poderiam ser acionados dependendo da situação, confirmando o que Caulfield afirma sobre a construção da honra. Feita com tantos elementos, a honra seria difícil de precisar, mas acredito, que a desonra, era ainda mais fácil de ser construída.

Para as mulheres pardas, mesmo que livres, esse binômio mulher-prostituta poderia ser constantemente lembrado. Acredito que, principalmente, para as comerciantes, os insultos e questionamentos a respeito de sua honra poderiam ser mais recorrentes e perigosos. De antemão, essas mulheres poderiam ser consideradas culpadas, como aconteceu com Policena devido à exposição pública exigida pelo comércio. Uma vez que a atividade exercida era feita nas ruas ou em estabelecimentos de porta-aberta e em contato com homens, as mulheres comerciantes estavam sempre sendo julgadas a respeito de seu comportamento e honra. Esse contato com homens e a exposição em botequins e em diversos lugares da cidade combinavam-se também com o passado da escravidão.

Essas mulheres traziam na pele a experiência escrava e dos serviços domésticos que poderiam ter prestado. Para a autora Schettini, esses serviços dificilmente estariam separados de relações sexuais. Ao estudar prostituição, verificou que muitas mulheres e meninas trabalhavam no serviço doméstico e também recebiam visitas de homens. Algumas reclamavam que trabalhavam demais ou tinham um expediente muito longo, mas, poucas se queixavam de receber visitas. Tratavam as visitas como parte do trabalho doméstico. Da

mesma maneira, seus senhores ou contratantes pensavam que o trabalho doméstico e receber visitas eram complementares.<sup>188</sup>

Insultos sobre a honra poderiam ter, portanto, um peso maior para as mulheres libertas ou pardas livres que exerciam o comércio. O passado da escravidão e a exposição pública poderiam fazer com que fossem sempre consideradas prostitutas, devendo receber retaliações públicas ou jurídicas, como aconteceu com Francisca de Paula. Cuidar para que esses insultos não se tornassem armas nas mãos de outros comerciantes era um trabalho diário para essas mulheres.

As mulheres que viviam sem um marido eram alvos em potencial de vizinhos encrenqueiros ou de pessoas que possuíam alguma rusga com as comerciantes, mas nem sempre tinham o mesmo fim de Francisca de Paula, expulsa do bairro. Muitas outras mulheres reagiam aos insultos e transformavam a vida de seus agressores em um verdadeiro inferno. Acredito que, as redes de solidariedade que as mulheres comerciantes formavam ao longo da vida tinham um papel crucial para a manutenção de seu negócio no bairro, assim como também de seu prestígio entre os moradores. Raramente, entravam em uma briga sozinha ou respondiam a processos sem chamar suas colegas e seus colegas do bairro. Não foi diferente para a forra Thereza Maria.

Thereza Maria estava sentada na porta do botequim de Candido José quando ouviu uma voz de mulher a xingar sua amiga Rosa “de nomes escandalosos.” Não esperou muito e com o vergalho na mão, chicoteou várias vezes, com o apoio de Rosa, a Florinda Maria.<sup>189</sup> Thereza e Rosa eram amigas bem próximas. A primeira não vivia há muitos anos em companhia de seu marido e Rosa era solteira. Viviam juntas e brigavam também juntas. Mesmo a briga não tendo acontecido diretamente com Thereza, esta saiu em defesa de sua amiga e acabou levando uma bordoadada na cabeça que lhe fez um ferimento que sangrou muito, de acordo com as testemunhas. Para Florinda, ser açoitada na rua por uma forra foi um dos piores ultrajes. Pouco importou para Thereza que, além de defender a colega, conseguiu ganhar a ação de ofensas físicas.

---

<sup>188</sup> SCHETTINI, Cristiane P. “Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX.” *Cadernos Pagu* (UNICAMP), v. 25, 2005, p.50.

<sup>189</sup> CMU, TJC, Autor: Teresa M. Francisca, Ré Florinda Maria Candelária, Ação: Ofensas Físicas, Ano: 1814, Of: 1º P:352 .

Anna Joaquina encontrou, por sua vez, em suas colegas lavadeiras e costureiras ótimas testemunhas para se defender de um casal que vivia bêbado a lhe dizer nomes vulgares e a tacar-lhe pedras. Solteira, dona de botequim, no qual vendia os cigarros que fazia, Anna estava cansada de diariamente ser xingada de puta por seus vizinhos que lhe diziam no meio da rua “que lhe enviasse sua cadelinha no meio das pernas.” Esse casal, de acordo com testemunhas e com o fiscal de quarteirão, viviam bêbados e recebiam constantemente *termos de bem viver*. É muito provável que estivessem se sentindo ultrajados com a amizade da Anna com o inspetor que os perseguia e não demoraram a julgar lhe o comportamento. A dona de botequim reuniu testemunhas para dizer que o comportamento imoral que existia no bairro provinha dos bêbados errantes que descuidavam de suas crianças e não trabalhavam. Anna trabalhava, pagava licenças e tinha feito amigos na vizinhança que se puseram a defendê-la.<sup>190</sup>

Mariana dos Prazeres era uma conhecida dona de venda e de botequim do bairro Santa Cruz.<sup>191</sup> Seu vizinho Sudre, já havia reclamado de sua conduta, por várias vezes ao inspetor de quarteirão, pois Mariana constantemente ofendia sua esposa e outras pessoas. Sudre, que também não era inocente, não escondia o que pensava de uma mulher que vendia água-ardente e tinha um botequim. Só poderia ser “Pinga”, cachaceira, mulher bêbada. Mariana cansada das reclamações de Sudre, que morava no mesmo bairro que ela, e dos constantes termos de bem viver que recebia não se eximiu de responder aos insultos, constantes no seu dia-a-dia. Perante ao Juiz e advogados voltou a dizer o que pensava, Sudre era um carrasco, pior dos homens. Apesar do seu arroubo em frente aos oficiais, Mariana ganhou a ação de injúrias que seu vizinho moveu contra ela. Sudre informou que desistia da ação, provavelmente, porque a cada vez que havia uma audiência marcada, recebia de uma parda dona de botequim as piores ofensas. Infelizmente, os termos de bem viver ou processos outros movidos por Sudre não foram encontrados, mas parece que o comportamento de Mariana era considerado danoso apenas por aqueles que temiam sua “língua ferina.”

As histórias de Mariana, Anna Joaquina e de Francisca de Paula revelam que, na trajetória das mulheres comerciantes, estava em disputa o que era ser uma mulher honrosa e

---

<sup>190</sup> CMU, TJC, Autor: Juízo Municipal de Campinas, Réu Antônio Barbosa Sacramento et al. Ação: Perturbação Ordem, Ano: 1863, Of: 1º, P: 03516.

<sup>191</sup> CMU, TJC, Autor: João José Faria, Ré: Mariana Prazeres, Ação: Ano:1829, Of: 1º, P: 1227.

a quem era legítimo permanecer no comércio ou mesmo no bairro. Apesar das ações para retirar pessoas dos bairros terem se esvaído ao decorrer do século havia outras maneiras de se tornar impossível a vida de um morador.

Mariana dos Prazeres conhecia essas maneiras, pois sempre era alvo de chacota das esposas dos comerciantes que coabitavam o Bairro da Santa Cruz. Há muitos anos viúva e vivendo apenas com seu filho, tinha a sua vida amorosa cotidianamente questionada e era alvo de nomes vulgares. Escolheu não se calar, mas vivia assinando *termos de bem viver* e pagando alguns processos. Dificilmente poderiam levá-la à falência, mas poderia comprometer sua freguesia e chamar a atenção das autoridades para seu estabelecimento.

O botequim de Mariana, desde a época em que seu marido era vivo e também dono, era dado como receptador de fumo, café e aguardente roubado por escravos.<sup>192</sup> Possivelmente, os cativos que vendiam a ela também deveriam beber em seu botequim. Ser alvo, portanto, de tantos problemas com os vizinhos e da atenção do fiscal poderia prejudicar seus negócios. O pagamento regular de suas licenças pode evidenciar uma preocupação de Mariana em se manter no comércio, pois há muitos anos, ela e seu marido tinham querelas com comerciantes do bairro.

Há ainda, para além da preocupação com o fornecimento, o cuidado com a sua reputação. James Scott afirma que para os pobres, o nome se transforma em uma política de seguro que os preveniria de serem atingidos pelas contingências.<sup>193</sup> Alguém conhecido por beber demais, gastar as economias, ser um mau vizinho não poderá esperar ajuda em um momento de necessidade. Francisca de Paula não conseguiu nenhuma testemunha para defendê-la da acusação de ser prostituta, pois não mantinha uma convivência pacífica com seus vizinhos. Entrava nas casas, roubava, batia nos leitões e causava alvoroço. Para os comerciantes e homens de ofício, que a denunciaram, a história de Francisca serviria de lição para as outras mulheres que morassem no bairro.

Mariana dos Prazeres tinha que se preocupar com seu nome e sua reputação, assim como outras comerciantes o fizeram. Em um momento de doença, poderia receber ajuda das vizinhas. E, assim o fez quando ficou doente. Morreu na casa de sua colega de bairro

---

<sup>192</sup> Autor: Antônio José Conceição, Réu: Claudio Domingues Santos e mulher, Ação: Inquirição, Ano: 1810, Of: 1º P:00217.

<sup>193</sup> SCOTT, James. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven, Yale University Press, 1985, p.24.

Maria Jacinta. Zelavam por sua reputação, mas, não viviam atadas pelas regras que os comerciantes e seus vizinhos estabeleceram para elas.

As constantes fofocas que Mariana fazia sobre os homens do bairro enquanto ficava em frente ao seu botequim era uma das poucas armas que a comerciante poderia usar contra seus inimigos. Os comerciantes mais ricos poderiam estar imunes às sanções materiais, já que as pequenas comerciantes pouco poderiam fazer para diminuir a influência política e financeira desses. Entretanto, estes não estavam a salvo da fofoca e de adquirir uma má reputação.<sup>194</sup> Sudre e seus colegas passaram situações constrangedoras com Mariana dizendo o que pensava sobre seus relacionamentos e suas esposas. Se Mariana recebia questionamentos sobre sua honra, por ser uma mulher sozinha em um ambiente repleto de homens, não demorava a dizer sobre as traições da vizinhança e como seus inimigos tratavam suas esposas. Mariana disputava cotidianamente com alguns dos seus vizinhos comerciantes o espaço e a reputação de comerciante do bairro.

Se Francisca servia de aviso para as mulheres, os vexames que Sudre passou também serviu para que nenhum outro comerciante questionasse a vida de Mariana, pelo menos, não em sua frente. Aquele que pretendesse colocar a honra de uma comerciante em questionamento poderia ter o mesmo destino de Sudre: ser esculachado na rua, na frente do botequim, na frente de sua esposa e até na frente dos juízes.

Obviamente, entre as historia de Francisca e de Sudre só existe um equilíbrio simbólico, pois, para Francisca o ostracismo não foi apenas moral como também físico. Sudre continuou a morar no bairro, mas, muito provavelmente, teve seu respeito diminuído. Para Mariana, essas eram as armas que estavam disponíveis contra um comerciante branco, senhor de escravos, com amigos influentes.

Scott defende que a fofoca e a difamação seriam um tipo de resistência que evitaria o confronto direto e, ao mesmo tempo, poderia levar ao escárnio dos mais poderosos. A fofoca poderia criar novas alianças e fazer com que outras mulheres se sentissem menos ameaçadas pelas investidas de outros comerciantes. Uma mulher, como Mariana, viúva, dona de botequim, encontrar respaldo em comentários de outras pessoas, sejam vizinhas, comerciantes do bairro ou amigas, faria com que não se sentisse tão sozinha frente às investidas de um homem como Sudre. Um homem branco, que insulta uma parda de

---

<sup>194</sup> SCOTT, James. *Weapons of the weak*, p.25.

botequim, de cachaceira, língua ferina, que poderia colocar em xeque a moral dela, se tornaria menos poderoso aos olhos de mulheres como Mariana, se na fofoca diária, assuntos da vida íntima desse senhor e de sua esposa viessem à tona.

Cotidianamente, as mulheres pardas disputavam a sua legitimidade no comércio. Para os comerciantes e homens da cidade, sua presença tiraria a ordem e traria a vulgaridade para a Vila de São Carlos. Deveriam ser normatizadas, desde seus trajés até o modo como lavavam roupas no chafariz. Seus botequins eram alvos constantes de oficiais do quarteirão e seu comportamento sempre questionado. Apesar das restrições e julgamentos que se engendravam a todo o momento, essas mulheres não deixaram de disputar espaço com outros comerciantes e de questionar a ordem vigente.

### **3.4 – Fiscalizações: posturas municipais, comerciantes e denúncias**

A partir de 1829, quando o primeiro Código de Posturas Municipal foi aprovado, as atividades comerciais passaram a ser reguladas. Os comerciantes deveriam pagar registro pela atividade e por alguns produtos como água ardente e carne fresca, por exemplo. Também deveriam ter suas balanças aferidas, isto é, medidas pelos fiscais para ser comprovado que estavam pesando de modo correto. Se algum comerciante desrespeitasse o código, teria de pagar a multa referente. Tanto as licenças como as fiscalizações passaram a onerar essa atividade e muitas das mulheres que comerciavam, faziam a atividade de modo informal para poder economizar algum dinheiro. A fiscalização e as novas licenças poderiam ter contribuído para a queda do número de mulheres nos registros de comerciantes, pois aumentariam o capital necessário para permanência nessa atividade.

Mais perigoso que as próprias licenças eram as fiscalizações. Algumas multas poderiam fechar o negócio, prender o comerciante e ainda onera-lo. Com as fiscalizações, vieram também as denúncias que poderiam levar os pequenos comerciantes à bancarrota. Desde a primeira postura há um crescente recrudescimento das práticas de fiscalização, cobrança de multas e um aumento nas licenças que pode ter contribuído para o aumento da instabilidade das mulheres no pequeno comércio.

A Câmara buscava registrar seus comerciantes para poder cobrar tributos e verificar os estabelecimentos e mercadorias. As Licenças, de diversos tipos, eram a principal forma de a Câmara cobrar impostos sobre os comerciantes da cidade e, devido à sua importância, não se mantiveram incólumes durante esse período. A Licença para o comércio, em 1829, era exigida apenas dos proprietários de “armazéns, botequins e tavernas.”<sup>195</sup> Considero esses estabelecimentos os mais formais do comércio, juntamente com lojas e boutiques. Diferente das vendas, vendas volantes, tabuleiros e de balcão, os armazéns, botequins e tavernas necessitavam não só de um capital inicial maior para seu funcionamento, mas também de um espaço físico específico. Além de móveis, bancos e mesas, uma propriedade era necessária para que esse comércio se formasse, ou, ao menos um cômodo da própria residência. O investimento para iniciar e manter esse tipo de comércio e a existência de um endereço fixo e regular os caracterizariam como um espaço formal de comércio.<sup>196</sup> As fiscalizações, em um primeiro momento, só aconteciam nos espaços mais formais de comércio, mas paulatinamente os informais seriam aferidos.

Em 1831, o fiscal avisa a “todos os negociantes”, “principalmente nas casas que tem balcão” que serão pedidas as licenças e quem não as possuir receberia multa. Esse comércio feito no balcão era uma adaptação de uma janela ou mesmo da porta da frente da casa na qual se aproveitava para vender gêneros cultivados, aguardente e qualquer tipo de quinquilharia sem que fosse preciso construir uma estrutura mais complexa como a de um armazém ou de um botequim. Aqueles que pretendiam se livrar dos tributos e licenças destinados aos estabelecimentos mais formais, colocando um balcão em suas portas, puderam aproveitar menos de dois anos longe do fisco. Em pouco tempo, a Câmara inclui esse tipo de comércio em suas fiscalizações e registros.

Em 1830, hortaliças, verduras, frutas e ovos e outros gêneros similares de consumo ficavam isentos de qualquer tributo, enquanto sobre “os gêneros comercializados nas casas dos lavradores” cobrar-se-ia um “dízimo”. Os vendedores de gêneros comercializados fora das casas, nas ruas e arredores, teriam que pagar os “tributos novos.”<sup>197</sup> Pela grande quantidade de reclamações descritas pelo fiscal, a população não estava acostumada com esse tipo de tributos e muitos se negavam a pagar por não considerar essa prática um costume.

---

<sup>195</sup> BCMC, Livro de Registro de Correspondências, 1829-1831, p.2v.

<sup>196</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém*, p.211.

<sup>197</sup> BCMC, Registros Gerais 1825-1831, p.150.

Com o primeiro Código de Posturas de 1829, que entrou em vigor em 1830, a população, principalmente os pequenos lavradores e comerciantes, encontraria novas normas que aumentariam suas despesas. Ainda que fossem valores pequenos, as cobranças tornariam mais onerosas esse tipo de prática, o que poderia diminuir o padrão de vida desse setor. Em 1833, a venda de aves, hortaliças, verduras, que antes não era tributada passa a ser. É cobrado dessa atividade o “dízimo.”<sup>198</sup> Aqueles que sobreviviam a partir do comércio de um pequeno excedente da produção familiar, depois de 1833 teriam que destinar parte do lucro ao pagamento de licenças, dízimos e, caso não o fizessem, de multas.

Outros tipos de normas seriam incluídos na Postura de 1830, as aferições de pesos e medidas incluíam qualquer tipo de negócio. Essa aferição seria feita em dois momentos. Primeiro o fiscal passaria aferindo qualquer balança nos estabelecimentos que as possuíssem e entregando bilhetes de aferição para àquelas que estivessem reguladas. Em outro momento, passaria conferindo os bilhetes para cada balança e aplicando multas para os comerciantes que não os tivessem.<sup>199</sup>

As fiscalizações aumentaram no decorrer do século, assim como o número e o valor dos impostos e multas. Pagava-se impostos sobre a venda de aguardente, de carne verde e a partir de 1845 sobre quase todos os tipos de atividade profissional executada em Campinas:

“Todas as lojas de sapateiros, seleiros, serigoteiros, fogueteiros, ferreiros, alfaiates, marceneiros, barbeiros, espingardeiros, ferradores, e quaisquer outros ofícios mecânicos pagaram o imposto de 4\$000 por licença a cada ano; (...) serão multados em 2\$000 além do imposto.”<sup>200</sup>

O “dízimo” atinge o valor de 30\$000 em 1872, para os lavradores que apenas vendessem o excedente e de 160\$000 para aqueles com uma produção destinada à venda.<sup>201</sup> Mesmo que a informalidade estivesse presente nas práticas comerciais, é muito improvável que os habitantes conseguissem se safar de todos os tributos e fiscalizações.

A partir da década de 1850, as posturas municipais se tornariam mais rigorosas e os espaços para o comércio passariam a ser delimitados. A postura de 1856 previa uma fiscalização mais rígida com as vendas e tabuleiros que deveriam se concentrar nos largos.

---

<sup>198</sup> BCMC, Registro de Correspondências, 1829-1831. p.40.

<sup>199</sup> MARTINS, Valter. *História de compra e venda*, p.68.

<sup>200</sup> ALESP, Acervo Histórico, Caixa 271, Código 39, ID: 10567, página 05.

<sup>201</sup> Cf: BCMC, Registros Gerais, 1825-1831, p. 150. e Livro de Posturas e Editais, 1856-1872 e 1872-1881, Ano:1872.

Em 1859, há uma grande alta nos preços dos gêneros alimentícios. Tanto as chuvas como a alta produtividade do café encareceram os alimentos. A grande quantidade de chuvas fez com que produções inteiras armazenadas em celeiros apodrecessem antes de serem encaminhadas ao comércio. O aumento da procura de trabalhadores para produção de café tornou elevado os salários e o custo da produção.<sup>202</sup> Além desses fatores, a prática de atravessar os alimentos, muito utilizada na cidade desde o início de sua história tinha se tornado ainda mais presente.<sup>203</sup> Os “atravessadores de gênero” compravam as mercadorias antes que chegassem às zonas centrais da cidade para assim, poderem cobrar maiores preços e deter o monopólio da venda.

Em 1859, a Câmara propõe a criação da Praça do Mercado, na qual deveriam se dirigir todos os alimentos que não fossem de recreio ou quitanda antes de serem vendidos pelas ruas de Campinas. A inflação e a prática dos atravessadores estariam controladas. Os vendedores só poderiam sair da praça com a “Alta” do inspetor que as concedia a partir do meio dia.<sup>204</sup> Gêneros de quitanda não eram, portanto, regulados. As frutas, verduras, geleias, doces e pães podiam circular livremente pela cidade, mas qualquer excedente da lavoura tinha hora e lugar marcado para ser comercializado.

Em 1872, com a criação do Mercado de Hortaliças, as vendas consideradas de quitandas passaram a ser reguladas de modo semelhante ao mercado. O comércio que antes era feito de modo livre em tabuleiros ou em vendas volantes pelas ruas da cidade sem horário determinado passa a acontecer obrigatoriamente no Mercado de Hortaliças e seus arredores. Antes de se dirigirem às ruas, as quitandeiras, vendedores e vendedoras tinham que ficar até às 10h no mercado.<sup>205</sup>

As multas também se tornaram mais onerosas. Se em 1829, aquele que vendesse gênero adulterado ou danificado além de perder a mercadoria, pagaria uma multa de 2\$000. Em 1858, essa multa passaria a 30\$000 réis e 8 dias de prisão. Em 1876, os dias de cadeia dobraram. A multa por estar com o estabelecimento aberto sem licença passaria de 10\$000

---

<sup>202</sup> MARIANO, Júlio. *Campinas de ontem e de ante-ontem: quadros históricos menos conhecidos da cidade-Princesa, que se traçaram tendo como base documentos inéditos do Arquivo da Câmara Municipal de Campinas*. Ed Maranata, Campinas, 1970. p. 78.

<sup>203</sup> No Código de Posturas de 1829, já existe um parágrafo destinado aos “atravessadores” que receberiam uma multa de 30\$000 réis e uma condenação de 8 dias de cadeia.

<sup>204</sup> MARTINS, Valter. *História de compra e venda*, p. 68.

<sup>205</sup> *Idem*, p.140.

réis em 1830 a 30\$000 em 1856. A multa para os comerciantes de aguardente também teria igual crescimento.<sup>206</sup>

O processo de recrudescimento das fiscalizações e de cumprimento das disposições legais, ficara mais intenso, tornando o funcionamento paralelo do comércio informal como forma de enriquecimento muito improvável. A possibilidade de ter a mercadoria apreendida crescia cada vez mais a partir de 1859. Os comerciantes que pagavam impostos mais altos para terem quartos ou bancas de vendas no mercado denunciavam todo o tipo de comércio irregular. Remetiam à Câmara reclamações de quitandas que vendiam gêneros de venda, ou vendendo qualquer mercadoria estragada.

A partir da década de 70, com o aumento das fiscalizações tanto sobre as ocupações como sobre a manutenção de ruas e casas, manter-se no setor de serviços se torna mais caro e arriscado, pois, ainda que ficassem na marginalidade, poderiam correr os riscos de serem severamente multados. A própria modernização da cidade, de acordo com Amaral Lapa, fez com que a aristocracia exigisse serviços de melhor qualidade e com maior refinamento, levando as atividades informais à marginalidade.<sup>207</sup>

Os comerciantes e contribuintes de estabelecimentos de ‘portas-adentro’ viam na informalidade uma competição desleal e cobravam das autoridades um aumento da fiscalização. Mesmo que o fiscal da Câmara não conseguisse controlar todos os estabelecimentos, vendas e tabuleiros, as denúncias contribuía muito para tornar o comércio informal uma atividade cada vez menos rendosa para os setores menos remediados. Na *Gazeta de Campinas*, um comerciante reclama ao “Senhor Fiscal” se “uma quitanda tem licença para vender gêneros de venda, porque na Rua do Comércio há uma quitanda” que o faz, prejudicando aqueles que pagavam licença de venda.<sup>208</sup> A fiscalização mais acentuada tornava uma prática que deveria ser estável e fonte de renda, uma potencial fonte de enorme despesa e até falência, caso não houvesse dinheiro para reaver o que fora recolhido pelo fiscal. O capital inicial necessário para se estabelecer um comércio, seja de venda, botequim e ambulante não era mais tão acessível como na primeira metade do século.

---

<sup>206</sup> Cf; BCMC, Livro de Licenças para Negócios, anos de 1856, 1858, 1872, 1876.

<sup>207</sup> LAPA, José Roberto Amaral. *Op.cit.* p.289.

<sup>208</sup> AEL, *Gazeta de Campinas*, 05/09/1872.

Valter Martins, analisando a história dos mercados e do abastecimento em Campinas, defende que a criação de espaços e horários específicos para a venda e compra, o aumento da fiscalização das medidas e das qualidades dos alimentos faria parte de um processo de normatização do comércio.<sup>209</sup> As posturas municipais, as normas dos mercados e praças serviam para controlar a movimentação de uma população crescente e heterogênea. Acredito que o comércio, mais do que um processo de normatização, com licenças, tributos e posturas, como afirmou Martins, sofreu um processo de formalização. O comércio formal, aqui, seria aquele feito de porta-adentro e cujo capital inicial é bem maior do que o requerido por vendas volantes ou botequins de porta ou janela. O comércio de porta-adentro se tornava mais numeroso enquanto o feito em tabuleiros ou janelas acabou por ser mal visto tanto pelas autoridades como pelos consumidores. Os espaços passaram a ser formulados para comerciante cujo capital inicial e de investimento eram bastante elevados.

Os quartos no Mercado Municipal eram alugados por altos valores e mesmo as vendas de armar não eram acessíveis a boa parte dos comerciantes. Logo em seu início, as vendas ficaram vazias, pois não havia comerciantes dispostos a pagar, enquanto a área externa do Mercado ficava repleta de vendas e tabuleiros buscando comerciantes. Não são apenas as normas e as posturas que transformam o comércio, mas também as mudanças na cidade e na produção de alimentos.

Enquanto o mercado de grande produção e consumo não tinha se estabelecido totalmente, setores mais pobres podiam se constituir como mediadores nas transações comerciais entre consumidores e produtores. Elizabeth Kuznesof assinala que a mudança de um modo de produção doméstico (*domestic mode of production*), baseado no comércio pelo valor de uso da mercadoria para um mercado baseado no valor de troca e de larga escala de produção não foi feito de modo abrupto como na Europa ou Estados Unidos.<sup>210</sup> A especialização das plantações, a expansão de um mercado comercial urbano e o declínio da cultura de subsistência permitiu que as mulheres se dedicassem às vendas do pequeno comércio.

O excedente da produção familiar podia ser vendido nas ruas da cidade, pois não

---

<sup>209</sup> MARTINS, Valter. *História de Compra e Venda*, p.39.

<sup>210</sup> KUZNESOF, Elisabeth Anne. "The role of the female-headed household in brazilian modernization: São Paulo 1765 to 1836", *Journal of Social History*, Vol.13, n.4, 1980, p.594.

possuía grandes concorrentes. Os doces feitos em tachos, pães vendidos em tabuleiros e verduras e frutas levadas às portas das casas tinham compradores fiéis que evitavam sair às ruas enlameadas das cidades. As quitandeiras poderiam ser atravessadoras dos pequenos produtores dos arredores de Campinas. Entretanto, com a urbanização e com as mudanças na economia da cidade, esse tipo de mediação e inserção no comércio se torna cada vez mais difícil.

Kuznesof, em um estudo sobre a cidade de São Paulo, argumenta que a especialização das plantações, a expansão de um mercado comercial urbano e o declínio da cultura de subsistência permitiu que as mulheres se dedicassem às vendas do pequeno comércio.<sup>211</sup> No entanto, a criação de transportes, a importação de mercadorias e um aumento do número de homens que se dedicavam ao comércio e às atividades de ofício, fez com que os fogos dos mais baixos setores sofressem uma queda generalizada do padrão de vida, comparando os períodos de 1802 e 1836.<sup>212</sup> A autora conclui que, de maneira alguma, a alta taxa de fogos chefiados por mulheres deveria representar que esse grupo ocupava uma posição estável na sociedade.

Após as mudanças ocorridas durante todo o século XIX – criação do mercado, ferrovias, aumento no número de fábricas, vinda de imigrantes em grande número, concentração de terras e riquezas – os segmentos menos remediados, principalmente, as mulheres descendentes de escravos ou alforriadas, dificilmente conseguiram manter-se como mediadores, tornando muito escassa a possibilidade de acúmulo de algum tipo de riqueza através da atividade comercial. Depois dessa formalização, não restaria espaço para o comércio de quitanda, feito em janelas ou balcões das casas, ou de vendas nas ruas e de tabuleiro.

Lapa afirma que a partir da década de 1860, quando iniciaram o calçamento das ruas e a construção de passagem para pedestres, as classes mais altas saem de suas casas e passam a frequentar os espaços de comércio. A própria modernização da cidade, de acordo com o autor, fez com que a aristocracia exige serviços de melhor qualidade e com maior refinamento. A busca por produtos vindos de outras cidades e países aumentava a

---

<sup>211</sup> *Idem*, p.593.

<sup>212</sup> *Idem*, p.602-604.

concorrência com os produtos artesanais locais, levando as atividades informais à marginalidade.

Os comerciantes de estabelecimentos de porta-adentro e os consumidores mais remediados exigiam das autoridades fiscalizações e penalidades aos vendedores e quintadeiras. A presença de pessoas pobres transitando livremente pelas ruas buscando consumidores incomodava as classes mais altas, que viam o comércio a retalho como um perigo à cidade. Expressavam suas reclamações nos periódicos da época.

Na sessão “Justa Reclamação” da Gazeta de Campinas protesta um leitor “contra a ‘uma aglomeração’ de escravos e pessoas de ínfimos costumes a fazerem algazarra” no entorno do Mercado. Sugere ainda que “se postasse ali um guarda incumbido de policiar aquele teatro de vadiação” e os editores ainda escrevem logo abaixo da reclamação que concordam plenamente com a queixa do leitor.<sup>213</sup>

O mercado ficava próximo a um córrego e a um chafariz nos quais as lavadeiras passavam a maior parte de seu expediente. Além delas, havia um grande contingente de comerciantes informais que colocavam seus carrinhos ou vendas na parte de fora do Mercado para não pagar tributos e aproveitar a presença de muitas pessoas que iam lá fazer suas compras. Essa região era também repleta de botequins. Ainda que houvesse uma significativa parcela de pessoas que não possuíssem ocupação alguma, acredito que as pessoas que trabalhavam nas ruas, sejam comerciantes, vendedores de aguardente, lavadeiras, eram vistos como desocupados, baderneiros pelas camadas mais abastadas da cidade.

Na mesma seção, um pai reclamava como é difícil resistir às delícias verdes que são vendidas em tabuleiros, mas poucos sabiam o mal que poderiam causar. Vendo seu filho revirar-se de cólicas por ter comido uma merenda de tabuleiro se sente impotente, mas avisa a todos dos “perigos que andam livremente nos tabuleiros” pelas ruas e ainda pedia às autoridades que coibissem esse tipo de comércio.<sup>214</sup>

A carta anônima do leitor evidencia o preconceito recorrente às mulheres que trabalhavam fora do perímetro doméstico. Seduziam e desviavam os homens da lei de sua função. Suas merendas eram irresistíveis e causavam cólicas, tanto quanto suas próprias

---

<sup>213</sup> AEL, *Gazeta de Campinas*, 22/09/1870.

<sup>214</sup> AEL, *Gazeta de Campinas*, 06/10/1872.

presenças que tiravam todo respeito e autoridade que os guardas deveriam de ter. Mesmo as quitandas fixas, estabelecidas foras das áreas dos mercados, eram constantemente alvos de críticas e pedidos de fiscalização por parte dos comerciantes que pagavam impostos mais altos para comercializar nas áreas estabelecidas. Reclama-se sobre as mercadorias vendidas, que não são apenas gêneros de quitanda – alimentos frescos, mas de venda.<sup>215</sup> Reclama-se da qualidade das mercadorias “os perigos verdes que andam ahí pelos tabuleiros” e sobre a higiene na comercialização desses alimentos.<sup>216</sup> O pequeno comércio, o comércio informal ou volante não era mais tão numeroso e com sua diminuta representação não conseguia combater esses constantes ataques.

Pode-se pensar que a publicação nos jornais era algo inacessível para uma grande parte da população, inclusive aos comerciantes de pequeno porte, e, por tal há apenas reclamações de comerciantes de “portas adentro.” No entanto, há diversos anúncios como de uma lavadeira que pagou para ter em algumas linhas suas súplicas para que devolvessem uma toalha branca de linho, que não era sua, e que havia sido furtada enquanto lavava roupas no Largo do Mercado.<sup>217</sup> O anúncio não era custoso a ponto de ser inacessível.

A falta de respostas às investidas contra o pequeno comércio se daria pelo fato, portanto, de ser quase unânime entre os setores mais ricos que o fim desse tipo de prática comercial só traria benefícios à cidade. As ruas ficariam sem baderneiros, sem as anti-higiênicas merendas, sem as querelas entre lavadeiras, sem pardos, escravos.... Dificilmente a Gazeta de Campinas iria permitir que seus maiores anunciadores sofressem acusações como as que aconteciam com o comércio informal. Anúncio da Loja dos Importados ocupavam quase a metade do espaço destinado aos anúncios no jornal.

Manter-se no comércio para essas mulheres, como uma forma de se sustentar, se tornava progressivamente mais difícil. A formalização, a competição desigual com grandes plantações e os próprios consumidores, que buscavam outro tipo de estabelecimentos, transformaram a participação feminina no comércio. Não era apenas a atividade comercial feita na informalidade que incomodava os grupos mais remediados, mas seus sujeitos.

Em 1860, Joaquim Américo foi acusado de ter infringido o Código de Posturas, artigo 41º referente à venda de algum produto corrompido. Joaquim Américo era preto e

---

<sup>215</sup> AEL, *Gazeta de Campinas*, 05/09/1872.

<sup>216</sup> AEL, *Gazeta de Campinas*, 06/10/1872.

<sup>217</sup> AEL, *Gazeta de Campinas*, 04/08/1870.

dono de açougue e fora acusado de vender banha estragada.<sup>218</sup> Declarou que apesar de homem pobre e miserável, pagou ao fiscal a multa de 30\$000 réis para não ir à cadeia por oito dias e continuar mantendo os meios de sustentar sua família. Havia pegado o dinheiro emprestado de um amigo.<sup>219</sup> Joaquim afirma ainda que pagou a multa porque receava “meter-se em teias judiciais, por que tem medo da justiça, porque quase sempre rebenta a corda pelo mais fraco” e para poder ter sossego. No entanto, decidiu ainda recorrer quando descobriu que o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt era o denunciante.

No decorrer do processo pediu os 30\$000 réis de volta, pois descobriu que a pena para tal infração era a multa e oito dias de prisão e não havia como se safar. Alega que o fiscal aplicou-lhe uma multa, pois havia em sua loja uma banha com um pequeno pedaço deteriorado, mas que não fora vendida, o que não caracterizaria como crime. Pagou a multa achando que não iria para cadeia e achando que, por possuir em seu estabelecimento alguma mercadoria deteriorada, estaria sob as sanções do fiscal. Seu desconhecimento das Posturas permitiu que o fiscal lhe enganasse, mas o que mais incomodou Joaquim na denúncia é o fato de Gumbleton Daunt ser o denunciante. Daunt era médico na cidade, também ocupou o cargo de vereador e usando de sua influência por muitas vezes pediu ao fiscal que fosse investigar certos espaços.<sup>220</sup> Esse mesmo vereador iria propor, em 1863, um método que colocasse ordem na lavagem das roupas e coibisse comportamentos imorais.<sup>221</sup>

A presença do médico foi assinalada como um ponto desmerecedor da denúncia, como se fosse um indício de exagero da autuação. Acredito que a participação constante de Gumbleton Daunt entre outras figuras ilustres, como grandes negociantes, na acusação e no corpo de testemunhas não seja apenas uma forma de respaldar a ação. É muito provável que esse setor da sociedade que incluía doutores, médicos, negociantes e lojistas além de considerar o comércio ambulante um problema para a cidade, entendesse que não era lugar para as pessoas pobres e negras o comércio de portas adentro como de açougues e de botica. Não poderiam ocupar os mesmos lugares e posições que homens considerados

---

<sup>218</sup> Cruzei os nomes dos pais de Joaquim Américo com os nomes coletados na Lista de Habitantes de Campinas de 1830, na qual encontrei o fogo de sua família. AEL Lista de Habitantes, 5ª Companhia, n.º40. “Lourenço Antônio e Maria.” Um dos filhos é Joaquim, livre, cuja idade calculada a partir do Processo de Infração de Postura permite-me afirmar que é Joaquim Américo.

<sup>219</sup> CMU, TJC, Autor: Juízo Municipal, Réu: Joaquim Americo, Ação Infração Posturas, Ano: 1861, Of: 1º, P: 3347.

<sup>220</sup> PUPO, Celio M. de Mello. *Campinas, municípios no Império: fundação e construção, usos familiares, a morada, sesmaria, engenhos e fazendas*. Imprensa Oficial do Estado S.A de São Paulo, 1983, p.22.

<sup>221</sup> MARTINS, Valter. *História de compra e venda*, p. 99.

ilustres ocupavam. Não poderiam anunciar no jornal, assim como não poderiam ser fornecedores de alimentos ou drogas para a alta sociedade.

Como afirma, Regina Xavier, aos libertos se atribuía uma vida de vadiagem e submissão e, frequentemente, os elementos da escravidão viriam à tona para os depreciar.<sup>222</sup> Os negros e as negras que conseguiam galgar algum espaço no acirrado mercado de Campinas ainda teriam que lidar com as investidas de uma sociedade racista e classista, pois esta com pouca alegria conseguia admiti-los ocupando espaços de fornecedores da cidade.

Os estigmas que perseguiram a condição dos libertos e descendentes potencializariam as dificuldades enfrentadas por esses homens e mulheres. A partir da década 70 com a construção do Mercado de Hortaliças, ter-se-ia uma diminuição da participação das mulheres negras, forras e brancas pobres, pois tendo um baixo capital inicial não teriam condições de se manter na concorrência com as lojas “de porta adentro” e de se manterem longe dos olhos acirrados do fiscal do comércio.

Porém, não acredito que as fiscalizações tenham sido a causa principal para a diminuição da participação feminina no comércio. A partir de 1870, as fiscalizações poderiam apresentar algum risco para essas mulheres. No entanto, a queda no número de registros aconteceu a partir da década de 1850.

### **3.5- A queda na participação feminina no comércio**

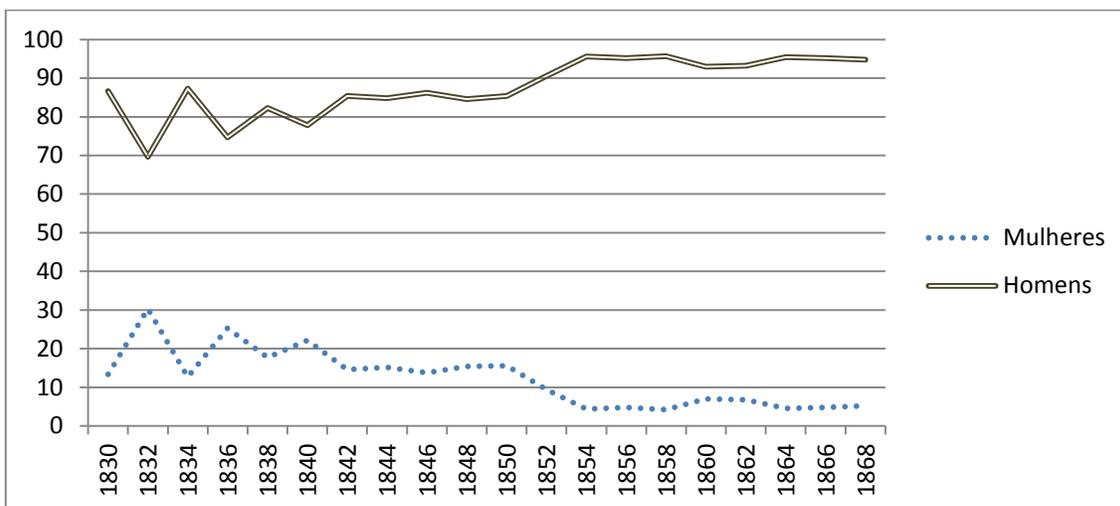
As mulheres lutavam, cotidianamente, para se manter no comércio. Asseguravam-se de terem amigos para testemunharem ao seu favor e lhes socorrerem nos momentos difíceis, inclusive na doença. Porém, apesar de suas estratégias e de suas redes de solidariedade, sua participação nos registros de comerciantes diminuiu sensivelmente no decorrer do século XIX.

Através dos Registros para Licença de Comerciantes, percebe-se uma diminuição do número de mulheres que pagavam para exercer tal atividade.

---

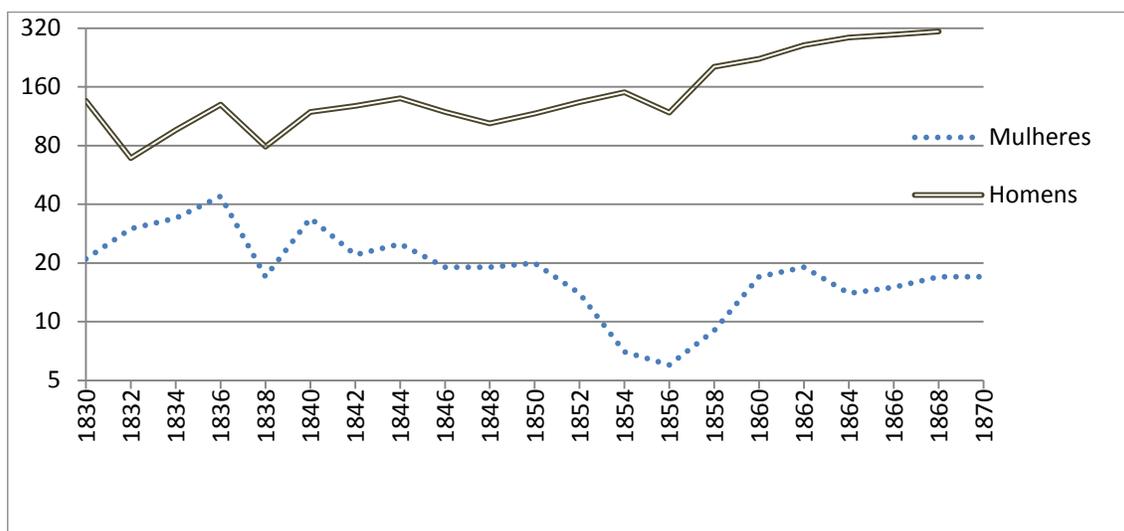
<sup>222</sup> XAVIER, Regina Célia. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas, CMU/UNICAMP, 1996, p.46.

**Gráfico I – Participação no comércio em porcentagem**



A diminuição nos registros de mulheres poderia não representar uma queda real no número dessas comerciantes, mas apenas uma existência paralela de vendas e botequins. Mas, ao analisar o Gráfico II, percebe-se que em 1836 há o maior número de registros de mulheres de todo o período estudado. Se as fiscalizações antes da criação dos espaços comerciais – praça, mercado, mercado de hortaliças – eram bem tênues, na década de 30, seriam muito raras. Em 1836, 44 mulheres pagavam pela licença, apesar das fiscalizações serem brandas e não haver processos relativos à infração de Posturas Municipais até o ano de 1843. No ano de 1856, esse número cai para seis. Porém, acredito que o aumento das fiscalizações não foi a única influência para essa diminuição.

**Gráfico II – Participação relativa**



Essas mulheres disputavam espaços, freguesias e buscavam se sustentar e manter-se na atividade e a primeira metade do século XIX fornecia condições favoráveis para a manutenção no comércio. Enquanto a economia girava em torno da posse de escravos e da produção de açúcar, as mulheres puderam ocupar o comércio sem encontrar obstáculos. Apesar das licenças já existirem para regular o pequeno comércio desde 1829, aferições e multas não foram tão intensas até o fim da primeira metade do século. As mulheres, principalmente, as pardas encontraram oportunidades de ascenderem financeira e socialmente nessa atividade que não mais existiriam a partir de 1850.

Muitas foram as mulheres que abriram venda, vendiam aguardente e não pagavam qualquer imposto, pois a fiscalização até a década de 1850 não era tão intensa. Com a chegada, na cidade, de lojas e armazéns de importados, as denúncias se tornam mais regulares e mais intensas, fazendo com que as autoridades da Câmara fiscalizassem e retirassem do comércio todo aquele que tivesse um negócio irregular.

Por outro lado, muitas pagavam a licença antes das fiscalizações se tornarem intensas. Despendiam parte de seu orçamento para pagar uma licença que não era constantemente fiscalizada. Acredito que, para além das fiscalizações, o que influenciou a queda na participação feminina nos registros foi o momento em que viviam e o crescimento da cidade. Da mesma maneira, que uma cidade que crescia ofereceu um mercado

consumidor crescente nas primeiras décadas, ao decorrer do século XIX, as mulheres viram suas chances de manutenção no comércio diminuir, uma vez que as fiscalizações aumentavam e a sua possibilidade de ascensão social diminuía.

Zephyr L. Frank ao estudar a trajetória de Dutra, um liberto no Rio de Janeiro, que conseguiu acumular durante sua vida dois imóveis urbanos e 13 escravos durante o século XIX, ressalta que para entender a vida social e econômica é imprescindível se ater nas mudanças ocorridas no sistema escravocrata. Para o autor, de modo sucinto, o ambiente urbano possuía uma relativa facilidade de acesso à propriedade escrava e, por conseguinte, uma menor desigualdade entre a população livre, o que contribuiria para uma alta taxa de mobilidade social. No entanto, essa configuração só seria possível enquanto se mantivesse um crescimento econômico baixo, porém firme.<sup>223</sup> O preço dos escravos era relativamente baixo durante a década de 1820, possibilitando uma acumulação desse tipo de bem pelos setores médios. Mas, ciclos de inflação, a alta do preço dos escravos depois da proibição do tráfico e o aumento das exportações brasileiras contribuíram para que aqueles que tivessem escravos tornassem suas fortunas mais valiosas e impediu que muitos outros comprassem cativos ou imóveis, aumentando assim a desigualdade social a partir da década de 50.

O capital necessário para adentrar no setor médio da população na década de 1820 era menor, portanto, do que na década de 1840. Casos de ascensão como o de Dutra não constituíam severas exceções, mas o mundo em que vivia, as condições econômicas que contribuíram para a formação de seu patrimônio, eram efêmeros a tal ponto que seus filhos não mais encontrariam chances de almejavem tal mobilidade.<sup>224</sup>

Frank ainda argumenta que quando as instituições mudam, mudam também as regras, e alguns grupos continuam ganhando enquanto outros perdem. À proporção que os escravos vão perdendo valor com o prenúncio do fim da escravidão, os setores médios, que muito investiram em cativos, vão vendo suas fortunas progressivamente se desvalorizar.

Esse processo acontece conjuntamente ao processo de urbanização, no qual à medida que a cidade se moderniza e enriquece, a distância entre setores médios e a elite só aumenta, pois esta última, comumente, investia em outros bens além de cativos. Ainda que haja uma queda do valor da riqueza acumulada, o padrão de vida se mantém.

---

<sup>223</sup> FRANK, Zephyr. *Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004, p.10

<sup>224</sup> *Idem*, p.59.

A partir da segunda metade do século XIX, Campinas passa por mudanças econômicas, se inserindo na produção de café nacional. Essa economia se transformando em economia de exportação e expansão, em um primeiro momento, permite que pequenos setores na sociedade assumam funções de abastecimento dos grandes plantéis, como afirma Kuznesof. O que explicaria o alto número de mulheres que se registram e pagam para fazerem pequeno comércio, ou abrirem botequins na década de 30.

Nesse período que antecede à intensa urbanização de Campinas, os setores mais pobres tinham maior possibilidade de comprar escravos, pois seu preço era muito menor. Contudo, a partir da proibição do tráfico, comprar um escravo fica gradativamente mais difícil já que seu valor triplica na década de 1850, atingindo seu ápice em 1860.<sup>225</sup>

Com a interdição do tráfico Atlântico em 1831 e a transformação econômica de Campinas, que se inicia a partir da década de 1850, como afirmado por Lapa, o preço dos escravos subia e valorizava aquele que os tinham comprado na década de 1820 e impedia que os menos remediados pudessem comprá-los nas décadas seguintes.<sup>226</sup> As mulheres que já tinham se estabelecido no comércio de pequeno porte, ou dele tiravam seu sustento, provavelmente conseguiram, durante a década de 1830 e até mesmo de 1840, se sustentar e, em alguns casos acumular bens, mas aquelas que se inseriram a partir da década de 1850, possivelmente não conseguiram trilhar o mesmo caminho.

O baixo número de registros, assim como a queda no número de vendas e botequins chefiados por mulheres e o aumento de lojas e boticas a partir da década de 1850, evidenciam que os setores menos remediados, dos quais as negras e as forras faziam parte, já não conseguiam se estabelecer no comércio como na década de 1830 a ponto de despenderem de seu parco orçamento, o dinheiro para licença e impostos.<sup>227</sup>

Simplesmente, poderiam manter suas vendas, mas não como antes, pagando impostos sobre registros e mercadorias. Outras mulheres devem ter escolhido pagar o imposto sobre aguardente, mas não sobre o registro de sua venda, para assim aceitar o menor dos males: ter sua venda fechada por uns dias até obter nova licença, mas manter sua

---

<sup>225</sup> FLORENTINO, Manolo. “sobre minas, crioulos, e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”, *Tráfico, cativo e liberdade*. p.339.

<sup>226</sup> LAPA, José Roberto do A. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil*. Ed. Unicamp, Campinas, 2008, p.38.

<sup>227</sup> BCMC, Livro de Licenças para negociantes, 1829: Botequins:06 vendas:13 Lojas: 0. Em 1870, Lojas:04 Botequim:01 Venda:10 Escritório Bancário:01 Casa de Jóias:01

mercadoria a salvo. Ainda que continuassem a comercializar de modo paralelo e mais informal, as mulheres nesse segundo período encontravam maiores dificuldades em se manter, pois além das práticas fiscais, encontravam a concorrência do comércio de “portas adentro” e os olhos de menosprezo por parte da população.

Por entre fiscalizações, multas e concorrência, Joana Justina da Santa Cruz conseguiu acumular 3:249\$000 até a sua morte, no ano de 1865, em bens, joias e alugueis a receber. Registrou sua venda, que ficava na Rua da Santa Cruz no período de 1859-1864. Além de ficar em importante e populoso bairro de mesmo nome, a rua tinha o nome de Rua da Pinga, devido à grande quantidade de botequins que nela se estabeleceram.<sup>228</sup> O Largo da Santa Cruz onde o botequim de Joana Justina se localizava era também espaço para constantes festas, que atraíam muitas pessoas.

Em seu testamento, declarou ser viúva e sem herdeiros. Possuía duas moradas de casas, no valor total de 2:800\$000, cujos alugueis não lhe rendiam muito mais que 14\$529 réis mensais. Possuía apenas um escravo menino, recém comprado, que fez questão de liberar e fazer seu herdeiro único. Suas dívidas chegaram a apenas 13,3% do total de seus bens. De acordo com a análise de Maria Luiza Ferreira sobre o patrimônio acumulado por diversos grupos sociais em São Paulo na segunda metade do século XIX, Joana Justina estaria entre os setores médios, acima dos considerados remediados. Possuía mais do que um bem de raiz, duas fontes de renda, aluguel e botequim, fazia transações financeiras e, de acordo com a classificação da autora, teria uma vida estável, já que suas dívidas não chegavam nem a 30% do seu patrimônio.<sup>229</sup>

Joana Justina conseguiu não só manter seu botequim durante sua vida, como também, construir um patrimônio de mais de três contos de réis em meio a um aumento da desigualdade social e uma diminuição da mobilidade. Provavelmente, esse acúmulo foi possível porque Joana investiu em imóveis, que lhe forneciam uma renda e que não sofreram uma queda contínua de valor, como os cativos.

Maria Candida da Cruz, também moradora de Santa Cruz e comerciante, era liberta, como declarou em seu testamento.<sup>230</sup> Possuía duas escravas, Roza e Maria, a primeira

---

<sup>228</sup> LAPA, Amaral. *Os cantos e os outros*, p. 67.

<sup>229</sup> CMU, TJC, Autor: Antonio Jose Silva Martelinho, Ré: Joana Justina Santa Cruz, Ação Inventário, Ano:1865, Of: 3º P: 7020.

<sup>230</sup> CMU. Livro de Testamento n º161, p.62v, 1842.

entrou na relação do inventário, a segunda por ser velha ficou com a filha de Candida. Além das duas cativas, possuía um imóvel, aonde residia, no valor de 800\$000 réis. Seu patrimônio chegou a 1:306\$619 e não constituía uma riqueza volumosa, mas, no entanto, as dívidas que possuía constituíam apenas 12% de todos os seus bens. Tinha a receber de 24 pessoas, um total de 103\$159 réis e a pagar 160\$170 réis.

Apenas sua casa representava 61% do seu patrimônio. De acordo com a classificação de Oliveira, estaria entre os remediados e teria também uma vida estável. Maria Candida provavelmente se alforriou no período em que o valor de escravos era baixo e quando pode acumular bens, os cativos estavam sofrendo um gradativo aumento em seus valores, o que explicaria, em parte, a posse de duas escravas com idade avançada, o investimento em uma casa e em transações financeiras.

A trajetória de Maria e Joana Justina, acredito, não foram comuns em Campinas, principalmente a partir de 1850. No entanto, nos auxiliam a combater o estigma que cercam as mulheres que viveram do comércio. As mulheres libertas comerciantes, alguns autores afirmam, têm como destino a pobreza e, por conseguinte, a prostituição como a única forma de sobrevivência.<sup>231</sup> Discordo completamente de que as mulheres que se dedicavam ao comércio, por terem praticado tal atividade, não conseguiriam nunca alcançar algum acúmulo de riquezas. Se não conseguiram acumular bens foi por condições que se aplicavam a todo setor pobre da sociedade. Entretanto suspeito da hipótese de que as mulheres libertas conseguiriam ter, como regra, uma grande mobilidade econômica como Sheila de Castro Faria defende.<sup>232</sup>

Em um artigo, Faria argumenta, que realmente, depois de 1831, o escravo passa a ser muito caro e inacessível para boa parte da população e para os alforriados, mas, no entanto, existia uma possibilidade de riqueza para esses últimos:

“Foram várias as atividades em que os ex-escravos puderam se inserir com sucesso. Não quero dizer que todos se deram bem, pois o sucesso dependia de sua inserção nas comunidades ou de destrezas individuais. Quero dizer, enfaticamente, que a pobreza não era seu único destino.”<sup>233</sup>

---

<sup>231</sup> “fazia com que a pobreza fosse um traço comum entre as mulheres que dele se ocupavam, independentemente, de sua condição social.” FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro, José Olympio/Edunb, 1993, p.58.

<sup>232</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*...

<sup>233</sup> FARIA, S.C. “A riqueza dos libertos: os alforriados no Brasil escravista.” In: *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte, 2007, p.20.

Mais do que falta de destreza ou de inserção nas comunidades, o que contribuiu, principalmente, para que essas mulheres não conseguissem tirar do comércio sua sobrevivência, foi o momento em que viviam. Foram muitas as mulheres que teceram redes complexas de sociabilidade quando não de solidariedade, porém a ascensão não foi possível. Como Mariana dos Prazeres e Narcisa Maria, conseguiram estabelecer relações com comerciantes de maior importância da vizinhança, mas, mesmo assim, tinham que lutar diariamente para combater o estigma de serem desonradas. Para outras, as destrezas foram acionadas ao máximo, como Maria Thereza que, apesar de comerciar e conseguir pagar, por algumas vezes, a licença, não conseguiu sustentar seu filho. Tentou, sem sucesso, tomar-lhe a guarda, pois o menino era tratado como escravo e sofria maus tratos. Não conseguiu por ser considerada “miserável.”<sup>234</sup> Certamente, não foi por falta de destreza que perdeu a guarda, mas, sim porque, ainda moça encontrou uma cidade que repudiava as vendeiras.

Zephyr Frank argumenta que em uma geração depois de 1849, a riqueza era mais concentrada do que nunca, e as avenidas para o enriquecimento tornavam-se incrivelmente fechadas para pessoas como Dutra.<sup>235</sup> Em Campinas, com algumas variações, se instalava o mesmo contexto, no qual, principalmente, as mulheres ligadas ao comércio ou ainda a atividades mais informais como lavadeiras, viam as possibilidades de enriquecer praticamente desaparecerem, restando apenas a subsistência.

Nem todas foram Narcisas ou Cândidas, podendo ostentar nas roupas e na compra de cativos, sua ascensão econômica. Porém, coloca-las como incapazes de ascender devido à atividade ou a destreza em executar o comércio é deslocar a possibilidade de se sustentar ou enriquecer para o indivíduo. Acredito, que o momento em que essas mulheres viveram na Vila de São Carlos foi crucial para aumentar ou diminuir suas chances de ascensão social. Não foi por essa restrição que deixaram de traçar estratégias para serem respeitadas, para montarem seus negócios e se estabelecerem como comerciantes. Mantiveram suas amigas e amigos por perto e teciam relações com comerciantes importantes, mas, em sua maioria, se

---

<sup>234</sup> AEL, *Auto Crimes de São Paulo, Interior, Campinas*, MR: 0165. Autora: Maria Thereza de Jesus, Réu: Benedito Toledo, Ano: 1851.

<sup>235</sup> FRANK, Z. *Dutra's world*, p.5.

não viram a precariedade se instaurar em suas vidas, a avistaram na vida de seus filhos e filhas.

## Capítulo 4 – Famílias ao longo do tempo

Nesse capítulo, o objetivo é compreender quais foram as estratégias das diferentes gerações ao longo das décadas do século XIX para construir ou manter seus espólio. Durante esse período, a Vila de São Carlos passou a ser uma importante produtora de açúcar e café. A estrutura municipal também acompanhou a mudança econômica. Houve um intenso aumento de impostos e novas exigências foram criadas para viver na cidade.

Lapa apresenta como a cidade de Campinas mudou durante esse período, com a intensa urbanização e aprovação das Posturas Municipais.<sup>236</sup> Estas últimas se constituem em artigos aprovados pela Câmara de Vereadores sobre diversos assuntos e passaram a regular a vivência na cidade. Com abrangentes finalidades, regulavam desde a construção das casas, como deveriam ser feitas, os caminhos públicos, o comércio, os ofícios, as aferições de balança, a manutenção das casas e calçadas e estabeleciam multas aos que as desrespeitassem.

Além das mudanças municipais, do aumento da concentração da posse de escravos e de terras na cidade Campinas, houve mudanças nacionais que alterariam profundamente as possibilidades de se mover econômica ou socialmente. O aumento do preço dos escravos foi um fator fundamental no aumento da desigualdade social e interferiu diretamente na busca por ascensão. A crescente concentração de renda tornou ainda mais escassa as possibilidades de uma vida mais confortável para os setores mais pobres da sociedade.

Zephyr Frank analisou em seu livro, *Dutra's World*, como as mudanças no preço dos cativos e também o crescimento da cidade do Rio de Janeiro alteraram diretamente a mobilidade social da família de um liberto chamado Dutra.<sup>237</sup> Este último conseguiu acumular, até o fim de sua vida, imóveis e escravos. O autor explica que esse acúmulo foi possível para um liberto, pois o momento em que comprou seus escravos era anterior aos intensos ciclos de inflação que surgiram após a proibição do tráfico em 1831. Aqueles que comparam os escravos na década de 1820, encontraram preços mais baixos, que permitiram setores médios e baixos adquirirem seus primeiros escravos. Com os ciclos de inflação,

---

<sup>236</sup> LAPA, Amaral. *Os Cantos e os antros: Campinas: 1850-1900*. São Paulo: Editora da Usp; Campinas Editora da UNICAMP, 2008, p.124.

<sup>237</sup> FRANK, Zephyr. *Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004, p.10

esse espólio se valorizou, tornando suas fortunas mais valiosas, mas, por outro lado, impediu que outras pessoas comprassem seus cativos ou imóveis. Para aqueles que já tinham adquirido seus cativos, os ciclos de inflação contribuíram para valorizar os cativos, enquanto aumentou a desigualdade social a partir da segunda metade do século XIX.<sup>238</sup>

Os filhos de Dutra não conseguiram manter os bens do seu pai, pois o capital necessário para adentrar o setor médio da população na década de 1820 – momento que Dutra iniciou sua acumulação – era menor do que o encontrado na década de 1840. Seus filhos não encontraram as mesmas condições para acumular que Dutra tinha se deparado décadas antes. Frank ainda afirma que à medida que a cidade do Rio de Janeiro se modernizava e enriquecia, a distância entre setores baixos e altos aumentava ainda mais. Para o autor, com o fim da escravidão se aproximando, os setores médios que tinham investido em escravos viram seus bens perderem valores, enquanto os setores mais altos não sofreram tanto com essa perda, uma vez que investiam em outros bens que não os cativos.<sup>239</sup>

Maria Luiza Ferreira de Oliveira chega a uma conclusão similar à de Frank, porém utilizando outra metodologia. Analisou os inventários do Arquivo do Poder Judiciário para a cidade de São Paulo em dois períodos distintos: 1874-1882 e 1894-1900. A autora também percebeu que, no primeiro período, os escravos constituíam a maior parte dos bens inventariados enquanto para o segundo período, são os bens de raiz que assumem a maior parcela de valor.<sup>240</sup> A mudança no padrão de acumulação se deu anteriormente à abolição, quando os grupos mais ricos passaram também a investir em bens de raiz.

Ainda com a presença marcante dos escravos na totalidade dos inventários do primeiro período, esse tipo de bem não era comum nos registros de grupos mais pobres. De 81 inventários analisados para os grupos de menor acumulação, apenas oito possuíam escravos. Essa ausência pode evidenciar que o argumento de Frank esteja correto e que sua abrangência seja maior do que a cidade do Rio de Janeiro. Depois de 1830, aqueles que não tivessem comprado seus cativos, encontrariam dificuldades maiores para a aquisição.

---

<sup>238</sup> *Idem*, p.59

<sup>239</sup> *Idem*, p.91.

<sup>240</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo 1850-1900*. Ed. Alameda, 2005, p.80.

Oliveira aponta ainda que os grupos mais ricos concentraram mais renda nesse período de 25 anos, enquanto a participação dos grupos mais pobres no número de inventários diminuiu. O valor acumulado por esse último grupo também diminuiu entre esses dois períodos.<sup>241</sup> Ao analisar trajetória de ex- escravos, a autora conclui que, em sua maioria, foram marcadas por exclusão social. Apesar de terem conseguido comprar pequenos bens de raiz, estes se perdiam em dívidas ou acabavam sendo vendidos.<sup>242</sup>

O objetivo desse capítulo é verificar se esse padrão, descrito por Oliveira e Frank, de acúmulo e queda do nível social entre as gerações também ocorreu na cidade de Campinas. Privilegiei, na pesquisa, os pardos listados com até um escravo para poder, desta maneira, analisar as possibilidades de ascensão econômica e social daqueles que, praticamente, saíram do zero. A partir dessa restrição, foi escolhida uma amostragem de três famílias e suas respectivas gerações para serem analisadas as estratégias e as possibilidades de mobilidade econômica. Ao lado dessas três famílias, comparo a trajetória de Ana Brito com a de sua irmã Apolinária, considerando a proximidade que, cada uma delas, estabeleceu com seus descendentes e outros parentes.

Outros pardos que já chegaram a Campinas nas primeiras décadas com escravos foram ignorados na análise, pois o capital acumulado até a vinda para a cidade contribuiria muito para acumulação e para o prestígio social. A ascensão desses últimos seria muito distinta dos pequenos e não proprietários para que fosse possível uma comparação. A partir dessa escolha é possível analisar as chances de ascensão daqueles que começaram a construir seu espólio antes da década de 1830.

Foram pesquisados, no total, 20 inventários de pessoas relacionadas como pardas nas Listas de Habitantes de 1801 ou de 1829.<sup>243</sup> Oito inventários de mulheres e doze de homens fornecem uma pequena amostra de como poderia ser o acúmulo e estratégias de sobrevivência. De todos os inventários, apenas três pessoas não possuíam imóvel, seja esse um pedaço de terreno a uma elaborada morada de casas e apenas cinco possuíam escravos para ser inventariados. Outras três pessoas inventariadas possuíam escravos em algum momento anterior ao inventário e, ou os libertaram em testamento ou venderam antes de

---

<sup>241</sup> *Idem*, p.90-92.

<sup>242</sup> *Idem*, p.128.

<sup>243</sup> Conferir Lista de Fontes.

morrer. O diminuto número de pessoas que conseguiram manter seus escravos pode evidenciar as dificuldades em se comprar um escravo ou mantê-lo durante a vida.

As famílias que conseguiram acumular algum pecúlio não puderam garantir que seus descendentes o mantivesse e, em muitos casos, viram suas economias se esvaírem à medida que os anos passavam. Acredito que as possibilidades de obter ascensão social e financeira, principalmente, para os descendentes de escravos e suas gerações seguintes, foram decaindo ao decorrer do século.

Será comparado o nível de acúmulo de bens, a ascensão social, as estratégias que foram traçadas e as decisões tomadas por esses indivíduos ao longo dos anos. Quando a comparação entre gerações é feita, é possível perceber as diferentes dificuldades que cada indivíduo enfrentou em momentos distintos e como esses obstáculos interferiram diretamente em suas jornadas. Mais precisamente, a análise se centrará em como as mudanças de uma cidade em crescimento populacional, com concentração de posse de escravos cada vez mais intensa, interferiram nas possibilidades de ascensão e sustento das famílias.

Nas três famílias analisadas, não se percebeu nenhum padrão de acúmulo maior do que o encontrado na primeira geração. A situação mais favorável foi de manutenção parcial dos bens.

A primeira família a ser analisada tem como seu primeiro registro a liberta Brígida Leite e foi possível traçar seus descendentes até a suas bisnetas. O inventário de Brígida é de 1835 quando encontramos suas filhas já adultas enquanto o último documento referente à família data de 1886. A segunda família é a de Úrsula Maria e Francisco Antônio das Chagas cujo inventário é de 1858. Apenas foi possível encontrar seus filhos que não deixaram descendentes. O último inventário dessa família é de 1876. A última família é de Bento Antônio, que morreu e teve seus bens inventariados em 1868 que, diferente dos demais, morava em uma região mais rural da cidade. Serão analisados os inventários de genro de Bento que morreu em 1842 e a trajetória de outro genro que faleceu em 1886.

A amostragem pode parecer pequena, mas através do método da micro-história tenho como objetivo reconstituir as dificuldades encontradas pelos descendentes de

escravos e suas gerações e suas estratégias para subsistir ou quiçá acumular.<sup>244</sup> Ao mesmo tempo em que resgato as trajetórias dessas famílias, pretendo identificar similaridades ou, mesmo um padrão de estratégias, que essas pessoas engendraram em busca de condições melhores de vida em meio a tantas adversidades como: a urbanização da cidade, a alta de impostos e o aumento do valor do preço dos escravos.

É na primeira metade do século que a cidade de Campinas tem um crescimento populacional vultoso. Transforma-se em grande produtora de açúcar e começa a migração. Com o crescimento, a Vila de São Carlos se torna atrativa para comerciantes de outras regiões como Minas Gerais, Rio de Janeiro e, mesmo do exterior. O comércio entrava em profunda transformação e os comerciantes locais perdiam espaços. A agricultura, como vista anteriormente, não era uma atividade estável e segura para muitos dos pequenos proprietários. Sem poder ter um rendimento estável no comércio ou na lavoura, àqueles que não tinha acumulado o bastante, restava ficar à mercê de tomadas de terras constantes, impostos mais altos, e fiscalizações.

Os primeiros anos do século XIX forneceram possibilidades de acúmulo para o grupo aqui estudado. A busca pela terra não era tão intensa como seria no final do mesmo período e ainda maior para a segunda metade do XIX. O comércio não era fiscalizado e havia poucos comerciantes com capital volumoso que poderiam fornecer riscos para os pequenos, em sua maioria, egressos da escravidão.

As possibilidades de ascensão ou mesmo de manutenção dos bens acumulados sofrem uma drástica mudança, principalmente, depois da década de 1850, quando as fiscalizações referentes às Posturas Municipais se tornaram mais intensas. Antes dessa década, em 1845, impostos relativos aos ofícios foram estabelecidos e a cobrança de um registro iniciada. Sapateiros, ferreiros ou qualquer pessoa que exercesse um ofício teria também de pagar um registro como os comerciantes, onerando ainda mais os libertos e seus filhos que encontravam no ofício oportunidade de aumentar a renda.<sup>245</sup>

Em meio à cobrança de impostos, autuações dos fiscais e, principalmente, ao aumento do preço dos escravos, os libertos e seus descendentes traçaram estratégias importantes para subsistir. Manter-se próximo à família parece ter sido muito importante

---

<sup>244</sup> REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social". In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p38.

<sup>245</sup> ALESP, Acervo Histórico, Caixa 271, ID: 10567, página 05.

para a manutenção da subsistência e, principalmente, na economia na compra de um imóvel. Construir uma morada nas terras dos pais, ou levantar uma casinha para a mãe já idosa parecem ter sido padrões que essas famílias mantinham.

Morar perto parece ter sido crucial para a manutenção da renda familiar e da ajuda mútua. Em 1835, Brígida Leite faleceu e uma de suas filhas iniciou seu inventário. Brígida tinha três filhas, sendo uma Bernardina que era ainda escrava.<sup>246</sup> Por ter ainda uma filha cativa, certamente, Brígida era liberta, assim como suas outras duas filhas. Como Bernardina era a mais nova das irmãs, pode-se inferir que não nasceram de ventre livre.

As irmãs moravam próximas à mãe. Na Lista de Habitantes de 1829, encontram-se Brígida Leite no fogo 121, sua filha Gertrudes morando com o marido no fogo 120, e Thereza Maria também casada no fogo 122.<sup>247</sup> Todos, incluindo os cônjuges, são listados como pardos. Bernardina, no entanto, não consta na Lista. No início do inventário, morava em companhia de sua senhora Theodora de Tal, mas no decorrer do processo, sua irmã Gertrudes declarou que Bernardina passou a morar em sua casa, no fogo 120.

Gertrudes e sua mãe, provavelmente, viviam no mesmo terreno, porém em duas casas distintas, como será visto mais adiante. Na avaliação de bens do inventário, constavam algumas madeiras para a melhoria da casa e alguns ferros, já o terreno é descrito como “do falecido Anacleto”, esposo da inventariante Gertrudes. A casa não é listada nos bens de Brígida, mas um pequeno terreno é inventariado. Brígida pode ter comprado em conjunto com sua filha Gertrudes materiais para arrumarem as casinhas que havia no terreno.

Gertrudes, seu marido e Brígida compartilhavam o mesmo terreno e as melhorias deste. Para esta última, qualquer ajuda poderia ser indispensável. Não possuía muitos móveis, além de um catre velho, uma mesa e um oratório, suas roupas e joias não foram listadas, pois, certamente, não as possuía. Tinha um tear de seda, fios, ferros para engomar. Vivia de costurar, poderia vender tecidos ou fazer roupas e também poderia lavar roupas para fora.

Não conseguiu acumular muito além do pequeno terreno vizinho a sua filha. Apesar de ser em uma área boa para o comércio e para os serviços, na qual se concentravam muitos

---

<sup>246</sup> CMU, TJC, Autora: Gertrudes Mello, Ré: Brígida Leite Almeida, Ação: Inventário, Ano: 1835, Of:1º P:1210.

<sup>247</sup> AEL, Lista de Habitantes de 1829, p. 261.

comerciantes, lavadeiras e botequins, esse terreno não valia muito mais que 55\$000. Todos os trastes juntos não alcançavam a quantia de 25\$000. As despesas com seu enterro e com o médico que lhe atendeu totalizaram 10\$560 e foram pagas pela sua filha Gertrudes. Não tinha dinheiro a receber e tirando os gastos em seus últimos dias, não deixou dívidas.

Para uma mulher como Brígida que quase não tinha como acumular bens e aumentar sua renda, ter suas filhas morando perto, juntamente com seus maridos foi de grande importância. Gertrudes ajudou na melhoria do terreno e arrumou a casinha em que Brígida morava. Conseguiu pagar por cuidados médico para sua mãe e lhe deu um enterro que a renda desta última não poderia custear.

Depois da morte da mãe, abrigou sua irmã Bernardina. Esta ainda buscava maneiras de alcançar sua liberdade. Poderia estar juntando pecúlio para tentar comprar sua alforria, pois, foi a primeira a negociar a parte no terreno de sua mãe. Um dos vizinhos, Claudino, se interessou pela compra da parte das herdeiras, pois, o pedaço que tinha sob sua posse era muito pequeno e gostaria de adquirir as partes de suas vizinhas em hasta pública. E, antes do terreno ir à leilão, Bernardina vende sua parte para Claudino.

Busquei em todos os inventários de Teodora e registros de cartas de alforria, mas Bernardina não foi localizada. Nem mesmo no inventário de sua irmã é citada. Não há processos, inventário em seu nome, obrigando essa pesquisa a seguir os rastros deixados por Gertrudes.

De qualquer maneira, Gertrudes teve um destino diferente de sua mãe. Um pouco mais de meio século após a morte de Brígida, Gertrudes ainda se mantinha no mesmo terreno que um dia compartilhara com sua mãe.<sup>248</sup> Essa afirmação foi possível, pois além de ter se mantido na mesma rua Matriz Nova que depois passou a ser chamada Regente Feijó, manteve também a mesma divisa.<sup>249</sup> Em 1835, sua mãe tinha divisas com o falecido vigário Joaquim José Gomes. Em 1886, o terreno de Gertrudes divisava com os herdeiros da falecida Dona Eufrosina. Esta última herdou o terreno de seu irmão vigário.<sup>250</sup> Vale

---

<sup>248</sup> CMU, TJC, Autor: José Henrique Dias, Ré: Gertrudes Mello, Ação: Testamentaria, Ano: 1886, Of:1º P:12766.

<sup>249</sup> MARTINS, Valter. *História de Compra e Venda: Mercados e abastecimento urbano em Campinas, 1859-1908*. (tese de doutorado, FFLCH, USP, 2001).p.

<sup>250</sup> CMU, TJC, Autora: Ana Eufrosina Gomes, Réu: Joaquim José Gomes, Ação: Inventário, Ano:1831, Of: 1º, P:1396.

ressaltar que a Eufrosina, irmã do Vigário, não é a filha de Gertrudes cuja trajetória aqui é analisada.

Gertrudes conseguiu, apesar das mudanças na cidade, manter-se em sua propriedade. Como não há informações sobre a ocupação de Gertrudes, só nos resta inferir que a atividade de tropeiro de seu marido pode ter contribuído muito para sua permanência na região central da cidade. Um homem da mesma profissão, branco, poderia ganhar anualmente de 50 a 100\$000.<sup>251</sup> Infelizmente, o inventário de seu marido Anacleto não pode ser encontrado. Foi perdido na transferência do acervo do cartório para o Centro de Memória da Unicamp.<sup>252</sup>

Entretanto, não seria impossível que Gertrudes tenha exercido alguma função no comércio. Sua irmã e vizinha, Thereza Maria registrou sua venda seca por alguns anos.<sup>253</sup> Para Gertrudes, abrir uma pequena venda poderia ser ainda mais fácil e lucrativo, já que seu marido poderia trazer produtos dos destinos que frequentava. Compraria a preços mais baixos do que outras comerciantes da cidade que encomendavam mercadorias para grandes negociantes trazerem de Santos. Seu inventário não avalia bens, exceto sua propriedade, deixando muitas dúvidas sobre o que acumulou durante sua vida.

Já era viúva quando sua mãe morreu, mas ainda assim conseguiu pagar as dívidas do enterro e do cirurgião. Através do inventário de sua filha Eufrosina, é possível afirmar que os bens de raiz avaliados com a morte de Anacleto, esposo de Gertrudes, constituíam-se em duas casas. Como era herdeira também de parte dos bens de Anacleto, o inventário de Eufrosina contou com um pedaço do inventário de seu pai. Uma das casas foi morada de Gertrudes, a maior. Tinha três janelas e uma porta, era coberta de telhas e possuía um quintal com árvores de guarantã, de valiosa madeira, como foi listada. A outra era bem menor, não tinha assoalho, era mais simples e ficava no mesmo terreno em que Gertrudes morou, já que tinha os mesmos vizinhos.

Provavelmente, essa pequena casa poderia ter abrigado a sua mãe na velhice e sua irmã, depois que ficou órfã. Gertrudes e Anacleto conseguiram manter sob seus cuidados Brígida e sua filha Bernardina. Não deve ter sido muito fácil para Brígida comprar sua alforria e, possivelmente, contribuído com as de suas outras filhas. Suas economias, assim

---

<sup>251</sup> LHC 1836, p.53 e p.111. Cf: Renda.

<sup>252</sup> CMU, TJC, Autora: Gertrudes Mello, Réu: Anacleto Silva, Ação: Inventário, Ano: 1835, Of:3º P:6672.

<sup>253</sup> APMC, Livro de Licença para Comerciantes, Ano de 1830, p.95v.

como de suas meninas, devem ter sido direcionadas para a compra da liberdade, pois Brígida, no final de sua vida não conseguiu nem erguer uma casa. Possuía um terreno, mas a casa em que morava era de seu genro Anacleto.

O fato de Bernardina vender tão prontamente sua parte no terreno de sua mãe pode evidenciar sua urgência em comprar sua alforria. Se assim o fosse, sua mãe também poderia destinar parte de seus proventos como costureira para essa aquisição. Brígida, portanto, cuja renda já era pequena, poderia ainda mais ficar dependente de Gertrudes, ao ajudar sua filha cativa. Bernardina vivia entre ir e voltar de Capivary, aonde sua senhora morava, talvez para manter assim os laços com suas irmãs e mãe. Essas constantes visitas e hospedagens de Bernardina podem demonstrar que, de alguma forma, precisava de sua família e contava com a ajuda deles.

Para Brígida, os gastos com a liberdade de Bernardina podem ter impedido uma acumulação de bens ou a construção de sua casa. Entretanto, pôde confiar na ajuda de Gertrudes e de seu genro. Se Brígida não tinha condições de contribuir com a compra da alforria de sua filha ou mesmo com a sua subsistência, Gertrudes se consolidou como fonte de ajuda e de abrigo. Permanecer ao lado de sua filha foi fundamental para uma velhice confortável.

Brígida, ao se tornar livre, não encontrou as mesmas possibilidades que suas filhas encontraram na Vila de São Carlos. Adoeceu e morreu quando a cidade começava a crescer e se tornar um espaço favorável aos prestadores de serviços. Thereza Maria de Jesus, sua outra filha, também moradora na vizinhança se arriscava em ter uma venda de produtos secos. Para além, era casada com um carpinteiro e Gertrudes com um tropeiro. Ambas filhas de Brígida tinham por volta de 30 anos, no ano de 1829, e encontraram uma cidade favorável aos pequenos comerciantes e aos prestadores de serviço, como Anacleto e Francisco, seus esposos.

Para as mulheres egressas da escravidão ou para aquelas recém-chegadas na Vila, o casamento, seja oficial, ou apenas morar junto, poderia ter uma importância fundamental. Casar não era apenas uma união de rendas, mas também de redes de solidariedades. A união poderia agregar um maior número de pessoas dispostas a se ajudarem mutuamente. Assim foi o que aconteceu com Gertrudes, que ao casar com Anacleto, trouxe-o para sua família.

Brígida, por outro lado, teve de sustentar suas filhas sozinhas, o que deve ter pesado em seu orçamento, fazendo com que seu acúmulo fosse menor do que se pudesse contar com a ajuda de um parceiro. Suas filhas, no entanto, ao se casarem encontraram a possibilidade de dividir os problemas familiares e também as despesas.

Algumas outras mulheres, quando não eram casadas, ou já eram viúvas, encontravam em suas amigas e familiares a chance de dividir as despesas, o trabalho diário e também seus problemas. Joana Justina, uma comerciante parda que se estabeleceu no bairro da Santa Cruz na década de 20, encontrou em sua vizinha Luíza uma importante parceira.<sup>254</sup> Joana morava ao lado de “Bahia”, senhor de Luíza.<sup>255</sup> Com o passar dos anos, a comerciante conseguiu ascender e construir a sua casa e mudar-se do quartinho em que morou para um lado mais distante do bairro. No entanto, Luíza, apesar de não ser mais vizinha de sua colega, parece ter sido uma figura constante na vida de Joana, pois esta deixou para sua amiga o mesmo quartinho. Deixou também uma quantia em dinheiro. Tanto compartilhavam suas dificuldades e os problemas de suas vidas que, no momento no qual podiam, ajudavam suas colegas.

Não seria diferente com Gertrudes e seus familiares. Já velha e viúva, deixou em seu testamento as suas terras e casas para suas duas netas Maria e Ana Francisca. Apesar de o inventariante não conseguir cumprir esse pedido de Gertrudes, uma maior parte é destinada às netas. Qual seria o motivo que levaria a avó a deixar o bem mais valioso para apenas as duas? O testamento de Gertrudes é bem sucinto devido, muito possivelmente, à urgência que sua avançada idade, mais de 90 anos, exigiu naqueles dias anteriores ao seu falecimento. Essa fonte, portanto, não forneceu uma explicação direta, mas a relação de herdeiros no inventário forneceu pistas.

Gertrudes teve quatro filhos e apenas dois estavam vivos durante o inventário, Joaquim e Maria Thereza. Dos quatro netos por parte da filha falecida Antônia, apenas um morava na cidade de Campinas. Já Ana e Maria, filhas da falecida Eufrosina, moravam na mesma casa que sua avó. Quando a mãe Eufrosina estava viva, também moravam juntas, todas elas. No inventário de Mariano, o bem de raiz avaliado é uma parte das duas casas de

---

<sup>254</sup> CMU, TJC, Autor: Antônio Jose Silva Martelinho, Ré: Joana Justina da Santa Cruz, Ação: Inventário, Ano: 1865, Of : 3º, P: 7020.

<sup>255</sup> AEL, Lista de Habitantes de 1829, fogo 74 e 75, p. 256.

Gertrudes.<sup>256</sup> Não há citações de aluguéis a serem pagos ou que morassem em outra casa. Há, porém, um requerimento de Eufrosina pedindo para por em arrematação todos os bens afim de conseguir dinheiro para pagar pela casa de Gertrudes e desta maneira, elas e suas filhas não terem necessidade de morar na rua.

Mesmo quando o marido de Eufrosina estava vivo, as três compartilhavam a mesma casa com a avó. Mariano de Oliveira Bueno, pai das meninas, era tropeiro e vivia sem uma casa fixa. Seus cavalos eram divididos entre os outros tropeiros que trabalhavam com ele, inclusive um irmão cujo nome não foi possível descobrir. Os animais não ficavam na casa de Gertrudes, porque, provavelmente, o terreno não era tão grande para abrigá-los.

Eufrosina e Mariano devem ter pensado em construir uma casa. Tinham renda para tal, pois quando Mariano faleceu, algumas de suas contas a pagar eram de roupas e artigos de casa que havia feito em dois armazéns da cidade. Essas contas totalizavam um pouco mais de um conto de réis, valor maior do que a casa que Gertrudes morava. Gastavam em roupas, bonecas, enfeites, fazendas, sapatos, mas não compraram uma moradia. Acredito o casal preferiu investir em conforto, roupas que poderiam trazer um status diferente para as meninas, cortes e linhas usados na costura para venda, como também em animais que facilitariam a vida de Mariano, ao invés de comprar uma morada. Escolheram se manter junto à sogra como uma maneira de se manter na rede de solidariedade.

Se o casal decidisse por fazer uma posse ou comprar um terreno deveria ser nas regiões mais marginais da cidade, aonde o preço poderia ser mais baixo. O mesmo fez Joana Justina, amiga de Luíza. Morou de aluguel durante um tempo na região central do bairro da Santa Cruz. Seus vizinhos eram botequins, lavadeiras e cortiços. No entanto, comprou um imóvel na saída para Limeira. Ainda era no mesmo bairro, mas era no início da estrada, mais longe do que tinha acostumado a viver e a fazer comércio, porém, mais barato. Portanto, se Eufrosina e Mariano comprassem alguma propriedade teria de ser longe da sogra.

Vale lembrar que Gertrudes morava em uma região muito habitada, na Rua da Matriz Nova e de alta concentração populacional. Conseguir uma casa nessa área poderia ser um pouco mais caro e mais difícil. Por outro lado, comprar uma casa mais longe não

---

<sup>256</sup> CMU, TJC, Autora: Eufrosina Maria das Dores, Réu: Mariano Oliveira Bueno, Ação: Inventário, Ano: 1861, Of:3º P:6939.

seria bom para Eufrosina, pois esta perderia a ajuda da mãe e da tia Thereza. As duas poderiam ajudar nos cuidados das crianças. E parece ter sido essa última a decisão que Eufrosina e seu marido tomaram.

Para Eufrosina, morar com a mãe e manter esse laço mais estável tornaria possível a sua subsistência depois da morte de seu marido. Boa parte da renda vinha do trabalho de seu marido como tropeiro e, a partir de sua morte, com o acúmulo de dívidas feitas, a ajuda vinda de sua mãe tornou-se ainda mais preciosa. Não há registros de Eufrosina no comércio em nenhum ano e não constou, em seu inventário, nada a receber.

Permanecer perto de sua mãe, tias e irmãs pode ter sido elemento fundamental na trajetória de Eufrosina. Sua irmã também morava perto e a convivência era diária a ponto de seus respectivos maridos conseguirem um dia brigarem. Se a filha de Gertrudes tivesse se estabelecido em uma área mais afastada, provavelmente, perto de uma estrada para facilitar o cotidiano de seu marido, teria ficado isolada após a morte desse.

Com as dívidas e mais duas meninas para serem criadas, Eufrosina poderia ter caído em uma pobreza da qual não seria fácil a recuperação e, ainda ter perdido a tutela de suas filhas. Como aconteceu com Maria Teresa de Jesus, comerciante parda da cidade, já não tinha a tutela de seu filho e, em 1851, o viu sendo tratado como escravo, sofrendo açoites constantes de seu tutor, porém sem renda alguma, nada pode fazer por seu filho.<sup>257</sup>

Entretanto, ao se estabelecer na casa de sua mãe, ajudar esta última na velhice e ser ajudada nos cuidados de suas filhas, Eufrosina construiu e manteve uma rede de solidariedade que a colocou em um patamar econômico melhor do que se estivesse sozinha.

Apesar de não ter construído sua própria casa, terminou sua vida morando com sua mãe e com suas filhas donas parciais da casa da avó. Com as dívidas deixadas pelo marido, se Eufrosina e Mariano tivessem comprado uma casa, esta teria ido à leilão, fazendo com que tivesse que morar com sua mãe. Sem gastar com a propriedade, por outro lado, Eufrosina pode investir em roupas e um pouco mais em conforto para as suas filhas e mãe.

Para Gertrudes, hospedar a família de sua filha não deveria ser um problema e poderia significar uma fonte extra de renda no domicílio. Mariano possuía ferros de carpinteiro, mas não exercia tal função. Contratava um escravo para trabalhar na casa da

---

<sup>257</sup> AEL, Auto de Crimes de São Paulo, Interior, Campinas, 1851, MR:0165. Cf: ACMC, Livro de Licenças, 1836,1838, 1848.

sua sogra. O terreno de Gertrudes tinha uma porção de árvores, não se sabe quantas ao certo, de alta qualidade para fazer estruturas de casa, telhados, pontes. Essas árvores, guarantãs, certamente eram arrancadas e vendidas para aumentar a renda do domicílio.

Esse era um costume que parece ter sido comum entre aqueles que sabiam cortar árvores ou podiam pagar por alguém para fazê-lo. O marido de Mariana dos Prazeres, Antônio da Conceição, além de ter uma pequena venda que também era botequim, cortava e “rolava madeira”.<sup>258</sup> Se disponível a madeira, corta-la poderia ser uma fonte de renda. Mariano aproveitou a madeira disponível no terreno e resolveu investir no trabalho de um escravo para fazê-lo.

Difícilmente, o escravo estava sendo usado em algum tipo de construção no terreno de Gertrudes, pois, não há alteração nos imóveis listados no inventário em 1835 e, em 1886. Entretanto, o escravo estava trabalhando por seis meses, quase todos os dias, no terreno de Gertrudes, até a morte de Mariano. Se alguma construção tivesse sido feita durante tamanho período, a propriedade de Gertrudes contaria com mais algum imóvel, fosse esse um quarto, uma casa. No entanto, não haver mudança alguma na configuração espacial pode evidenciar que Mariano e Eufrosina encontraram, de fato, uma fonte extra de renda no terreno de Gertrudes que poderia ajudar na manutenção da família.

Aqui, percebe-se que as gerações tem uma relação de interdependência muito intensa. De Brígida a Eufrosina, até Maria e Ana Francisca são quatro gerações de mulheres que ocuparam o mesmo terreno, a mesma casa e que dependiam uma das outras, se estivessem na velhice ou, mesmo, quando moça. Fundamental para que nenhuma geração caísse na pobreza era a casa que Gertrudes construiu com seu marido e que pode abrigar a todas. A proximidade parece ter sido imprescindível para a formação das redes de solidariedade.

A trajetória de Ana Brito, cuja briga por terras foi analisada no Capítulo 2, pode servir como um contraexemplo, uma vez que a distância que manteve de sua família prejudicou muito a manutenção de sua subsistência e sua própria acumulação.

Quando Ana vem para a Vila de São Carlos, se estabelece perto de sua mãe, mas essa vizinhança pouco durou. Sua mãe e seu padrasto são retirados da terra através de uma

---

<sup>258</sup> CMU, TJC, Autor: Antônio José Conceição, Réu: Lourenço Bento Lima, Ação: Sumaria, Ano: 1808, Of:1º P:00106.

manobra de Inácio Cardoso. Ana permanece por mais de trinta anos nessas terras que ela apossou sem ter nenhum problema, até que tenta vendê-las. Já estava com quase 70 anos em 1829 e, seus filhos, crescidos, tinham montados outros domicílios. Vender a terra poderia garantir uma vida mais estável nesses anos que lhe restavam, mas é impedida, pois, logo que põe à venda, Inácio que aplicou o golpe no padrao de Ana, tomou-lhe também suas terras.

Quando Ana se instalou na Vila de São Carlos, tinha apenas três filhos com idade para a lavoura e outros seis muito pequenos para ajudar. Seu filho mais velho, Furtuoso, rapidamente, montou outro domicílio com uma mulher, tornando ainda menor o número de mãos que poderiam cultivar ao lado de Ana.<sup>259</sup>

Berkner afirma que manter os filhos morando no fogo é uma das medidas para se assegurar uma velhice mais estável. Em um estudo sobre a Europa Ocidental, o autor, através de contratos firmados entre pais e filhos, conclui que era muito comum os pais continuarem na propriedade, mas sem interferirem no funcionamento desta. O filho mais velho seria responsável, juntamente com sua esposa e filhos, do cultivo de alimentos principais e do fornecimento de uma quantia desses para seus pais. Estes últimos poderiam se quiser manter uma pequena horta também, mas não mais seriam os donos da propriedade. Desta maneira, tanto os pais como o filho conquistariam seus interesses. O filho poderia se dedicar à lavoura sem ter que procurar outra propriedade e os pais teriam uma alimentação mínima garantida.<sup>260</sup>

Furtuoso, quando chega à Vila tem 20 anos, deve ter percebido que a posse que a mãe tinha feito era tão instável quanto a de sua avó Rita.<sup>261</sup> Não deveria ser compensatório esperar mais alguns anos ou década para morar em uma propriedade que poderia ser grilada ou tomada. Decide, então, fazer a sua posse e Ana fica apenas com duas pessoas para ajudar-lhe a cultivar seu sítio. A mão de obra que poderia vir de seus familiares estava em outro bairro.

Entretanto, mais representativo do que a saída de Furtuoso de casa, é o local escolhido pelo filho de Ana para iniciar a sua vida. Ele faz a posse perto das tias, dos

---

<sup>259</sup> AEL, LHC 1816, fogo 109.

<sup>260</sup> Berkner, Lutz "The stem family and the development cycle of the peasant household: na eighteenth-century Austrian example" *The American Historical Review*, vol.77, n°2 (Apr., 1972), p.401.

<sup>261</sup> AEL, LHC 1801, fogo 250.

primos e da avó, em uma terra longe da sua mãe. Para Furtuoso, estar perto das tias, primos e, principalmente, de Pedro Nunes, poderia trazer mais benefícios do que morar perto de sua mãe. Não acredito que ele tenha feito cálculos sobre o quão vantajoso seria. Simplesmente, um jovem, novo na cidade, que vai construir sua morada precisa de ajuda para tombar madeiras, levantar paredes de taipa, fazer buracos para evitar que os animais comam suas plantações.<sup>262</sup> E apenas a sua mãe não poderia ajudar.

Morar perto de seus parentes poderia trazer braços para ajudar nessa empreitada que se iniciava. Não só de força se constrói uma lavoura. É necessário ferramentas. Machados e enxadas para iniciar a queda da mata e a plantação. Furtuoso poderia pegar emprestado de seus primos ou do seu tio Pedro. Empréstimos de ferramentas e animais eram muito comuns. Os inventários trazem essa dinâmica intensa de uso de ferramentas. No inventário da tia de Furtuoso, Apolinária, consta que algumas ferramentas estão espalhadas entre os membros da família.<sup>263</sup> Geneveva, filha de Apolinária, e Antônio Pires, neto, estavam em posse de um machado de derrubar porcos e uma enxada respectivamente. Esses empréstimos podem ter sido fundamental para Furtuoso iniciar sua lavoura.

Para além, seu tio Pedro Nunes já havia produzido bastante e tinha costume de vender em Itu. Morar perto dele poderia fazer com que a entrada nessa nova atividade fosse menos repleta de obstáculos.

Quando Ignácio tomou as terras de Rita, mãe de Ana, acabou por distanciar esta última do restante da família. Moradora de uma região distante de outros parentes na cidade, a ajuda na lavoura, o empréstimo de ferramentas ou animais deve ter se tornado bem mais escasso do que o encontrado na família de Pedro Ribeiro. Vale lembrar que este último emprestava a seu cunhado e a sua irmã suas ferramentas e animais, porém, todos moravam no mesmo bairro.

Não quero dizer que Ana não estava mais na rede de solidariedade ou que estava completamente isolada. O que pretendo provar é, uma vez sendo sua mãe expulsa das terras, Ana não recebeu ajuda que estaria disponível logo ao seu lado se Rita e seu marido tivessem permanecido em sua posse. Para alguém como Ana, essa ajuda seria

---

<sup>262</sup> CMU, TJC, Autor: Jose Leonardo Pereira, Réu: Angelo Alves Assumpção, Ação: Libelo Cível, Ano:1824, Of: 1º, P: 00845.

<sup>263</sup> CMU, TJC, Autor: Joaquim Pires Britto, Ré: Apolinária Brito, Ação: Inventário, Ano: 1817, Of:1º P:478

imprescindível para a manutenção de sua subsistência e formação de pecúlio. A tomada de terras por Ignácio não só afetou Rita e Narciso, mas alterou todas as possibilidades de ascensão de Ana.

A primeira geração, Rita Veiga, ao ser retirada de sua terra não foi capaz de oferecer possibilidades para que a segunda geração, Ana Britto, fosse inserida na rede de parentesco e de solidariedade. Ana, apesar de ter se mudado para Vila de São Carlos, continuou a ser um elemento periférico. A distância, firmada depois da saída de sua mãe, a falta de compartilhar o dia a dia ou o cultivo, tornaram a trajetória de Ana muito mais repleta de obstáculos que a encontrada pelas suas irmãs.

Ana era o elo mais fraco em uma rede familiar de mais de 63 pessoas que puderam ser nomeadas ou encontradas em outras documentações. Ana não conseguiu acumular bens, apesar de ter durante três décadas lavrado seu pedaço de terra, cultivando milho e feijão. Sua produção era baixa e a impedia de criar animais como fez o Pedro Ribeiro, criador de porcos do primeiro capítulo. Mesmo a irmã de Ana, Apolinária, possuía ferramentas para abate de porcos e, certamente, os criava com ajuda de seus filhos que moravam próximo.

Ana continuava incluída na rede de solidariedade, pois quando 30 anos depois que se instalou em Campinas, seu cunhado Pedro e seu sobrinho, depuseram a seu favor. No momento em que foi despejada, mudou-se para o domicílio de seu filho Furtuoso que a recebeu como agregada.<sup>264</sup>

Simplesmente, o fato de morar distante de seus parentes e filhos dificultou que esses a ajudassem com frequência. Ana poderia ter mudado para próximo de seus familiares, assim como fez Furtuoso. No entanto, quando sua mãe e seu filho se mudaram, a pequena agricultora já havia dado início a sua lavoura. Não poderia abandonar seu cultivo, pois se assim o fizesse teria de mudar para casa de algum familiar.

Ainda que as ajudas mútuas fossem esperadas dentro de uma rede de solidariedade, mudar-se com seus oito filhos para casa de outro familiar poderia leva-lo à bancarrota. Se fizesse uma posse na vizinhança de seus familiares, logo que chegou à Vila de São Carlos, iria se tornar dependente de seus familiares, pois o milho que Ana costumava plantar

---

<sup>264</sup> AEL, LHC 1829, fogo 97, p.316.

demora em condições ideais, de cinco a seis meses para ser colhido.<sup>265</sup> Teria que depender, junto com seus filhos, por um longo período da ajuda de seus parentes.

Para os familiares que viviam perto um dos outros, havia um pouco de segurança e estabilidade. Pedro ajudava às irmãs de Ana e seus filhos quando alguém da família morria, seja pagando por alguma dívida ou pelas custas do funeral.

Diferente de sua irmã Ana, Apolinária e a filha desta última, Gracia, poderiam contar com a ajuda de seus filhos e netos no cultivo da lavoura. Eles moravam perto, ou no mesmo bairro da Boa Vista. Essa ajuda possibilitou que Apolinária, mesmo com idade avançada criasse alguns porcos. Para Ana, essa realidade não foi possível. Mal conseguia manter seus filhos menores e não oferecia condições para que os mais velhos morassem mais perto.

Apolinária deixou para seus herdeiros, o pedaço de terra que cultivou em conjunto com a sua filha Gracia. Apesar de não ter informações exatas se as duas viveram juntas, acredito que seja uma situação provável. No inventário, não há menção alguma sobre matrimônio. Apenas listam os herdeiros, filhos e netos. Até o ano de 1816, na Lista de Habitantes, no domicílio de Antônio Pires não tem como agregada a sua irmã Benta, mas, em 1817, ano do inventário, Benta declara residir junto de seu irmão.<sup>266</sup> Gracia já havia morrido há alguns anos antes da morte de sua mãe Apolinária. Benta, certamente, morava junto com a avó Apolinária, uma vez que foi realocada para a casa do irmão após a morte da última.

O inventário dos bens de Gracia não foi encontrado, o que poderia significar que não fez posse alguma ou não tinha bens para serem inventariados. No entanto, tinha algumas filhas menores, Benta e Cristina. Apolinária, solteira, porém possuidora de ferramentas e de uma criação de porcos poderia ter se tornado um porto seguro para sua filha Gracia e, mais tarde, para suas netas. Gracia, provavelmente, não contraiu matrimônio com ninguém, pois seus filhos são descritos unicamente pela filiação materna e não há designação do pai como “cabeça” dos herdeiros. A possibilidade de terem compartilhado o domicílio, as filhas, as netas e a avó, se torna mais real se pensarmos que, sem essa ajuda, Apolinária não poderia ter dado início ou continuidade a sua criação de porcos.

---

<sup>265</sup> ROMEIRO, Adriana. “Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do século XVII”. *Saeculum. Revista de História*, v. 19, João Pessoa, jul/dez, 2008, p.169.

<sup>266</sup> AEL, LHC 1816, fogo 143, p. 1377.

Apolinária e Ana tiveram trajetórias similares, porém destinos diferentes. Apesar de terem tido filhos, nenhum parceiro pode ser encontrado na documentação. Passaram boa parte de suas vidas se dedicando à agricultura de milho e, esperando um excedente para ser vendido. Apesar das similaridades, Apolinária conseguiu acumular mais que sua irmã Ana. Ferramentas, posses e mais do que a ajuda material, recebia ajuda constante de seus parentes no trabalho e no cuidado dos animais. Conseguir manter algum dos seus filhos e netos perto e dispostos a ajudá-la foi essencial para acumular e manter sua subsistência.

Uma vez garantida a estabilidade da propriedade, essas mulheres puderam buscar renda, seja no corte das árvores, na criação de porcos, na manutenção de pequenas vendas ou costurando para fora. Assim o fez Apolinária, com a ajuda de seus parentes, criando porcos e Eufrosina, neta de Brígida Leite, dedicando-se à costura. Seguiu a atividade de sua avó e comprava muitos panos, botões, fios e riscados de vestidos e calças em uma proporção maior do que a necessidade de sua família. Deve ter costurado para fora durante a vida e aumentado um pouco mais a renda que compartilhava com sua mãe.

Gertrudes conseguiu ajudar sua mãe, sua filha e suas netas durante a vida. Ao lado de seu marido, conseguiu comprar um pequeno terreno e construir duas moradas de casas que serviram de abrigo para três diferentes gerações da família. Gertrudes encontrou uma cidade que crescia muito, mas ainda não possuía um comércio formalizado, de portas adentro, e impostos, cobranças e multas. Seu marido, como tropeiro, pode se colocar como um importante mediador do comércio que crescia e ainda não era onerado. Se Gertrudes foi uma costureira, como suas compras demonstram, encontrou diversas clientes para comprar suas roupas. A partir da década de 1870, Lapa afirma que a cidade enriquecia e se urbanizava ao mesmo tempo em que exigia lojas de roupas e importados.<sup>267</sup> Eufrosina, filha de Gertrudes, não conseguiu estabelecer-se como costureira, possivelmente, porque o comércio local formalizado lhe arrancava as clientes.

A família de Brígida não conseguiu comprar um escravo durante as três gerações analisadas. Apenas Gertrudes conseguiu construir sua morada de casas e esse espólio passou por sua filha e suas netas. O imóvel parece ter sido mais recorrente do que o escravo para as famílias de libertos e pardos mais pobres, como a amostragem dos inventários forneceu. Mesmo aqueles que compraram cativos, faziam a aquisição após a compra de

---

<sup>267</sup> AEL, LHC 1829, p.429.

uma casa ou terreno, ou preferiam vender o escravo ao imóvel, caso estivessem endividados. Mariana dos Prazeres, comerciante e dona de botequim, teve uma escrava durante a vida, mas esta não permaneceu na família por muitos anos. Foi vendida um pouco antes da morte de seu marido, como afirmam alguns parentes. Os imóveis, no entanto, foram mantidos.<sup>268</sup>

O mesmo padrão foi encontrado na família que morava na mesma rua de Gertrudes. Francisco Antônio das Chagas e Ursula Maria aparecem na Lista de Habitantes de 1829, como pardos de 40 e 36 anos respectivamente.<sup>269</sup> Francisco era carpinteiro e Ursula não tem sua profissão descrita. Possuíam um filho de nome Joaquim de 12 anos e um escravo de nome João, de oito anos. Foram listados na 7ª Cia a qual era considerada parte central da vila.<sup>270</sup> Faltava ainda sua filha mais velha que não foi listadas no ano de 1829, Anna Francisca, que deveria ter por volta de 17 anos. Provavelmente já tinha se casado com Antônio Proença e deixado a casa dos pais.

Moravam na mesma rua em que a Gertrudes morou durante toda a vida. A Rua da Matriz Nova ou, como depois ficou conhecida, Regente Feijó era uma rua de intensa movimentação. Possuía cortiços e botequins e funcionava, como qualquer rua de uma região central, como um ponto de comércio.<sup>271</sup> Ana, no ano de 1858, morava em uma chacinha na rua paralela à de seus pais.

Não encontrei registros de Licença para Comércio em nome de Ursula e Francisco, mas esta ausência não significa que nenhum deles tenha se valido dessa atividade para garantir a subsistência. Carpinteiro, Francisco tinha um jornal que poderia variar até 1\$000 réis, como descrito no inventário de Gertrudes Mello.

Certamente, assim que seu escravo João adquiriu idade para trabalhar se transformou também em fonte de renda. A compra de um escravo ainda criança poderia ser um investimento rentável, pois seu preço era muito mais acessível do que de um adulto e seu valor aumentaria quanto mais chegasse à idade de alta produtividade.

---

<sup>268</sup> CMU, TJC, Autor: José Simão Almeida, Ré: Mariana Prazeres, Ação: Inventário, Ano: 1835, Of:3º P:6670 e Autora: Mariana Prazeres, Réu: Antônio José Conceição, Ação: Inventário, Ano: 1811, Of:1º P:00250.

<sup>269</sup> AEL, LHC 1829, p.429.

<sup>270</sup> TEIXEIRA, Paulo Eduardo. O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830. Campinas, ABEP, *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(1):75-93, jan./jun. 2002, p.87.

<sup>271</sup> LAPA, Amaral. *Os cantos e os antros*. p.41.

Em 1858, Francisco falece e se procedeu o inventário.<sup>272</sup> Depois de quase três décadas do registro na Lista de Habitantes, o casal conseguiu acumular duas moradas de casa, um terreno e uma chacinha e seu escravo menino, neste momento, já tinha 40 anos e valia mais de dois contos de réis.

Os investimentos em um escravo pequeno parecem ter rendido bastante para a família, assim como as ocupações que tiveram durante a vida que possibilitaram comprar alguns terrenos na região mais central da cidade.

É nessa mesma região entre duas ruas - Regente Feijó e das Flores – que a família de Úrsula e Francisco se estabeleceram durante a vida. No terreno, no qual habitavam os pais, estabeleceu-se Joaquim. Este habitou a morada de casas enquanto a sua irmã, a chacinha. A casa na qual Joaquim vivia ficava nas costas da morada de Francisco e de frente para a rua de sua irmã, como descrito no inventário. As duas moradas foram inventariadas como vizinhas.

Os membros da família moravam perto um dos outros, no máximo, a alguns quarteirões de distância. Essa proximidade deve ter sido essencial, principalmente, para Ana Francisca e, que muito cedo deixou a casa de seus pais para morar com seu marido. Quando seu pai morreu, Ana já não sabia o paradeiro de seu marido há mais de oito anos. No ano de morte de seu pai, Ana já tinha pouco mais de 46 anos e quase nada conseguiu acumular durante a vida. O mesmo aconteceu com seu irmão que ao ser listado como herdeiro informou que sua esposa estava ausente há mais de seis anos.

Para ambos, a ausência deve ter dificultado a manutenção da renda ou mesmo da subsistência, mas para Ana a falta de seu marido poderia ser pior. Quando Ana se casou, certamente não se estabeleceu na região central de Campinas. Seu nome ou de seu marido não constam na 1ª ou 7ª Cia da Lista de 1829. Devem ter se estabelecido nas áreas mais rurais e distantes de sua família. Ser deixada por um companheiro não foi um grande marco na vida de muitas mulheres, como visto no capítulo anterior, mas para Ana poderia ser um revés. Com mais 40 anos, Ana não tinha comprado um escravo e não possuía nenhuma propriedade a ponto de, quando sozinha, ter de retornar para a vizinhança de sua família

---

<sup>272</sup> CMU, TJC, Autora: Ursula Maria Jesus, Réu: Francisco Antônio Chagas, Ação: Inventário, Ano: 1858, Of:1º P:3175.

para morar na chacinha de seu pai. Não tinha dinheiro ou bens que pudesse vender para pagar a parte que lhe cabia nas custas do inventário de seu pai.

Não conseguiu se sustentar sozinha e teve de retornar para perto de seus pais e irmão. Na divisão de bens, Ana ficou com a chacinha e mais 535\$670 réis e seu irmão com a casa em que vivia mais um pedaço de terreno. Sua mãe ficou com a morada maior de casa e o escravo João, como havia solicitado durante o inventário.

Francisco, juntamente com Úrsula conseguiu deixar um patrimônio para seus herdeiros no valor de 6:458\$000. Era um patrimônio considerável.<sup>273</sup> Não deixou dívidas para além dos gastos feitos para o enterro. Mas esse patrimônio não foi suficiente para que sua esposa e filhos não precisassem pedir favores ou se endividar.

Para pagar as custas das missas, panos fúnebres e caixão, os herdeiros pediram dinheiro para o Tenente Coronel Pedro Joaquim e até a morte de Úrsula dois anos depois nenhum deles havia quitado a dívida. Úrsula devia ao inventário uma quantia menor do que seus filhos, pois estes últimos já haviam pegado emprestado de seu pai quantias em torno de 30\$000 enquanto estava vivo. Sem dinheiro para pagá-las no inventário de Francisco, Joaquim e Ana passaram a devê-las ao Tenente.

No inventário feito pelo falecimento de Úrsula, em 1860, não constam mais o escravo João e uma parte do terreno em que ela morava.<sup>274</sup> A casa passa a ter sua medida reduzida, assim como seu valor cai em 500\$000 réis. Úrsula, em um prazo menor de dois anos, deve ter vendido esse pedaço do terreno. Seu escravo pode ter sido libertado, vendido ou morrido. De qualquer forma, nesse curto período se desfaz de 2:500\$000 réis e ainda assim continuou a dever as custas do inventário de seu marido ao Tenente e adquiriu mais uma dívida com Manoel Joaquim Moraes no valor de 249\$414.

Joaquim e Ana solicitaram, durante o inventário de sua mãe, o não pagamento das dívidas de Úrsula, alegando que os credores estavam ausentes. Desta maneira, evitariam também, afirmaram os irmãos, que as dívidas incluídas aumentassem as custas dos inventários. Provavelmente, era uma tentativa de evitar que a casa de sua mãe fosse para leilão para pagar as dívidas que totalizavam quase meio conto de réis.

---

<sup>273</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Op.cit.* p.?

<sup>274</sup> CMU, TJC, Autor: Joaquim Francisco Santos, Ré: Ursula Maria Jesus, Ação: Inventário, Ano: 1860, Of:3º P:6912.

Os irmãos não tiveram dinheiro para arrematar a casa de sua mãe. O imóvel foi à leilão quatro vezes sem nenhum comprador e o valor da casa teve de ser reduzido para que alguém se interessasse. De 1:500\$000 baixou para 1:000\$000.

Pouco mais de 15 anos da morte de Úrsula e Francisco, Joaquim também falece e Ana Francisca se habilita como herdeira.<sup>275</sup> Esse pedido de habilitação de herdeira foi necessário porque Joaquim não tinha deixado nenhum herdeiro. Não teve filhos durante a vida e sua esposa poderia ser a herdeira se não o tivesse abandonado há muitos anos e, sem que alguém soubesse seu paradeiro. Anna consegue a habilitação e herda os bens de seu irmão.

Na lista de bens do inventário, constam apenas a morada de casa na qual Joaquim já moravam quando seu pai era vivo. A casa vizinha de sua mãe valorizou no período de 1858-1876. O terreno juntamente com a casa valiam no primeiro inventário 1:400\$000 e na morte de Joaquim 2:000\$000.

Nesse período as ruas da cidade, da região central, começavam a receber iluminação pública e já contavam com calçamento há alguns anos.<sup>276</sup> Tinham um comércio importante e intenso cujo horário de funcionamento se estendia até à noite. O teatro era poucas quadras de distância e, apesar de, por vezes, não ter o glamour esperado, tornava aquela região desejada pelas classes mais abastadas.

Joaquim deixou um imóvel mais valioso para sua irmã, mas durante sua vida não conseguiu acumular nada para além dos bens que seu pai e mãe deixaram. De fato, Ana e Joaquim ainda se desfizeram do bem mais valioso que era a morada de casa que seus pais viveram. Não conseguiram pagar as dívidas e viram esse bem ser leiloado.

Nem Ana ou Joaquim conseguiram uma acumulação como seus pais. Conseguiram manter parcialmente os bens que lhe foram negados, mas o porquê de tão pouca mudança no espólio ainda precisa ser explicado.

Quando Francisco Antônio das Chagas comprou um único escravo, João menino, ainda encontrou preços muito acessíveis para a compra do primeiro cativo. Quando, por volta de 1845, Joaquim, filho de Úrsula e Francisco, atingiu 30 anos e estava no alto de sua produtividade, encontrou mudanças no preço de escravo que podem ter impossibilitado de

---

<sup>275</sup> CMU, TJC, Autora: Ana Francisca Jesus, Réu: Joaquim Francisco Santos, Ação: Inventário, Ano: 1876, Of:3º P:6579.

<sup>276</sup> LAPA, Amaral. *O cantos e os antros*.p.123.

comprar seu primeiro cativo.<sup>277</sup> Joaquim deve ter encontrado um momento ruim para comprar seu escravo. E em 1845, aprova-se um novo imposto sobre ofícios na cidade que oneraria ainda mais pessoas como Joaquim e seu pai que eram carpinteiros.<sup>278</sup>

Por outro lado, seus pais encontram um mercado propício tanto para a aquisição do primeiro cativo quanto para o desenvolvimento de seu ofício. Francisco e Úrsula compraram um escravo menino, provavelmente, por um preço muito barato e viram seu valor aumentar significativamente ao longo dos anos. Esse escravo poderia ter servido como garantia em empréstimos e, desta maneira, o casal poderia ter investido mais em ferramentas e ganhado jornais do serviço do escravo.

Joaquim e Ana não conseguiram nem investir em um escravo menino, pois mal conseguiam se sustentar sozinhos tendo que recorrer a pequenos empréstimos de seus pais. Essa dificuldade em comprar seu primeiro cativo, possivelmente, atrapalhou a ascensão dos irmãos que, no final da vida, apenas contavam com parte dos bens acumulados por seus pais.

A mesma sorte não teve a família de Bento Antônio Cunha e Bernarda Lima.<sup>279</sup> Esse casal tinha a mesma faixa etária dos outros aqui analisados. Tinham, por volta de 30 anos quando foram listados em 1829. Bento morreu em 1868 e seus bens são divididos por todos os treze herdeiros, entre filhos e netos. Bento tinha sido tropeiro e deixou para seus herdeiros alguns móveis, 15 animais entre vacas, bois e novilhos, um pedaço de terra com morada, um outro pequeno pedaço, um sítio “denominado Sagrado na estrada velha”, um pedaço de sítio com terras estragadas. As dívidas que foram descritas eram referentes apenas ao enterro.

Seu monte-mor totalizava pouco mais de três contos de réis e deduzida as custas do enterro e do inventário sobrou 2:88\$070 para ser dividido entre os nove filhos e a esposa. Cada filho recebeu em torno de 160\$448. Um dos herdeiros era um liberto, genro de Bento, chamado João Ferreira de Camargo Junior, ou João Francisco de Camargo. Já viúvo João Francisco tinha sido casado com uma das filhas de Bento, Maria, e com ela teve quatro filhos. Todos esses moravam com o pai João. Este era filho de João Ferreira de Camargo

---

<sup>277</sup> FLORENTINO, Manolo. “sobre minas, crioulos, e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”, *Tráfico, cativo e liberdade*. p.339.

<sup>278</sup> Cf: ALESP, Acervo Histórico, Caixa 271, Código 39, ID: 10567, página 05.

<sup>279</sup> CMU, TJC, Autora: Bernardina Maria Lima, Réu: Bento Antônio Cunha, Ação: Inventário, Ano: 1868, Of:3º P:7099.

com uma africana de nome Maria, escrava de Dona Senhorinha Pires de Camargo. João Francisco tinha outros dois irmãos de mesmos pais: Luiza e Francisco.

Apesar de ser filho de importante senhor de escravo de Campinas e de ter sido libertado por seu pai, João não deve ter tido uma vida diferente de outro liberto. Seu pai ainda mantinha em cativeiro seu último filho que estava sob seus cuidados. Francisco era escravo de sua tia, irmã de João Ferreira, mas era mantido sob os poderes de seu pai.<sup>280</sup> João Ferreira mantinha seu filho como cativo, pois este, nas palavras do pai, “era um peralta que precisava ser dominado e dirigido para bem encaminhar-se.” João não deve ter recebido tratamento muito diferente do empregado por seu pai ao seu irmão, pois no final da vida, já viúvo de um segundo casamento, morou um tempo de aluguel, o qual não conseguiu pagar.<sup>281</sup>

Alugou por 8\$000 uma estalagem no ano de 1870, mas não conseguiu efetuar nenhum pagamento nos dez meses que declarou habitar o lugar. Como não compareceu a nenhuma audiência, expediu-se a ordem de despejo, porém, ao se proceder a retirada, João não estava mais morando lá. Deve ter fugido para não ser obrigado a pagar os dez meses de aluguel mais as custas do processo. Dias antes um dos seus filhos, que estava no estabelecimento, foi perguntado sobre o paradeiro do seu pai e sempre respondia que João estava pela rua.

Depois de quase duas décadas da morte de seu sogro, João se encontrava muito endividado e sem um lugar para morar. Se tinha uma profissão não é possível saber, pois seu inventário, requerido por sua segunda esposa está incompleto.<sup>282</sup> Acredito que não estivesse sozinho, pois um dos seus filhos andava em sua companhia. Morou nessa estalagem, localizada no bairro do Quilombo, no qual boa parte dos herdeiros de Bento se estabeleceu depois da morte deste. É muito provável que os filhos e netos de Bento estivessem em uma situação análoga de João, de precariedade. Ainda que pudessem receber João e ajuda-lo a se levantar, teriam de receber sua nova esposa e mais dois filhos. Essa ajuda poderia endividar outros parentes da família.

---

<sup>280</sup> CMU, TJC, Autor: Luiz Gonzaga Pinto da Gama, Réu: : João Ferreira Camargo, Ação: Manutenção, Ano: 1881, Of:1º P:4948.

<sup>281</sup> CMU, TJC, Autor: Jose Ramos Amaral Cunha, Réu: João Ferreira Camargo Junior, Ação: Despejo, Ano: 1870, Of:2º P:1308.

<sup>282</sup> CMU, TJC, Autora: Joana Maria Oliveira, Réu: João Ferreira de Camargo Junior, Ação: Inventário, Ano:1886, Of: 3º, P:7490.

Nos inventários e trajetórias analisadas percebe-se que aqueles que compraram escravos e tiveram esse bem inventariado foram as pessoas que conseguiram se estabelecer e aumentar o espólio até 1840. Foram estes: Maria Cândida da Santa Cruz, que faleceu em 1842, Juana Justina, em 1865 com mais de sessenta anos e Francisco Antônio das Chagas, cujos bens foram inventariados em 1858.<sup>283</sup>

Até mesmo aqueles que conseguiram de algum modo ascensão social poderiam sofrer reviravoltas e perder boa parte dos bens que acumularam na vida. Mariana dos Prazeres teve seus bens dissolvidos entre os anos que viveu. Não terminou a vida em carestia, mas os testemunhos de alguns parentes afirmam que já tinha estado melhor. Herdou de sua mãe, Antônia de Tal, uma morada de casa e uma escrava de nome Perpétua. Em seu inventário, Mariana já não possuía Antônia ou outro cativo.

Mesmo aqueles que acumularam bens diversos como Francisco Antônio das Chagas, que tinha três terrenos, e Bento da Cunha, viram esses bens serem dissolvidos entre os herdeiros ou parcialmente reduzidos pelas dívidas. Acredito que entre os pardos que conseguiram deixar bens existiram muitos como Mariana dos Prazeres que não conseguiu manter sua escrava por muito tempo. Depois de anos construindo sua vida ao lado de Antônio da Conceição, possuía uma morada de casas que lhe servia de botequim, e alguns pedaços de terras no valor total de quase 50 mil réis. No seu inventário, Mariana já não possuía nenhum escravo ou os pedaços de terra que seu marido havia lhe deixado, conservava, porém, a casa que recebera da mãe.

Novamente, o bem imóvel, principalmente a casa em que se mora, aparece como bem mais estável que se transfere entre as gerações. Os escravos e os pedaços de terra, pequenos caminhos ou até pequenos sítios seriam vendidos para a manutenção da subsistência ou para o investimento em um botequim, por exemplo. Pode-se explicar esse padrão pelo fato dos escravos não viverem tanto tempo para serem passados de geração em geração.

No entanto, acredito que haja outra explicação referente à manutenção da mão de obra escrava. Para esses pequenos senhores, às vezes senhores de um só cativo, manter seu escravo sem que ele fugisse poderia ser uma tarefa difícil. Uma das maneiras para manter

---

<sup>283</sup> CMU, Livro de Testamento n °161, Maria Cândida da Santa Cruz, Ano:1842, p.62v.

seu patrimônio sob seu poder, seria prometer a alforria, fosse por morte, por tempo de serviço.

Os pequenos senhores alforriariam mais para evitar que sua pequena escravaria e, o escravo poderia esperar por uma liberdade, sem os perigos decorrentes de uma fuga. Joana Justina, ao deixar seu testamento, alforriou seu escravo de 14 anos. Para Joana, que já tinha pouco mais de 60 anos, oferecer a alforria para um escravo, era um incentivo para que ele não fugisse, assim não correria o risco de perder seu investimento ou gastar ainda mais mandando alguém captura-lo.

Para aqueles que compraram um escravo enquanto seu preço estava acessível, assim como a mãe de Mariana Prazeres, Maria Cândida e Francisco Antônio, foi um importante investimento que pôde garantir uma morada para os herdeiros ou uma velhice mais confortável. No entanto, as gerações que se seguiram e viveram o grande aumento do preço dos cativos não puderam investir nesse tipo de bem.

As chances de comprar um escravo diminuíram à medida que o século XIX passava. Para as gerações que não conseguiram comprar seu cativo, a cidade de Campinas não fornecia condições favoráveis para uma subsistência segura e estável. Os impostos subiram, as fiscalizações se tornaram constantes e direcionadas para os setores mais pobres e, principalmente, que enriqueciam. Com o enriquecimento e urbanização, os setores mais pobres foram vistos como um problema no caminho da cidade que crescia.

Acredito que as três famílias aqui analisadas constituem uma exceção se comparadas à população de pardos que compôs a cidade de Campinas. A maioria deles não conseguiu ter bens inventariados, provavelmente, porque possuíam um pequeno espólio ou talvez porque as custas de um inventário poderia dissolver o que acumularam antes. A maioria viu as possibilidades de ascensão diminuírem à medida que o século passava, assim como os bens que herdaram de seus pais ou avós. Dissolveram-se ao longo das décadas.

## 5. Considerações Finais

Durante essa dissertação, diversas trajetórias foram apresentadas com o objetivo de entender como o processo de mudança de uma economia doméstica para uma economia de mercado afetou diretamente a vida dos egressos da escravidão e seus descendentes. De modos diferentes, o crescimento da cidade, a valorização da terra, a concentração da mão de obra escrava e, também, as posturas municipais transformaram a vida desse grupo.

Em um primeiro momento, foi possível para os pequenos agricultores se estabelecerem como produtores na Vila de São Carlos e até puderam vender seu excedente no comércio local ou nas cidades vizinhas. Porém, à medida que a Vila de São Carlos se tornava uma importante produtora de açúcar, a concentração de terra aumentava e retirava esses pequenos produtores das terras em que viviam. Mesmo aqueles que não sofreram uma investida de grandes produtores no início passaram a viver em meio à instabilidade. Inácio de Camargo, o mesmo que retirou Ana Brito e sua mãe Rita, possuiu uma sesmaria muito grande e, certamente, aqueles pequenos produtores que viviam em suas terras desconhecendo os limites desta sesmaria, viveram a instabilidade de não serem donos da terra em que cultivavam. Da mesma maneira, outros agricultores como a parda Rosa compraram terras, mas não as possuíram, pois os registros nada valiam.

A concentração da propriedade rural e a instabilidade sobre os pequenos agricultores transformou a região central da cidade. A falta de terras tornou a obrigação social do casamento menos impositiva para as mulheres que encontraram no comércio uma fonte importante de renda. Porém, não por muito tempo. Uma vez que o preço dos escravos aumentava de maneira que se tornava cada vez menos acessível a essas mulheres, apenas aquelas que investiram nessa atividade antes de 1830 conseguiram ter uma trajetória de ascensão. Mesmo aquelas que iniciaram seu comércio antes da alta do preço dos cativos encontrariam, no decorrer dos anos, um aumento nas fiscalizações, multas e licenças, o que tornariam essa atividade mais onerosa. Mais incisivo do que os registros municipais, seriam as investidas de outros comerciantes, que, através dos jornais ou da fofoca, tentavam de toda maneira colocar as mulheres comerciantes como um mal a ser solucionado. Seus botequins seriam antros de escravos fugidos e ladrões, seus corpos tirariam o sossego dos mais concentrados guardas e seus quitutes seriam fontes de doenças.

Como trabalhadores livres, vivenciaram a sua condição vulnerável de depender das leis de mercado e, por muitas vezes, ser incapazes de assegurar a sua subsistência. Entre Anas, Pedros e Narcisas, existia uma multidão de libertos e livres que não puderam se apoiar em suas redes de solidariedade, que nem, ao menos, conseguiram atingir o patamar da subsistência. Como, por exemplo, Francisco das Chagas, que por não possuir uma perna e um braço, contava com a ajuda de um de seus filhos menoresque arrecadavam alguns trocados como latoeiro. Denunciado por colocar seu filho a trabalhar em tal atividade, Francisco acabou perdendo a guarda de todos os seus outros filhos e ficou sem fonte de renda, para além das esmolas que recebia.<sup>284</sup>

Para alguns egressos do cativo, a pobreza poderia se instalar com maior facilidade, uma vez que não contavam com saúde, como Francisco, ou parentes ou amigos para ajudar. Porém, o mais impressionante foi encontrar pessoas que conseguiram por algum tempo garantir não só a subsistência, como também o lucro, mas que caíram em situação de pobreza como foi com Pedro Ribeiro. Se alguns conseguiram manter o padrão de vida acumulado, o mesmo não foi possível para seus descendentes. Brígida tentou, ao máximo, manter o terreno para que suas netas morassem, mas este se perdeu em dívidas. O mesmo aconteceu com os terrenos que Pedro Nunes comprou de seus familiares, como uma tentativa de manter seguras suas fronteiras. Em poucas décadas, o terreno foi reduzido em menos de um quarto do tamanho deixado por Pedro Nunes.<sup>285</sup>

Se para esses libertos analisados, a manutenção da subsistência e do padrão de vida alcançado eram extremamente complicadas, para os demais que ocupavam funções mal remuneradas como latoeiro, vendedora de tabuleiro, tombador de madeira, a precariedade se transformou em uma realidade diária. Qualquer doença, dívida, multa ou ocasionalidade poderia jogá-los em uma situação de vulnerabilidade social difícil de ser ultrapassada.

Acredito que essas mudanças e a nova situação de precariedade que se instalava na vida dessas pessoas não passaram despercebidas. Ao contrário, os egressos e seus descendentes traçaram importantes estratégias para garantir além de sua subsistência, uma

---

<sup>284</sup> CMU, TJC, Autor: Francisco Chagas Cardozo, Réu: Rafael Carvalho Andrade, Ação: Tutela, Ano:1869, Of: 3º, P:11264.

<sup>285</sup> CMU, TJC, Autor: João Pires Moraes, Réu: Pedro Nunes Moraes, Ação: Inventário, Ano:1831, Of: 1º, P:1687.

rede de solidariedade capaz de retirar-os da vulnerabilidade que espreitava suas vidas. Manter-se perto de amigos, parentes ou mesmo visita-los frequentemente poderia garantir ajuda nos momentos mais difíceis. Bernardina, ainda escrava, sempre voltava da casa de sua senhora em Capivary para visitar sua mãe e irmãs.

Além de tentarem se manter próximo das pessoas das quais esperavam ajuda, os libertos e livres buscaram em diversas atividades seus sustento. Ao mesmo tempo em que eram donos de botequim, contratavam alguém para cortar as madeiras que tinham em seu terreno, por exemplo. Ou, como, Mariana dos Prazeres, possuíam venda que funcionava como botequim e também faziam velas para vender para fora.<sup>286</sup>

Os libertos e seus descendentes traçaram estratégias inúmeras para garantir a subsistência, para se manter no comércio ou na agricultura e alguns até alcançaram uma situação remediada, podendo deixar bens para os seus amigos, ou filhos e netos. Porém, esses últimos, como Juana da Santa Cruz, eram pontos dissonantes nas trajetórias analisadas e não podem se tornar padrões de acumulação para o estudo da liberdade durante a escravidão.

De maneira alguma, os trabalhadores livres encontram condições favoráveis para negociar sua força de trabalho e para garantir sua subsistência. Com a mudança para um modo de produção de mercado, os trabalhadores veriam sua condição se tornar cada vez mais vulnerável. Para os libertos, foi ainda pior, pois se deparavam diariamente com o fato de serem considerados elementos indesejáveis na Vila de São Carlos. Perseguidos pela polícia, por fiscais, comerciantes e também por juízes, viram suas chances de ascensão diminuir à proporção que o século XIX passava.

Sem acesso à terra, à mão de obra escrava e, principalmente, sofrendo com os olhares reguladores da Vila de São Carlos, os libertos e seus descendentes viram suas trajetórias tomarem rumos indesejáveis. A instauração da precariedade em suas vidas não significou que nada fizeram para tentar assegurar, pelo menos a subsistência. Apenas indica que a exclusão social iniciou-se a partir do momento em que se libertaram.

---

<sup>286</sup> CMU, TJC, Autor: José Simão Almeida, Ré: Mariana Prazeres, Ação: Inventário, Ano: 1835, Of:3º P:6670.

As estratégias para garantir a subsistência e evitar que a precariedade se instalasse em suas vidas foram traçadas diariamente na luta para se manter , seja na terra, na sua casa ou no comércio.

## 6. LISTA DE FONTES

### -Famílias-

#### 1) Família Pedro Ribeiro e Gertrudes Cardoso

*Centro de Memória da Unicamp – Fundo Tribunal de Justiça de Campinas*

Autor: Ignácio Cardozo, Réu: Pedro Ribeiro, Ação: Embargos, Ano: 1801, Of:1º P:9568.

Autor: Pedro Ribeiro, Ré: Gertrudes Cardoso, Ação: Inventário, Ano: 1804, Of:1º P:0074.

*Lista de Habitantes*

1797 – Rolo 2.1, fogo 65,75, página 37 e 38.

1799 – Rolo 2.2, fogo 82, 115, página 492.

1801 - Rolo 2.3, fogo 168, 201.

1805 – Rolo 2.4, fogo 65, 169, 221.

1816 – Rolo 3.3, Fogo 24, 79.

#### 2) Família de Brígida Leite

*Centro de Memória da Unicamp – Fundo Tribunal de Justiça de Campinas*

Autora: Gertrudes Mello, Ré: Brígida Leite Almeida, Ano:1835, Of: 3º P:06671.

Autora: Gertrudes Mello, Réu: Anacleto Silva, Ação: Inventário, Ano: 1835, Of:3º P:6672. (não encontrado)

Autora: Eufrosina Maria das Dores, Réu: Mariano Oliveira Bueno, Ação: Inventário, Ano: 1861, Of:3º P:6939.

Autor: José Henrique Dias, Ré: Gertrudes Mello, Ação: Inventário, Ano: 1886, Of:4º P:4920.

Autor: José Henrique Dias, Ré: Gertrudes Mello, Ação: Testamentaria, Ano: 1886, Of:1º P:12766.

*Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Peter Eisenberg*

*Lista de Habitantes*

1829 - Rolo 3.1 – Página 261

### **3) Família de Úrsula Maria e Francisco Antônio Chagas**

*Centro de Memória da Unicamp – Fundo Tribunal de Justiça de Campinas*

Autora: Ursula Maria Jesus, Réu: Francisco Antônio Chagas, Ação: Inventário, Ano: 1858, Of:1° P:3175.

Autor: Joaquim Francisco Santos, Ré: Ursula Maria Jesus, Ação: Inventário, Ano: 1860, Of:3° P:6912.

Autora: Ana Francisca Jesus, Réu: Joaquim Francisco Santos, Ação: Inventário, Ano: 1876, Of:3° P:6579.

*Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Peter Eisenberg*

Lista de Habitantes

1829 – Rolo 3.1 – Página 429

### **4) Família de Bento Antônio e Bernardina Lima**

*Centro de Memória da Unicamp – Fundo Tribunal de Justiça de Campinas*

Autora: Bernardina Maria Lima, Réu: Bento Antônio Cunha, Ação: Inventário, Ano: 1868, Of:3° P:7099.

Autora: Cândida Maria Jesus, Réu: Manoel José Tinoco, Ação: Inventário, Ano: 1842, Of:3° P:6722.

Autor: Jose Ramos Amaral Cunha, Réu: João Ferreira Camargo Junior, Ação: Despejo, Ano: 1870, Of:2° P:1308.

Autor: Luiz Gonzaga Pinto da Gama, Réu: : João Ferreira Camargo, Ação: Manutenção, Ano: 1881, Of:1° P:4948.

Autora: Joana Maria Oliveira, Réu: João Ferreira de Camargo Junior, Ação: Inventário, Ano:1886, Of: 3°, P:7490.

*Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Peter Eisenberg*

Lista de Habitantes

1829 – Rolo 3.1 – Página 360

### **5) Família de Mariana dos Prazeres e Antônio José da Conceição**

*Centro de Memória da Unicamp – Fundo Tribunal de Justiça de Campinas*

Autor: Antônio José Conceição, Réu: Lourenço Bento Lima, Ação: Sumaria, Ano: 1808, Of:1° P:00106.

Autor: Antônio José Conceição, Réu: José Joaquim Robalo, Ação: Notificação, Ano: 1808, Of:1° P:09634.

Autor: Antônio José Conceição, Réu: Claudio Domingues Santos e mulher, Ação: Inquirição, Ano: 1810, Of:1° P:00217.

Autora: Mariana Prazeres, Réu: Antônio José Conceição, Ação: Inventário, Ano: 1811, Of:1° P:00250.

Autora: Gertrudes Maria Cardoso, Ré: Mariana Prazeres, Ação: Consignatária dez dias, Ano: 1818, Of:1° P:00502.

Autor: João José Faria, Ré: Mariana Prazeres, Ação: Libelo Cível, Ano: 1829, Of:1° P:1227.

Autor: José Simão Almeida, Ré: Mariana Prazeres, Ação: Inventário, Ano: 1835, Of:3° P:6670.

*Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Peter Eisenberg*

Lista de Habitantes

1829 – Rolo 3.1 – Página 249

**6) Família de Ana Brito**

*Centro de Memória da Unicamp – Fundo Tribunal de Justiça de Campinas*

Autor: Joaquim Pires Britto, Ré: Apolinária Brito, Ação: Inventário, Ano: 1817, Of:1° P:478

Autor: Pedro Nunes de Moraes, Ré: Quitéria Brito, Ação: Inventário, Ano: 1812, Of:1° P:271

Autora: Ana Brito, Réu: [em branco], Ação: Justificação, Ano: 1829, Of:1° P:1207.

Autora: Ana Brito, Réu: José Inácio Camargo e mulher, Ação: Libelo Cível, Ano: 1829, Of:1° P:1210.

Autor: João Pires Moraes, Réu: Pedro Nunes Moraes, Ação: Inventário, Ano:1831, Of: 1° , P:1687.

*Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Peter Eisenberg*

Lista de Habitantes

1799 – Rolo 2.2, fogo 229, 233.

1800 - Rolo 2.2, fogo 99,110, 111.

1801 – Rolo 2.3, fogo 77, 250.  
1816 – Rolo 3.3, fogo 76, 105, 109, 143, 399, 401, 402.  
1829 – Rolo 3.1, fogo 97, página 316.

## **Casos diversos**

### ***Centro de Memória da Unicamp***

Autor: Francisco Amaral Gurgel, Réu: José Ricardo Pereira, Ação: Artigos Justificativos, Ano: 1808, Of: 1º, P:9618.

Autor: Francisco Amaral Gurgel, Réu: José Ricardo Pereira, Ação: Justificação, Ano: 1808, Of: 1º, P: 9619.

Autor: Antônio Almeida Pires, Réu: João Pimentel Camargo, Ação: Louvação, Ano:1812, Of: 1º, P: 9667.

Autor: Teresa M. Francisca, Ré Florinda Maria Candelária, Ação: Ofensas Físicas, Ano: 1814, Of: 1º P:352 .

Autora: Francisca Paula, Réu: Desconhecido, Ação Incêndio, Ano: 1822, Of: 1º, P:0668.

Autor: José Lourenço Gil et al, Réu Joaquim Antônio Oliveira, Ação Notificação, Ano: 1823, Of: 1º P: 0772.

Autor: João Manoel Correa, Ré: Francisca Paula, Ação: Justificação, Ano: 1823, Of: 1º, P: 0804.

Autor: Jose Leonardo Pereira, Réu: Angelo Alves Assumpção, Ação: Libelo Cível, Ano:1824, Of: 1º, P: 00845.

Autor: Policena M. Jesus, Ré: Joaquina P. Oliveira ET AL, Ação: Ofensas Físicas, Ano:1828, Of: 1º, P:1144.

Autora: Ana Eufrosina Gomes, Réu: Joaquim José Gomes, Ação: Inventário, Ano:1831, Of: 1º, P:1396.

Autor: Joaquim Pedro Camargo, Ré: Rosa Araújo, Ação Notificação, Ano: 1831, Of: 1º, P: 1424.

Autor: José Antônio Silva, Ré: Narcisa Maria Batista, Ação: Inventário, Ano:1834, Of: 1º P: 1588.

Autor: Joaquim Gonçalves Santos Cruz, Réu: Joaquim Cardoso Santos Bahia, Ação: Injúrias Impressas, Ano:1860, Of: 1º, P:3321.

Autor: Antonio Jose Silva Martelinho, Ré: Joana Justina Santa Cruz, Ação Inventário, Ano:1865, Of: 3º P: 7020.

Autor: Francisco Chagas Cardozo, Réu: Rafael Carvalho Andrade, Ação: Tutela, Ano:1869, Of: 3º , P:11264.

Livro de Testamento n º161, Maria Cândida da Santa Cruz, Ano:1842, p.62v.

### ***Arquivo Edgard Leuenroth***

Fundo Auto Crimes de São Paulo, Interior, Campinas, rolo CSP/0293, Ré: Justina Autora: Antônia Maria de Campos.

Fundo Auto Crimes de São Paulo, Interior, Campinas, MR: 0165. Autora: Maria Thereza de Jesus, Réu: Benedito Toledo, Ano: 1851.

*Gazeta de Campinas*, anos de 1870/1871/1872.

### ***Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas***

Livro de Licenças para Comerciantes 1805-1872.

Livro de Registro Gerais.

Livro de Atas da Câmara 1808 – 1829.

### ***Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo***

ALESP, Acervo Histórico, Caixa 271, ID: 10567, página 05.

ALESP, Acervo Histórico, Caixa 31, ID: 23438, página 03.



## BIBLIOGRAFIA

ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro- 1808-1822*. Petropolis-RJ: Vozes, 1988.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: O Negro no Imaginário das Elites, século XIX*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BARICKMAN, B. J. *A Bahian counterpoint: sugar, tobacco, cassava, and slavery in the Recôncavo, 1780-1860*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

BOMBARDI, Larissa Mies. "O Bairro Rural como Identidade Territorial: A especificidade da abordagem do campesinato na geografia". *Agrária* (São Paulo), São Paulo, v. 1, 2004.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e Práticas: o processo de constituição urbana em vila rica colonial (1702-1748)*, AnnaBlume, Fapesp, 2004.

BERKNER, Lutz K. "The Stem Family and the Developmental Cycle of the Peasant Household: An Eighteenth-Century Austrian Example". *The American Historical Review*, Vol. 77, No. 2 (Apr., 1972).

BERKNER Lutz K. "The use and misuse of census data for the historical analysis of family structure", *Journal of Interdisciplinary History*, V(4), 1975, pp. 721-38.

BRITO, Jolumá, *História da cidade de Campinas*, Campinas: Editora Saraiva, 1956-1969.  
LIMA, Jorge Alves de. *Crônicas de Campinas – Século XIX e XX*, Ed. Komedi, 2010.

BUNDY, Colin. *The rise and fall of the South African Peasantry*. Berkeley: University of California Press, 1979.

CARVALHO, Marcus J. Maciel. "De portas adentro e de portas fora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850." *Afro-Ásia*, Salvador-BA, v. 1, n. 30, 2003.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CAULFIELD Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.

COSTA, Dora Isabel P. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 17, n.1/2- jan. dez. 2000.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

EISENBERG, Peter L., *Homens Esquecidos*, Campinas: Editora da Unicamp, 1989,

EDELMAN, Marc. “Bringing the Moral Economy back in... to the Study of 21st-Century Transnational Peasant Movements”, In: *AMERICAN ANTHROPOLOGIST*, v. 107, California, 2005.

FARIA, Sheila de Castro. “Mulheres forras: riqueza e estima social.” *Tempo*, nº9, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*, tese apresentada ao departamento de História da Universidade Federal Fluminense para o concurso para professor titular em História do Brasil.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro, José Olympio/Edunb, 1993.

FLORENTINO, Manolo. “sobre minas, crioulos, e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871”, *Tráfico, cativo e liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRACCARO, Laura C. *Negras e forras no comércio a retalho em Campinas 1830-1870*. Monografia defendida em 2009 sob orientação de Robert W. A. Slenes no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas,

FRANK, Zephyr. *Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

FULLER, Cláudia M. *Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora (Campinas, 1820-1840)*. (Mestrado), Campinas, 1995.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c. 1789 - c. 1850*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em História) IFCS/UFRJ, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque, *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KATZMAN, Rubén. *Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social*. México: BID-BIRF-CEPAL, 2000. [www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos](http://www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos). (acessado em 01/06/2012)

KAYE, Anthony E. *Joining Places: Slave Neighborhoods in the Old South*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2007.

KUZNESOF, Elisabeth Anne. "The role of the female-headed household in Brazilian modernization: São Paulo 1765 to 1836", *Journal of Social History*, Vol.13, n.4, 1980.

KUZNESOF, Elisabeth Anne. *Household Economy and Urban Development: São Paulo, 1765 to 1836*. Boulder: Westview Press, 1986.

LAPA, Amaral. *Os Cantos e os antros: Campinas: 1850-1900*. São Paulo: Editora da Usp; Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

LAPA, José Roberto do A. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. "Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX." In: *Topoi*, v.6, n.11, Rio de Janeiro, 2005.

LUNA, Francisco V. KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo de 1750-1850*. Edusp, 2005.

McFARLAND, Gerald W. *Inside Greenwich Village: a New York City neighborhood, 1898-1918*. University of Massachusetts Press, 2001.

MACFARLANE, Alan. *Reconstructing Historical Communities*. London: Cambridge University Press, 1977.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. "Escravos e libertos: homens de ocupações no século XIX". *O Olho da História*, v. 1, 2008.

MARIANO, Júlio. *Campinas de ontem e de ante-ontem: quadros históricos menos conhecidos da cidade-Princesa, que se traçaram tendo como base documentos inéditos do Arquivo da Câmara Municipal de Campinas*. Ed Maranata, Campinas, 1970.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*, Ed. CMU/Unicamp, 1996.

MARTINS, Valter. *História de Compra e Venda: Mercado e abastecimento urbano em Campinas, 1859-1908*. (Doutorado), USP, 2001.

MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*, Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe. *Ao sul da História: lavradores na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, Faperj, 2009.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*, Lisboa, Edições 70, 1988.

MOHAPATRA, Prabhu. "Asian Labour: Culture, consciousness and representations - Notes for Possible Research" *In: Status Paper of International Collaborative Project*, Amsterdam: International Institute of Social History, 1997.

NOBLE, Mary. "Social network: Its use as a conceptual framework in family analysis." *In: BOISSEVAIN, Jeremy & MITCHELL, Clyde J.(org.) Network Analysis Studies in Human Interaction*, Mouton&Co., 1973,

OLIVEIRA, Alécio Rodrigues de. "Sociabilidade, solidariedade e a formação do capital social em bairros rurais", *Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Administração e Sociologia Rural*, p.13, 2005. <http://www.sober.org.br/palestra/2/613.pdf>, acessado em 26.10.2011 às 17:31.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo 1850-1900*. Ed. Alameda, 2005.

PETRONE, Maria Thereza S. *A Lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio 1765-1851*. Difel, São Paulo, 1968.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*, Edusp, 1994.

PIROLA, Ricardo F. *A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família*. (Mestrado), Campinas: Unicamp, 2005.

POLANYI, Karl. *The Great Transformation - the political and economic origins of our time*, Boston: Beacon Press, 1957.

PUPO, Celso Maria de Mello, *Campinas, seu berço e juventude*, Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, no. 20, 1969.

PUPO, Celso Maria de Mello, *Campinas, município do império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas*, São Paulo: Imprensa Oficial, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Bairros rurais paulistas: dinâmicas das relações bairro rural-cidade*. Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1873.

REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social". *In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROMEIRO, Adriana. "Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do século XVII". *Saeculum: Revista de História*, v.19, jul/dez, 2008.

SABOURIN, Eric. “Marcel Mauss: da Dádiva à questão da reciprocidade.”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 66 Fev. 2008.

SCHETTINI, Cristiane P. “Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX.” *Cadernos Pagu (UNICAMP)*, v. 25, 2005.

SAVAGE, Mike. “Classe e História do Trabalho”, *In* Claudio H. M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes (orgs.), *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP/CECULT, 2004.

SCOTT, James C. *The moral economy of the Peasant: Rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven and London: Yale University Press, 1976.

Scott, James. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven, Yale University Press, 1985,

SILVA, Maciel Henrique. “Delindra Maria de Pinho: uma preta forra de honra no Recife da primeira metade do século XIX.” *Afro-Ásia*, 32, 2005.

SOETORO, Ann Dunham. *Surviving against the odds: Village Industry Indonesia*. Duke University Press, 2009.

STACK, Carol B. *All our kin*. New York: Basic Books, 1997.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. “O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830. Campinas”, ABEP, *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(1):75-93, jan./jun. 2002.

TEIXEIRA, Paulo E. “Mulheres chefes de domicílio: Campinas, 1765-1850”. *In*: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto - MG. ANAIS DO XIII ABEP, 2002.

XAVIER, Regina C. L. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996.

XAVIER, Regina C. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão liberdade na sociedade campineira oitocentista*, Campinas: Unicamp, 2002.